

ALVANA MARIA BOFF

A POSIÇÃO DOS ADJETIVOS NO  
INTERIOR DO SINTAGMA  
NOMINAL:  
PERSPECTIVAS SINCRÔNICA E DIACRÔNICA

Dissertação apresentada à Coordenação  
de Pós-graduação do Instituto de  
Estudos da Linguagem da Universidade  
Estadual de Campinas como requisito  
parcial para a obtenção do título de  
Mestre em Linguística.

Orientadora:  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Mary A. Kato

*Mary A. Kato*

CAMPINAS

DEZEMBRO - 1991

Este exemplar é a redação final da  
dissertação apresentada por ALVANA MARIA

BOFF

aprovada pela Comissão Julgadora

em 20/12/91

*Mary A. Kato*  
PROF<sup>a</sup>. DR<sup>a</sup>. MARY AIZADA KATO

ORIENTADORA

B633p

15380/BC

UNICAMP  
BIBLIOTECA CENTRAL

Quero a utopia, quero tudo e mais  
quero a felicidade dos olhos de um pai  
quero a alegria, muita gente feliz  
quero que a justiça reine em meu país

Quero a liberdade, quero o vinho e o pão  
quero ser amizade, quero amor prazer  
quero nossa cidade sempre ensolarada  
os meninos e o povo no poder, eu quero ver.

(Milton Nascimento e Fernando Brant)

Ao povo brasileiro

Este trabalho foi financiado por  
uma bolsa de estudos concedida  
pela CAPES.

## AGRADECIMENTOS

Embora corramos o risco de estender um pouco a mais esta seção, não nos privaremos ao desejo de tentar agradecer a todas aquelas pessoas que durante essa trajetória (tão longa e variada!) contribuíram para que este trabalho chegasse ao seu final. Para facilitar a organização, faremos os agradecimentos em função do lugar em que as pessoas se encontram:

Em Ana Rech,

aos meus pais e ao Alvaro pelo incentivo e confiança sempre demonstrados;

à Suzi e à Suzana, queridas amigas, pela presença, apesar da distância.

Em Caxias do Sul,

aos professores e amigos da Universidade de Caxias do Sul, pelo constante estímulo e disponibilidade em ajudar no que fosse possível.

Em Porto Alegre,

à Adila, pelas muitas provas de amizade;

ao então coordenador do Mestrado em Linguística da UFRGS, Élvio Funck, pela atenção sempre dispensada e apoio;

ao Vagner, pela força de sempre;

aos amigos da Nossa Casa por toda a aprendizagem proporcionada.

Em São Paulo e Campinas,

um agradecimento muito especial à minha orientadora, Mary Kato, que sempre se mostrou pronta a auxiliar em todos os sentidos. Pela confiança, amizade e também pelo exemplo de vida;

ao prof. Dr. Carlos Franchi, pelo apoio e amparo quando da minha ida a Campinas e pelas valiosas observações;

à prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Charlotte Galves pelas inúmeras contribuições ao longo do mestrado, pelos comentários e amizade;

ao Gemaque, à Marilza e ao David, amigos que facilitaram grandemente a minha estada em São Paulo;

à Ilza, querida amiga baiana, com quem tive o prazer de conviver e trocar muitas idéias;

à Cida, Ruth e Carlão, sempre tão prestimosos.

ao José Francisco, que colaborou para a minha ida a Maryland, pelo apoio e amizade.

Em Maryland,

ao Departamento de Lingüística da Universidade de Maryland na pessoa do prof. Dr. David Lightfoot, pela oportunidade;

ao Juan, pelos inúmeros textos e pelo sorriso sempre disponível;

à Anna e ao Ian, meus pequenos, pela maravilhosa experiência longe da lingüística.

Finalmente, meu maior agradecimento ao Jairo, companheiro de todas as horas, pelas inúmeras horas perdidas na discussão desse trabalho, pelos valiosos comentários e "ranheticos", pelos gráficos e tabelas, pelas inúmeras revisões, pela compreensão, incentivo e carinho demonstrados em momentos tão importantes, enfim ... por tornar mais gostosa a vida.

# ÍNDICE

<b>RESUMO</b>	i
<b>ABSTRACT</b>	iii
<b>INTRODUÇÃO</b>	1
<b>CAPÍTULO I: A ESTRUTURA SINTÁTICA DO SINTAGMA NOMINAL</b>	
<b>I.1. Introdução</b>	7
<b>I.2. A estrutura do sintagma nominal</b>	7
I.2.1. O NP na Teoria X'	7
I.2.2. A proposta de Abney (1987)	9
I.2.3. A proposta de Fukui e Speas (1988)	12
I.2.4. A proposta de Giorgi e Longobardi (1991)	14
<b>I.3. A estrutura a ser adotada</b>	20
<b>I.4. AGR no interior do NP</b>	20
I.4.1. Os traços [ $\pm$ c]	28
I.4.2. Os traços [ $\pm$ k]	33
I.4.2.1. A interação entre os traços [ $\pm$ c] e [+k]	37
I.4.2.2. A realização de [+k] como [k+] ou [k-]	39
I.4.2.3. A seleção de [ $\pm$ k] por DET	41
<b>CAPÍTULO II: ADJETIVOS NO INTERIOR DO SINTAGMA NOMINAL</b>	
<b>II.1. Introdução</b>	45
<b>II.2. Revisão bibliográfica</b>	47
II.2.1. A gramática tradicional	47
II.2.2. Lobato (1990)	48

II.2.3. Giorgi e Longobardi (1991)	52
II.2.4. Carter (1989)	58
II.3. Adjetivos avaliativos e não-avaliativos	62
II.4. A estrutura sintática	67
II.5. Os adjetivos avaliativos no inglês	79
II.6. Adjetivos e pronomes possessivos no interior do sintagma nominal	83
<b>CAPÍTULO III: O PERCURSO HISTÓRICO DOS ADJETIVOS NO INTERIOR DO SINTAGMA NOMINAL</b>	
III.1. Introdução	86
III.2. Metodologia	88
III.2.1. Descrição do <i>corpus</i>	88
III.2.2. O envelope da variação	89
III.2.2.1. A variável dependente	89
III.2.2.2. Os fatores condicionadores	90
III.3. A análise dos dados	90
III.3.1. A investigação diacrônica	90
III.3.2. A investigação sincrônica	102
<b>CONCLUSÃO</b>	104
<b>REFERÊNCIAS</b>	108

## RESUMO

Este estudo investiga a posição dos adjetivos no interior do sintagma nominal no português, visando a determinar as restrições responsáveis pelo contraste entre (1) e (2) abaixo:

- (1) a. Um livro interessante  
b. Um interessante trabalho
- (2) a. Um livro vermelho  
b. \*Um vermelho livro

Tendo como quadro teórico a Teoria da Regência e Ligação, desenvolvida a partir de Chomsky (1981), propomos que o sintagma nominal seja constituído por um núcleo Determinante (cf. Abney, 1987), que seleciona uma categoria funcional AGR/NP. DET pode ser classificado como DET(+) ou DET(-), dependendo da realização morfofonológica sistemática dos traços de concordância de número. AGR/NP é constituído pelos traços  $[\pm c]$  e  $[\pm k]$ , sendo os primeiros responsáveis pela atribuição da concordância de número ao Nome que ele subcategoriza e, indiretamente, aos demais elementos adjuntos ao Nome (adjetivos e pronomes possessivos); e os segundos, pela atribuição de Caso no interior do "sintagma nominal". Postulamos que no português AGR/NP seja caracterizado como AGR/NP(+) em relação aos traços de  $[c]$  e  $[k]$ , uma vez que os traços morfofonológicos de concordância de número percolam para os elementos adjuntos ao Nome e a atribuição de Caso se realiza ou sob concordância especificador/núcleo ou sob regência. No inglês, ao contrário, AGR/NP é (-), uma vez que não há percolação dos traços de concordância para os elementos adjuntos ao Nome, e a atribuição de Caso se realiza somente sob concordância especificador/núcleo.

Para dar conta do contraste constatado em (1)-(2), propomos distinguir os adjetivos em termos dos traços *avaliativo/não-avaliativo*. Um adjetivo é *avaliativo* se puder ser subcategorizado por verbos de julgamento como julgar, considerar, etc. Assumindo que há uma diferenciação paramétrica em termos de adjunção nas línguas e que isso faz com que os adjetivos sejam gerados à direita no português (e à

esquerda no inglês), propomos que somente os adjetivos avaliativos podem ser opcionalmente movidos para a posição pré-nominal, como vemos em (1)b. Estendendo a análise ao inglês, propomos que os adjetivos avaliativos do inglês movem-se obrigatoriamente para a posição mais externa do nível de projeção em que se encontram.

Diacronicamente, verificamos que a partir do séc. XVIII a ocorrência dos adjetivos na posição pré-nominal vem diminuindo. Nossa hipótese é que essa mudança corresponde a uma perda progressiva do movimento opcional dos adjetivos avaliativos no percurso histórico.

## ABSTRACT

This thesis investigates the position of adjectives inside noun phrases in Portuguese. Its aim is to determine the restrictions responsible for the contrast between (1) and (2) below:

- (1) a. um livro interessante (lit.: a book interesting)  
b. um interessante livro (lit.: an interesting book)
- (2) a. um livro vermelho (lit.: a book red)  
b. \*um vermelho livro (lit.: a red book)

Assuming the framework of the Government and Binding Theory (cf. Chomsky, 1981), I propose that the "noun phrase" is formed by a Determiner head (cf. Abney, 1987), which selects another functional category, AGR/NP. DET can be classified as DET(+) or DET(-), depending on the systematic morphophonological realization of its number agreement features. AGR/NP contains the features [ $\pm c$ ] and [ $\pm k$ ]: the former are responsible for the assignment of number agreement to the Noun subcategorized by AGR/NP and, indirectly, to the other elements adjoined to it (adjectives and possessive pronouns); the latter are responsible for Case assignment within the "noun phrase". I suggest that in Portuguese AGR/NP be considered AGR/NP(+) with respect to the features [c] and [k], for the agreement features percolate from the Noun to the elements adjoined to it and Case assignment occurs either under spec-head agreement or under government. English, on the other hand, can be considered to have a AGR/NP(-), once it does not trigger agreement percolation and Case assignment occurs only under spec-head agreement.

In order to account for the contrast seen in (1)-(2), I suggest that adjectives can be distinguished in terms of the feature *evaluative/non-evaluative*. An *evaluative* adjective is the one which can be subcategorized by judgement verbs like *julgar* ('to judge'), *considerar* ('to consider'), etc. Assuming that there is a parametric distinction with respect to adjunction, which is specified as being to the right in Portuguese and to the left in English, I claim that only evaluative adjectives can optionally move to the prenominal position, as shown in (1)b. Extending this analysis

to English, I propose that its evaluative adjectives obligatorily move to the most external position under the level of projection they are generated.

Finally, in an analysis of diachronic data, we observe that since the 18<sup>th</sup> century, the frequency of prenominal adjectives in Brazilian Portuguese has been decreasing. I hypothesize that this change corresponds to a progressive loss of the optional movement of the evaluative adjectives.

# INTRODUÇÃO

Tenho apenas duas mãos e o  
sentimento do mundo...

(Carlos Drummond de Andrade)

# INTRODUÇÃO

A posição dos adjetivos (A) no interior do sintagma nominal (NP) tem sido muito pouco enfocada pelas gramáticas tradicionais da língua portuguesa. Embora alguns trabalhos interessantes, como o de Lemle (1979) Borges Neto (1979), Kato (1983, 1988), Lobato (1990) tratem dessa questão em diferentes perspectivas, nenhuma explicação mais aprofundada tem sido fornecida em relação à opcionalidade/obligatoriedade da colocação de certos adjetivos na posição pré- e/ou pós-nominal no interior do NP, como em (1) e (2), respectivamente:

- (1) a. um livro interessante  
b. um interessante livro  
c. um rapaz inteligente  
d. um inteligente rapaz

- (2) a. um livro vermelho  
b. \*um vermelho livro  
c. um rapaz bêbado  
d. \*um bêbado rapaz

Por outro lado, sabemos que línguas como o inglês diferem de línguas como o português por admitirem adjetivos somente na posição pré-nominal, como vemos nos exemplos em (3) e (4) abaixo:

- (3) a. \*the book interesting (o livro interessante)  
b. the interesting book (o interessante livro)

- (4) a. \*the book red (o livro vermelho)  
b. the red book (o vermelho livro)

O mais interessante nesse caso é que aqueles adjetivos que no português podem ocorrer pré-nominalmente ocupam, no inglês, uma posição mais externa em relação ao núcleo nominal, como vemos em (5):

- (5) a. the interesting red book (o interessante vermelho livro)  
b. \*the red interesting book (o vermelho interessante livro)

O objetivo deste trabalho é, então, empreender uma investigação mais aprofundada da posição dos adjetivos no interior do sintagma nominal:

- a) buscando determinar qual a classe de adjetivos que podem ocorrer na posição pré-nominal no português;  
b) verificando qual a repercussão dessa classificação para os dados do inglês;  
c) determinando o estatuto sintático dos adjetivos no interior do sintagma nominal;

Como o conjunto dessas investigações envolve não somente um estudo das propriedades sintático-semânticas dos adjetivos em si, mas também um estudo em relação à própria estrutura do sintagma nominal e, por sua vez, dos adjetivos no interior do sintagma nominal, iniciaremos propondo uma estrutura para o sintagma nominal.

No Capítulo I estaremos assumindo um sintagma nominal contendo um núcleo funcional Determinante (DET) (cf. Abney, 1987), classificado como DET(+) e DET(-).<sup>1</sup> Proporemos a presença de uma categoria funcional AGR/NP, responsável, de modo geral, pelos traços de concordância de número no interior do "sintagma nominal" e também pela atribuição de Caso aos nomes e pronomes possessivos no interior do "sintagma nominal". Postulamos que AGR/NP possui traços diferenciados no português e no inglês, o que explica uma série de assimetrias entre as duas línguas, como, por exemplo, a posição dos pronomes possessivos.

No Capítulo II investigaremos a posição dos adjetivos no interior do sintagma nominal, tentando fornecer uma distinção entre os adjetivos que podem ou não ocupar a posição pré-nominal no português. Estenderemos as conclusões ao inglês e buscaremos estabelecer a estrutura sintática dos sintagmas que contêm adjetivos a partir da estrutura estabelecida no

---

<sup>1</sup> Por uma questão de familiaridade com o termo, manteremos no decorrer deste trabalho o termo *sintagma nominal* (NP) para designar o sintagma determinante DP, quando a distinção for irrelevante para a argumentação.

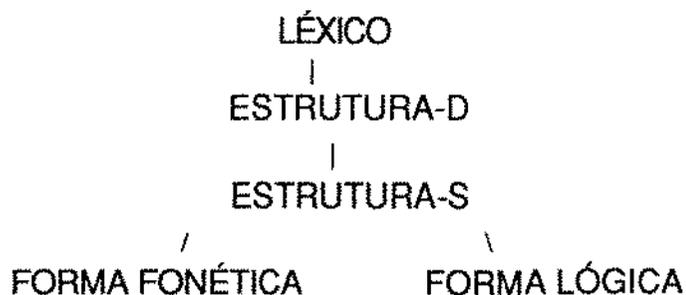
## Capítulo I.

Finalmente, no terceiro Capítulo, seguindo a linha de pesquisa proposta por Tarallo e Kato (1989), mapearemos o percurso histórico da posição do adjetivo no português brasileiro a partir do século XVII.

O quadro teórico utilizado nesse estudo é o da Gramática Gerativa, mais especificamente da Teoria da Regência e Ligação, desenvolvida a partir de Chomsky (1981). Atualmente a Gramática Gerativa concebe a Gramática Universal (UG) como sendo um sistema modular constituído de princípios e parâmetros. Os princípios representam a parte invariável para todas as gramáticas e os parâmetros, a parte que permanece aberta para ser fixada através da experiência:

"UG consists of various subsystems of principles; it has the modular structure that we regularly discover in investigation of cognitive systems. Many of this principles are associated with parameters that must be fixed by experience. The parameters must have the property that they can be fixed by quite simple evidence, because this is what is available to the child; (...) Once the values of the parameters are set the whole system is operative." (Chomsky, 1986a: 146)

Esses princípios atuam em quatro níveis de representação da sentença, que podem ser esquematizados do seguinte modo:



O léxico especifica as propriedades morfofonológicas, sintáticas e semânticas de cada item lexical; a Estrutura-D codifica a representação das relações temáticas de cada item (relações essas que devem se manter em todos os níveis de representação); a Estrutura-S é o nível onde se codificam as relações sintáticas que servem de entrada para os demais níveis de representação; A Forma Fonética e a Forma Lógica fornecem, respectivamente, a representação sonora e a interpretação semântica das frases geradas estruturalmente.

Os subsistemas de princípios que concorrem para a organização de

uma gramática são os seguintes:

- a) Teoria X-Barra
- b) Teoria das Funções Temáticas
- c) Teoria dos Casos
- d) Teoria da Regência
- e) Teoria da Ligação
- f) Teoria do Controle

Esses subsistemas são estritamente relacionados, o que garante um mecanismo coeso e preditivo na descrição e explicação gramatical.

Passemos, então, ao trabalho!

**CAPÍTULO I**  
**A ESTRUTURA SINTÁTICA**  
**DO SINTAGMA NOMINAL**

# CAPÍTULO I

## A ESTRUTURA SINTÁTICA DO SINTAGMA NOMINAL

### I.1. Introdução

O objetivo deste capítulo é investigar a estrutura sintática do sintagma nominal (NP). Faremos, inicialmente, algumas considerações a respeito de como o NP vem sendo tratado no escopo da Teoria Gerativa, desde Remarks on nominalizations (Chomsky, 1970) até a Teoria de Regência e Ligação (cf. Chomsky, 1981). Passaremos, então, à apresentação de alguns trabalhos que propõem reformulações em relação à estrutura do NP assumida em Lectures on government and binding (cf. Chomsky, 1981), como os de Abney (1987), Fukui e Speas (1988) e Giorgi e Longobardi (1991), e definiremos ao final da seção o quadro teórico específico a ser adotado em nossa análise.

Em seguida, proporemos a existência de uma categoria funcional AGR no interior dos sintagmas nominais do português (que presumivelmente pode se estender também às demais línguas configuracionais), responsável pela atribuição de Caso no interior de "NP", como também pela transmissão dos traços de concordância para o núcleo nominal.

### I.2. A estrutura do sintagma nominal

#### I.2.1. O NP na Teoria X'

No artigo Remarks on nominalizations, Chomsky (1970) lança o germe de uma nova teoria para o componente categorial da gramática. Procurando uma simplificação que desse conta do paralelismo entre os nomes deverbais e seus respectivos verbos de origem, como é classicamente exemplificado pelas construções em (1) e (2), sugere que tais nomes e verbos provêm de uma mesma categoria lexical:

- (1) a. The enemy destroy the city.  
       ('o inimigo destruiu a cidade')
- b. The city was destroyed by the enemy.  
       ('a cidade foi destruída pelo inimigo')
- (2) a. the enemy's destruction of the city.  
       ('a destruição do inimigo da cidade')
- b. the city's destruction by the enemy  
       ('a destruição da cidade pelo inimigo')

Segundo Chomsky, o verbo destroy e o nome destruction em (1) e (2) constituem uma única entrada lexical não especificada categorialmente, que subcategoriza um NP. Propõe, assim, que há regras gerais que dão conta de uma grande parte da estrutura sintagmática das categorias lexicais (NP, AP e VP), como em (3):

- (3) a.  $X' \rightarrow X \dots$   
       b.  $X'' \rightarrow [\text{spec } X'] X'$

Em (3)a,  $X'$  simboliza a projeção contendo  $X$  como núcleo (N, A ou V) e a posição do eventual complemento de  $X$ , "..."; em (3)b,  $X''$  representa a projeção máxima (VP, AP ou NP). A posição de especificador ([spec  $X'$ ]) é marcada diferentemente conforme a categoria. Ela seria ocupada por determinantes no caso de  $N'$ , auxiliares no caso de  $V'$  e modificadores pré-adjetivais no caso de  $A'$  (cf. Stowell, 1981:19).

Outra inovação presente em Remarks on nominalizations diz respeito ao tratamento das categorias lexicais N, V e A. Chomsky aventa a possibilidade de tratá-las em termos de traços sintáticos. Posteriormente, Chomsky (1981) desenvolve essa proposta estendendo-a às preposições, passando a considerar as categorias lexicais como projeções dos traços  $[\pm V, \pm N]$ , conforme esquematizado em (4):

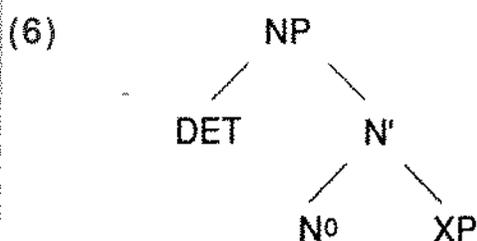
- (4)  $[+N, -V]$  = Nome  
        $[-N, +V]$  = Verbo  
        $[+N, +V]$  = Adjetivo  
        $[-N, -V]$  = Preposição

Por fim, o esquema representado em (3) é também estendido às categorias

funcionais INFL e COMP (cf. Chomsky, 1986b), passando S a ser representado por I' (IP) e S' por C' (CP), como podemos ver em (5):

- (5) CP → spec C'  
C' → C IP  
IP → spec I'  
I' → I VP

Em relação ao sintagma nominal especificamente, a Teoria X' estabelece a seguinte estrutura:



Tal estrutura é diretamente projetada a partir das propriedades de subcategorização do núcleo nominal. A posição de DET, cujo preenchimento é presumivelmente opcional, é ocupada por artigos e outros elementos que introduzem o NP. XP representa um possível complemento do núcleo.<sup>1</sup>

### 1.2.2. A proposta de Abney (1987)

Segundo Abney (1987), a estrutura do sintagma nominal proposta pela Teoria X' apresenta vários problemas. Um deles é o fato de DET, segundo o que deixa a entender a teoria, ser uma projeção máxima. Sendo uma projeção máxima deveria, supostamente, dominar mais do que uma única palavra, ao menos potencialmente, o que não ocorre. Outro problema diz respeito à impossibilidade de representar, através dessa estrutura os vários especificadores possíveis no interior do NP em línguas com o húngaro, por exemplo, onde o determinante e o possessivo podem co-

---

<sup>1</sup> Na Teoria X' os especificadores geralmente são opcionais, enquanto os complementos são determinados pelo Princípio de Projeção. O especificador de IP, no entanto, é requerido pelo Princípio de Projeção Estendido (cf. Chomsky, 1982).

ocorrer:<sup>2</sup>

- (7) Peter minden/ ezen/ azon kalapja  
Peter's every/this/that hat  
Peter-poss cada/este/aquele chapéu  
'Cada/esse/aquele chapéu do Peter'

Com base nesse e noutros dados, o autor propõe que a estrutura do NP seja revista e que o determinante seja considerado um núcleo funcional no interior desse sintagma.

Abney estabelece um contraste entre elementos funcionais [+F] e elementos temáticos [-F] e, assumindo que todo nódulo deva ser licenciado por algum tipo de relação sintática, propõe que essas relações se dividem em duas classes:

- a) relação temática, que é aquela estabelecida entre um núcleo temático e seu complemento, como a que ocorre entre o verbo e o objeto direto;<sup>3</sup>
- b) seleção funcional ("f-selection"), que corresponde à relação entre elementos funcionais e seus complementos, como a que ocorre entre COMP e INFL, ou entre INFL e verbo.

Para Abney os determinantes são núcleos funcionais, pois possuem todas as características dos núcleos funcionais, ou seja:

- a) constituem uma classe lexical fechada, do mesmo modo que os modais e COMP constituem classes fechadas;
- b) não são acentuados: em muitas línguas os determinantes são clíticos (francês, grego clássico) ou afixos (norueguês), da mesma maneira que os elementos funcionais geralmente são clíticos ou afixos;
- c) requerem um único complemento (geralmente o N) que não é argumental,

---

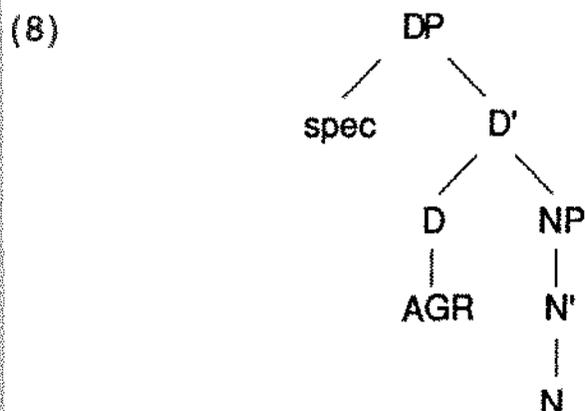
<sup>2</sup> O mesmo ocorre no português com os pronomes possessivos: "O/aquele meu livro".

<sup>3</sup> Segundo Abney, as relações temáticas incluem também a relação através da qual os adjuntos são licenciados. Entretanto, não há um consenso sobre que tipo de relação, exatamente, seja essa.

exatamente como ocorre com os outros elementos funcionais;<sup>4</sup>

d) não têm "conteúdo descritivo", i.e., não representam um predicado sobre um indivíduo, sendo mais elementos quantificacionais do que predicativos. É isso o que ocorre também com os elementos funcionais, cuja contribuição semântica, segundo Abney, é de segunda ordem: eles contribuem para a interpretação de seu complemento marcando traços gramaticais ou relacionais, ao invés de apontar uma classe de objetos. (cf. Abney, 1987:64)

A hipótese que Abney defende, então, é a de que o que se considerava como sintagma nominal é, na realidade, um sintagma determinante (DP), onde D é um elemento funcional para o NP, como o INFL é para VP, conforme esquematizado em (8):



Em (8) o núcleo D (determinante) seleciona funcionalmente uma projeção de N. A função de D, quando preenchido lexicalmente, é especificar a referência de um sintagma nominal, do mesmo modo que o INFL, no sistema verbal, localiza um determinado evento no tempo. AGR em D<sup>0</sup> atribui Caso genitivo ao nome ou pronome possessivo na posição de especificador de DP. Face a seqüências agramaticais como "John's the book", por exemplo, Abney assume, no entanto, que o AGR em D<sup>0</sup> nunca co-

---

<sup>4</sup> Segundo Abney, argumentos são CP, PP e DP. Os elementos funcionais selecionam IP, VP ou NP.

ocorre com determinantes lexicalmente realizados.<sup>5</sup> Segundo ele, essa análise dá conta dos dados do inglês apresentados por Jackendoff (1977),<sup>6</sup> sem necessidade de alteração na Teoria X'.

### 1.2.3. A proposta de Fukui e Speas (1988)

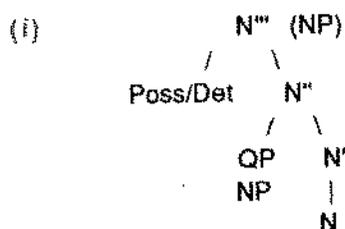
Fukui e Speas (1988) registram várias assimetrias entre as categorias lexicais, i.e., aquelas especificadas pelos traços  $[\pm V, \pm N]$ , e as categorias funcionais, ou seja, as categorias INFL, COMP e DET, que funcionam como núcleos sintáticos não-lexicais (cf. Fukui e Speas 1988:134):

- a. Núcleos funcionais têm um e somente um especificador, enquanto os especificadores dos núcleos lexicais podem ser recursivos;
- b. Os especificadores de núcleos funcionais são freqüentemente (nesse modelo, sempre) movidos de uma posição interna ao seu complemento;
- c. Todos os núcleos funcionais têm posição de especificador e não é claro

---

<sup>5</sup> Essa restrição de co-ocorrência entre possessivos e determinantes lexicalmente realizados não se aplica a línguas como o húngaro e o português, como veremos abaixo.

<sup>6</sup> Jackendoff (1977) propõe uma estrutura com três níveis de barras para explicar a colocação dos determinantes, possessivos e quantificadores do inglês, como representado abaixo:



Essa estrutura daria conta das quatro construções com especificadores que ocorrem no sintagma nominal em inglês: sintagma de medida ("measure phrase"), semi-numeral, numeral e grupo nominal, respectivamente exemplificados em (ii):

- (ii)
- a. [two parts] steel
  - b. [two dozen] roses
  - c. [three] men
  - d. [a group of] men

que todos os núcleos lexicais tenham tal posição;

d. Línguas que não têm núcleos funcionais também não têm posição de especificador;

e. Os núcleos funcionais são especiais na medida em que são itens de uma classe fechada;

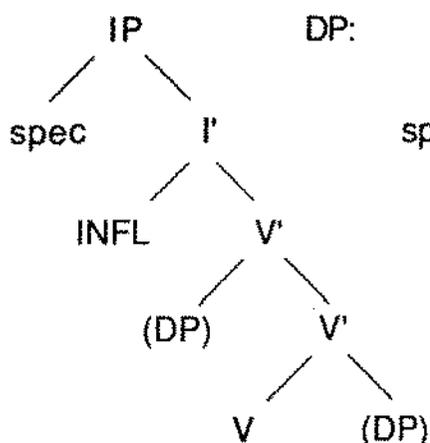
f. Núcleos funcionais não têm o valor semântico associado às categorias lexicais;

g. Núcleos funcionais selecionam sempre um único complemento.

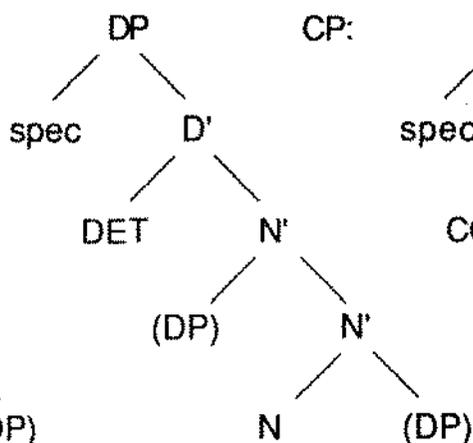
Seguindo Higginbotham (1985), os autores assumem que as categorias lexicais são as únicas categorias que têm estrutura (grade) temática como parte de sua entrada lexical e propõem que elas sejam projetadas até X' e que sua posição de especificador seja recursiva. As categorias funcionais, por sua vez, projetam-se até o nível X'' (XP) e possuem uma só posição de especificador (que fecha a projeção) e uma só posição de complemento, como vemos nas estruturas abaixo (cf. Fukui e Speas, 1988:133):

(9)

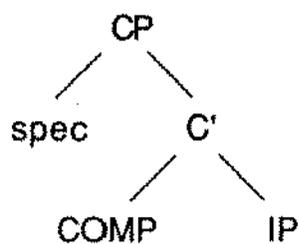
IP:



DP:



CP:



Fukui e Speas propõem que a posição de especificador das categorias funcionais, no entanto, só é licenciada se um Kaso ("Kase") for atribuído a essa posição. Por Kaso os autores entendem tanto o Caso atribuído por categorias lexicais, quanto os traços-funcionais atribuídos por categorias

funcionais. Para eles, cada categoria funcional inclui elementos que assinalam traços funcionais (traços-F) e outros elementos que não assinalam esses traços, conforme vemos no paradigma abaixo:

(10)

	CP	IP	DP
Atribuidor de Kaso	WH	tempo/AGR	's
Não atribuidor de Kaso	that	to	the

A projeção das categorias funcionais é mediada, então, pelo seguinte teorema:

(11) Teorema da Projeção Funcional: Um núcleo funcional projeta-se até o nível de X" se há kaso para ser atribuído para a sua posição de especificador. Do contrário, ele projeta-se somente até X' (cf. Fukui e Speas, 1988:154).

Fukui e Speas propõem ainda o princípio descrito em (12) abaixo, que é essencialmente uma extensão do Critério- $\theta$  formalizado por Higginbotham (1985) (cf. Fukui e Speas, 1988:140):

(12) Princípio de saturação:

a) *Every position in a grid is discharged;*

b) *If X discharges a position in a grid of Y, then it discharges only one.*

O Princípio de Saturação assegura que todas as posições numa grade (temática ou funcional) devam ser atribuídas e que cada elemento receba só uma atribuição.

#### 1.2.4. A proposta de Giorgi e Longobardi (1991)

O trabalho de Giorgi e Longobardi envolve mais especificamente a estrutura do sintagma nominal nas línguas românicas e germânicas. Os autores dão evidências a favor do que chamam de Hipótese Configuracional para a estrutura do NP. A Hipótese Configuracional consiste de duas

cláusulas:

a) Há posições temáticas (e não temáticas) em vários níveis de anexação ("attachment") hierárquica no sintagma nominal (NP). Se um elemento aparece numa posição diferente daquela de sua estrutura-D, o deslocamento segue as condições gerais da regra "Move  $\alpha$ ", i.e., as mesmas restrições da relação vestígio/antecedente. A ligação de anáforas e pronomes no NP obedece às restrições constatadas na sentença.

b) A estrutura temática dos Ns (a sua grade temática e a condição de marcação temática) é paralela à de V. Assim, as diferenças que aparecem na superfície devem-se a outros módulos da gramática (que determinam alguma variação sistemática).

Considerando os exemplos (1) e (2), repetidos aqui por conveniência, Giorgi e Longobardi concordam com Chomsky em relação ao fato de que (2)a e (2)b são transformacionalmente relacionadas do mesmo modo que (1)a e (1)b o são, e que o possessivo em (2) tem o mesmo estatuto do sujeito de (1):

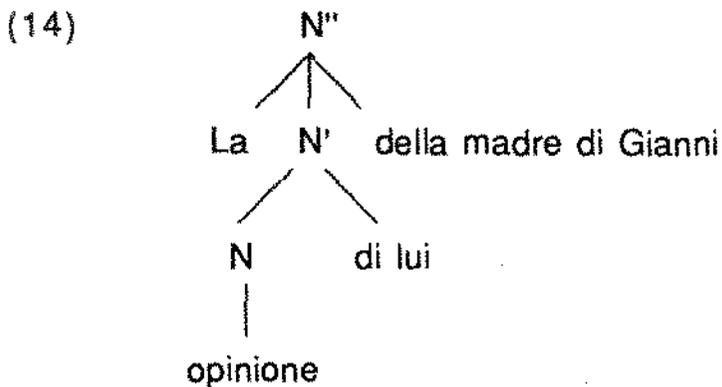
- (1) a. The enemy destroy the city.  
(o inimigo destriui a cidade')
- b. The city was destroyed by the enemy.  
(a cidade foi destruída pelo inimigo')
- (2) a. the enemy's destruction of the city  
(a destruição do inimigo da cidade')
- b. the city's destruction by the enemy  
(a destruição da cidade pelo inimigo')

Considerando dados do tipo de (13) abaixo:

- (13) a. L'opinione de lui<sub>i</sub> della madre di Gianni<sub>i</sub> è troppo lusinghiera.  
'A opinião da mãe de João<sub>i</sub> sobre ele<sub>i</sub> é muito elogiosa'
- b. \*La sua<sub>i</sub> opinione della madre di Gianni<sub>i</sub> è troppo lusinghiera.  
'A sua<sub>i</sub> opinião da mãe do João<sub>i</sub> é muito elogiosa'

os autores mostram que é impossível explicar o contraste entre (13)a e (13)b adotando-se uma definição de c-comando que leve em conta projeções máximas. Uma vez que di nunca bloqueia c-comando,<sup>7</sup> (13)a e (13)b deveriam ser igualmente agramaticais pela violação do princípio C, pois o pronome c-comandaria a expressão referencial.

O contraste entre (13)a e (13)b só pode ser explicado, assim, se admitirmos: (i) que há uma projeção intermediária N' dominando de lui, mas não della madre de Gianni em (13)a; e (ii) que essa projeção conta como c-domínio, como vemos em (14):



Em (14), tanto o pronome lui quanto a expressão referencial Gianni obedecem às normas da Teoria da Ligação, sugerindo a existência de uma assimetria entre sujeito-objeto no interior do NP.

Giorgi e Longobardi também que os nomes derivados de verbos ergativos somente marcam papéis temáticos sob N', na posição interna, como ocorre com os verbos ergativos. Pode-se verificar isso em (15), contrastando-se os nomes ergativos com nomes derivados de verbos intransitivos:

---

<sup>7</sup> Os autores mostram que no italiano a preposição di e a quando introduzem um argumento do núcleo nominal não induzem quebra de c-comando. Isso pode ser visto pelos exemplos abaixo:

- (i) a. \*la (mia) restituzione di lei<sub>i</sub> al figlio di Maria<sub>i</sub>  
       'A (minha) restituição dela<sub>i</sub> ao filho de Maria<sub>i</sub>'
- b. la restituzione di se stessa<sub>i</sub> a Maria<sub>i</sub> (da parte dello psicoanalista)  
       'A restituição dela mesma<sub>i</sub> a Maria<sub>i</sub> (pelo psicoanalista)'

A agramaticalidade de (i)a é devida à violação do Princípio C da Teoria da Ligação (cf. Chomsky (1981). (1)b, por sua vez, é gramatical uma vez que satisfaz o Princípio A da Teoria de Ligação: Maria pode ligar a anáfora se stessa.

(15) a. l'apparizione della propria<sub>i</sub> madre a Gianni<sub>i</sub>  
'O aparecimento da própria<sub>i</sub> mãe a Gianni<sub>i</sub>'

b. \*la telefonata della propria<sub>i</sub> madre a Gianni<sub>i</sub>  
'O telefonema da própria<sub>i</sub> mãe a Gianni<sub>i</sub>'

A impossibilidade de a anáfora propria ser interpretada como agente em (15)b mostra que essa anáfora não é c-comandada por Gianni em (15)b, ao contrário do que ocorre em (15)a, onde ela é interpretada como tema.

Giorgi e Longobardi evidenciam, ainda, que os possessores, i.e., todos aqueles elementos conectados semanticamente com o núcleo nominal de um modo mais difuso do que através de um papel temático específico (estabelecendo uma R-relação (cf. Higginbotham, 1983))<sup>8</sup> são projetados acima dos elementos que detém um papel temático externo, se estes estiverem presentes.<sup>9</sup> Sem considerar a posição do especificador, a estrutura proposta é, basicamente, a seguinte (cf. Giorgi e Longobardi,

---

<sup>8</sup> Higginbotham (1983) propõe que as relações do Nome com seus argumentos (que são opcionais) possuem uma estrutura lógica como a representada em (i) abaixo:

(i)  $N(x) \ \& \ R_1(A_1, x) \ \& \ R_2(A_2, x) \ \& \ \dots \ \& \ R_p(A_p, x)$

onde  $R_i$  realiza os papéis temáticos dos respectivos argumentos  $A_i$ .

Para o autor, o NP pode ser complementado: (i) por um ligador (um especificador que não é ele mesmo um NP, como the ('o/os/a/as'), every ('cada') etc.); ou (ii) por um sujeito NP. Nesse último caso o sujeito de NP estabelece uma relação com a variável, como vemos na estrutura semântica de (ii)b:

(ii) a. *Jonh's cat*  
b.  $(the \ x: \ cat(x) \ \& \ R(Jonh, \ x))$

Higginbotham assume, então, que os papéis temáticos no interior do NP são definidos através da fixação da interpretação de várias R-relações ("Relation-symbols R"), as quais podem ser explícitas (como as preposições com conteúdo) ou tácitas. Se  $r$  interpreta R,  $r$  é uma R- $\theta$  se for uma das relações licenciadas pelo núcleo, e R-não- $\theta$  se for outra.

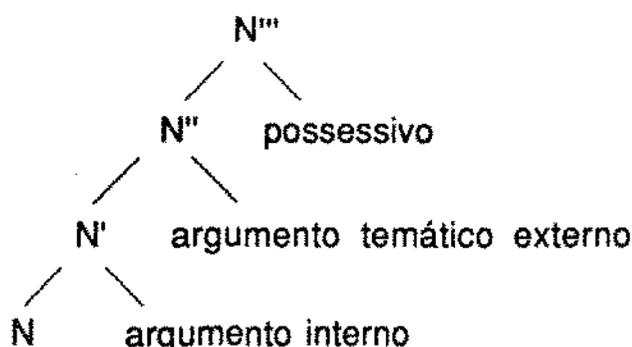
<sup>9</sup> Giorgi e Longobardi concluem isso a partir do fato de que o possessivo pode ligar elementos dentro do argumento externo (um agente, por exemplo), mas não vice-versa:

(i) *Le lettere di Piero di sua madre sono state sequestrate, quelle di Gianni no.*  
'As cartas de Piero de sua mãe foram confiscadas, as de Gianni não'

A única leitura possível nessas construções do italiano, segundo os autores, é aquela em que Piero e Gianni são entendidos como possessores e sua madre como o "agente".

1991:117):

(16)



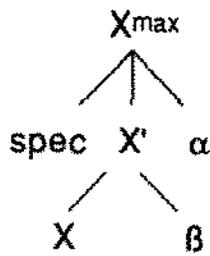
Para explicar a ordem das palavras no interior do NP, nas línguas românicas e germânicas, os autores propõem uma divisão no parâmetro do núcleo-inicial/núcleo final (Chomsky, 1986a). Estabelecem, assim, dois parâmetros diferenciados: o "parâmetro do núcleo-complemento" e o "parâmetro do núcleo-sujeito". O primeiro especifica a ordem dos argumentos internos, i.e., aqueles marcados com papel temático interno e requeridos pelo princípio de projeção; o segundo, determina a ordem dos argumentos externos, i.e., aqueles que estabelecem outra relação com o núcleo que não a de complemento. Entre esses incluem-se os argumentos que possuem o papel temático externo (sujeitos de NP) e aqueles que estabelecem uma R-relação com o núcleo nominal, como os APs e os possessivos. Esses dois parâmetros são marcados na mesma direção nas línguas românicas, mas em direções diferentes nas germânicas, como estabelecido em (17) e representado em (18) abaixo (cf. Giorgi e Longobardi, 1991:117-118):

(17) Enquanto os argumentos internos ( $\beta$ ) são projetados à direita do núcleo tanto nas línguas germânicas quanto nas românicas, as funções semânticas externas ( $\alpha$ ) são licenciadas, em estrutura-D, à direita nas românicas e à esquerda nas germânicas.<sup>10</sup>

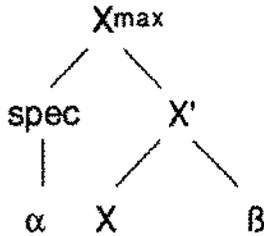
---

<sup>10</sup> O fato de línguas como o alemão não seguirem essa distinção paramétrica fazem com que Giorgi e Longobardi (1991:146-153) tratem os NPs do alemão como casos marcados.

(18) a. Românicas:



b. Germânicas:



Uma das conseqüências do parâmetro do núcleo-sujeito refere-se à existência de genitivos pré-nominais nas línguas germânicas, mas não nas românicas, como vemos abaixo:<sup>11</sup>

(19) a. John's book

b. \*il Gianni + GEN libro ('o Gianni + GEN livro')

É preciso explicar, no entanto, por que argumentos pronominais, como os possessivos nas românicas, podem ocorrer à esquerda do N, como é exemplificado em (20):

(20) a. il suo libro ('o seu livro')

b. son livre ('seu livro')

Os autores observam nesse caso que esses elementos não apresentam nenhuma marca de genitivo, mas sim marcas de concordância com o núcleo nominal. Assumem, então, que os possessivos realizam um Caso inerente

---

<sup>11</sup> Segundo Giorgi e Longobardi, esse fato é explicado pelo parâmetro estabelecido em conjunção com as propostas de Koopman (1984) e Travis (1984), que propõem que, em situações não marcadas, papel temático e Caso são atribuídos na mesma direção. Assim, se os NPs nas línguas germânicas são capazes de marcar tematicamente em ambas as direções, é de se esperar que eles possam realizar Caso bidirecionalmente, ao contrário das línguas românicas, que só podem marcar tematicamente à direita, acarretando a marcação de Caso só à direita.

através dessa concordância e propõem que, uma vez que esses elementos são gerados na base à direita do núcleo, seu aparecimento à esquerda é derivado via movimento.

### **1.3. A estrutura a ser adotada**

As evidências apresentadas por Abney (1987) e Fukui e Speas (1988) nos parecem suficientes para a adoção do Determinante como sendo um núcleo funcional.<sup>12</sup> A questão de esse núcleo funcional selecionar um N' ou um NP, no entanto, ultrapassa certamente o escopo deste trabalho, uma vez que diz respeito à questão mais geral de as categorias lexicais como um todo projetarem-se ou não até o nível de duas barras. Até onde podemos ver, nossa hipótese pode ser implementada dentro de qualquer das duas abordagens. Para efeito de ilustração, utilizaremos no decorrer deste trabalho a estrutura proposta por Fukui e Speas (1988), com as categorias lexicais projetando-se até X', sem que com isso estejamos nos comprometendo com essa abordagem.

Apoiamos Abney (1987) no que diz respeito ao fato de que há um AGR no interior do sintagma nominal. Não assumimos, no entanto, como é proposto por ele, que esse AGR seja DET. Para dar conta dos dados do português, proporemos que, além da categoria DET, há uma categoria funcional AGR no interior do sintagma nominal (AGR/NP), que é responsável pelos traços de concordância entre DET e o núcleo nominal, e pela atribuição de Caso genitivo ao nome e pronomes possessivos. Desenvolvemos essa proposta a seguir.

### **1.4. AGR no interior do NP**

Há várias visíveis diferenças entre os sintagmas nominais do português e do inglês. Uma delas diz respeito às marcas morfofonológicas de concordância entre o núcleo e os demais elementos do sintagma nominal, como verificamos nos exemplos abaixo (as marcas de gênero aparecem em negrito e as de número, sublinhadas):

---

<sup>12</sup> Em favor da adoção do núcleo Determinante no sintagma nominal do português, veja-se também Lucas (1988).

- (21) a. o livro  
b. os livros  
c. a menina  
d. as meninas
- (22) a. the book  
b. the books  
c. the girl  
d. the girls
- (23) a. o meu livro  
b. os meus livros  
c. a minha filha  
d. as minhas filhas
- (24) a. my book<sup>13</sup>  
b. my books  
c. my daughter  
d. my daughters
- (25) a. o lindo menino  
b. os lindos meninos  
c. a linda floresta  
d. as lindas florestas
- (26) a. the beautiful boy  
b. the beautiful boys  
c. the beautiful girl  
d. the beautiful girls

Enquanto no português as marcas da concordância existente entre o núcleo nominal, de um lado, e determinantes, possessivos e adjetivos, de outro, são morfofonologicamente visíveis, no inglês isso frequentemente não ocorre.

---

<sup>13</sup> A questão referente à impossibilidade do aparecimento do determinante nessas construções do inglês será tratada posteriormente.

O fato de línguas como o inglês não manifestarem abertamente a concordância não implica, no entanto, que não possuam uma concordância abstrata no interior do sintagma nominal. Prova disso é que temos instâncias em que a concordância de número se realiza de forma visível, como no caso dos pronomes demonstrativos, exemplificados em (27):

- (27) a. this book  
b. these books  
c. that book  
d. those books

O que a comparação dos dados do português com os do inglês parece sugerir é que, seja qual for a relação de concordância entre os elementos no interior do NP nas duas línguas, ela difere em relação à "força morfológica" com que atua. Se assumirmos que uma **concordância forte** é aquela que marca morfológicamente os traços [±plural] e [±feminino] no núcleo e demais elementos no interior do sintagma nominal (determinantes, possessivos e adjetivos), podemos dizer que o sintagma nominal do português possui um AGR/NP forte (AGR/NP(+)), enquanto o inglês possui um AGR/NP fraco (AGR/NP(-)).

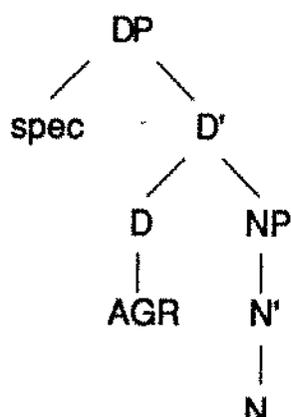
A questão que surge nesse momento diz respeito à repercussão de tais diferenças na sintaxe do sintagma nominal. Tentemos verificar, inicialmente, qual é o estatuto da relação de concordância presente nos sintagmas nominais em geral.

Chomsky assume que a concordância de determinantes e adjetivos resulta da percolação de traços a partir de N (cf. Chomsky, 1981:229, nota 61). Isso significa que o núcleo nominal seria responsável pela atribuição dos traços de concordância para os demais elementos no sintagma. Aceitando essa hipótese teríamos dificuldades em explicar (ao menos, em princípio) o fato de termos hoje no português brasileiro construções do tipo "Os menino", onde o traço de concordância do nome foi perdido, mas o do determinante foi mantido. Teríamos de supor, por exemplo, que o traço de concordância do nome percola para o determinante, sendo, após isso, apagado no nome e não no determinante, um caminho que parece bastante estranho.

Alguns trabalhos propõem a existência de um nódulo AGR no interior do sintagma nominal. Um deles é o de Abney (1987), já exposto na seção 1.2.2. Abney, como vimos, sugere que DET seja o AGR do NP, conforme

vemos na estrutura em (8), repetida aqui por conveniência:

(8)



Entretanto, a estrutura (8), embora dê conta dos dados do inglês, teria dificuldades para dar conta dos dados do português, como podemos verificar pelos exemplos abaixo:<sup>14</sup>

- (28) a. my book  
b. \*the my book  
c. \*Jonh's the book

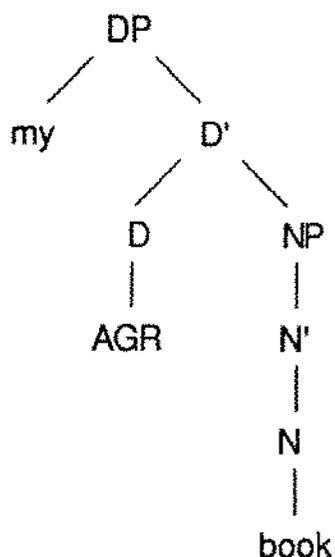
- (29) a. o meu livro  
b. \*meu o livro

Em construções do tipo (28)a, como já vimos, o pronome está na posição de especificador de DP, onde realiza o Caso genitivo, conforme a estrutura representada em (30):

---

<sup>14</sup> Essa observação é feita também por Giorgi e Longobardi em relação ao italiano (cf. Giorgi e Longobardi, 1991:202-203).

(30)



(28)b-c, por sua vez, são agramaticais uma vez que, para Abney, AGR (atribuidor do Caso genitivo) não pode co-ocorrer com determinantes lexicais.

A estrutura predita por Abney, no entanto, não consegue dar conta de estruturas como (29)a, onde Determinante e pronome co-ocorrem.<sup>15</sup> Além disso, se em português não estivesse em distribuição complementar com determinantes lexicais, a estrutura gramatical de acordo com a proposta de Abney deveria ser a exemplificada em (29)b, e não a de (29)a. Assim, em línguas como o português, parece mais adequado assumir uma estrutura onde o nódulo de AGR seja independente, diferente do núcleo determinante, como é sugerido por Szabolsci (1984) para os dados do húngaro.

Szabolsci (1984), considerando os dados do húngaro, mostra que as marcas de concordância e de Caso do possessivo são realizadas

---

<sup>15</sup> Abney propõe uma solução para um problema semelhante do húngaro, postulando que nessa língua há dois tipos de determinantes potenciais: determinantes da categoria D e determinantes da categoria K (KOMP), que é uma espécie de COMP de NP, segundo Szabolsci (1984). Para uma seqüência como (i), Abney propõe a estrutura representada em (ii), em que o determinante e o possessivo podem co-ocorrer:

(i) A Peter miden kalapja  
The Peter's every hat  
'Cada chapéu do Pedro'

(ii) [KP DAT<sub>K</sub> [DP NOM<sub>D</sub> [NP N ]]]

Aplicando essa análise aos dados do português, teríamos, talvez, que o determinante fosse o núcleo do KOMP, e o possessivo o especificador de D.

morfologicamente no nome, conforme vemos abaixo (cf. Szabolsci, 1984:89):

- (32) az én- $\emptyset$  vendég-e-m  
the I-nom guest-poss-1sg  
'o meu convidado'
- (33) a te- $\emptyset$  vendég-e-d  
the thou-nom guest-poss-2sg  
'o teu convidado'
- (34) (a) Mari- $\emptyset$  vendég-e- $\emptyset$   
the Mary-nom guest-poss-3sg  
'o convidado de Maria'

A autora observa que a morfologia desses sintagmas nominais espelham exatamente a morfologia da sentença, como verificamos em (35) abaixo, e conclui que em húngaro o sintagma nominal tem o seu próprio INFL:

- (35) Mari- $\emptyset$  alud-t- $\emptyset$   
Mary-nom sleep-pass-3sg  
'Maria dormiu'.

Do mesmo modo que há um INFL [ $\pm$ tense] na sentença, que atribui Caso nominativo ao sujeito, haveria um INFL [ $\pm$ poss] no sintagma nominal, como representado em (36), que atribuiria Caso nominativo ao sujeito de NP:

- (36) NP  $\rightarrow$  NP INFL N' (onde INFL = [ $\pm$ poss, (AGR)] )

Szabolsci mostra ainda que não é só o Caso nominativo que pode ser atribuído aos possessivos em húngaro. Há uma outra variedade de possessivos que recebe Caso dativo, conforme verificamos abaixo (cf. Szabolsci, 1984:91):

- (37) én-nek-em a vendég-e-m  
I-dat-1sg the guest-poss-1sg  
'meu convidado'

(38) te-nek-ed a vendég-e-ø  
thou-dat-2sg the guest-poss-2sg  
'teu convidado'

(39) Mari-nak a vendég-e-ø  
Mary-dat the guest-poss-3sg  
'o convidado de Maria'

Segundo a autora, os exemplos em (37)-(39) diferem dos exemplos em (32)-(34), no entanto, na medida em que somente os primeiros podem ocupar a posição de Foco, como vemos em (40):

(40) [F Mari-nak a vendég-e-ø-] alsz-ik  
'É o convidado de Maria quem dormiu'

Com base nisso, Szabolsci diferencia a posição dos dois tipos de possessivo, propondo que os possessivos dativos ocupam uma posição periférica (não-A), dentro da projeção máxima, chamada KOMP. Teríamos assim para o sintagma nominal, uma estrutura paralela à das sentenças nas línguas configuracionais, como em (41) abaixo:

(41)  $\bar{NP} \rightarrow \text{KOMP NP}$   
 $\text{NP} \rightarrow \bar{NP} \text{ INFL N}'$  (onde INFL = [ $\pm$ poss, (AGR)])<sup>16</sup>

A partir da proposta de Szabolsci e dos trabalhos de Abney, e Fukui e Speas, propomos, finalmente, a estrutura representada em (42), que parece dar conta dos dados aqui apresentados:

---

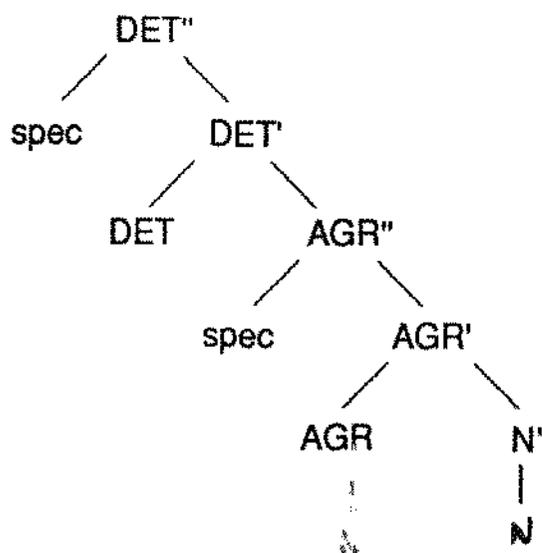
<sup>16</sup> De acordo com a autora, essa posição diferenciada explica, a possibilidade de extração do possessivo dativo e não do nominativo do interior do SN, como exemplificado em (i) e (ii):

(i) ki-nek a vendég-e-ø  
who-dat the guest-poss-3sg  
'o convidado de quem'

(ii) \*(a) ki-ø vendég-e-ø  
the who-nom guest-poss-3sg  
'o convidado de quem'

Segundo ela, essa assimetria deve-se ao ECP: a posição do possessivo nominativo não pode ser propriamente regida de fora do NP, ao contrário da posição do dativo.

(42)



Em (42), assumimos que o Determinante é um núcleo funcional (cf. Abney, 1987; Fukui e Speas, 1988), ressaltando, no entanto, que ele é mais semelhante ao COMP na sentença, do que ao INFL, contrariando o que sugerem Abney, e Fukui e Speas. Primeiramente, observe-se que o DET seleciona como complemento uma categoria funcional, AGR/NP, do mesmo modo que COMP seleciona INFL. Segundo, observe-se que a posição de especificador de DET parece ser uma posição A' (não argumental), disponível para o movimento de elementos do interior do NP (extração), da mesma forma que ocorre com COMP (cf. Uriagereka, 1988:264-276).<sup>17</sup>

Em relação à categoria AGR, estamos assumindo, com Szabolsci (1984), que o AGR/NP é a categoria funcional que, basicamente, corresponde a uma subparte de INFL na sentença. Do mesmo modo que INFL é responsável pela atribuição das marcas de tempo na sentença e atribuição de Caso nominativo ao sujeito, propomos que AGR/NP é responsável não só pela atribuição de Caso à posição de sujeito de NP, como propõe Szabolsci, mas também pela transmissão dos traços de

---

<sup>17</sup> No que diz respeito às construções do húngaro apresentadas em (32)-(34), podemos dizer que o Caso nominativo é atribuído à posição de especificador de AGR, como propõe Szabolsci. No caso das construções com dativo, exemplificadas em (37)-(39), o nome presumivelmente passa pela posição de especificador de AGR quando se move para o especificador de DET, desencadeando a concordância com o núcleo nominal subcategorizado por AGR. A questão de esse elemento receber caso na posição de espec/AGR ou espec/DET, no entanto, não parece clara. Uma possibilidade seria a de que o elemento recebesse Caso no espec/AGR e que as marcas morfológicas do Dativo fossem reflexo da concordância espec/núcleo com o núcleo DET. Deixamos em aberto essa questão.

concordância para o núcleo nominal, como esquematizado abaixo:<sup>18</sup>

(43) AGR/NP = [ $\pm$ c] (traços de concordância:  $\pm$ pl,  $\pm$ fem)  
          [ $\pm$ k] (possibilidade de atribuição de Caso)

Os traços [ $\pm$ c] em (43) são responsáveis pelas marcas de concordância do nome e, indiretamente, pelas marcas de concordância dos demais membros do sintagma nominal adjuntos a N ou N' (assumindo-se uma possível percolação desses traços do núcleo N para esses elementos; cf. Chomsky, 1981). Os traços [ $\pm$ k] são responsáveis pela atribuição de Caso à posição de especificador de AGR/NP (como vemos no inglês e húngaro), bem como ao pronome possessivo na posição pós-nominal, como ocorre no português. Abaixo exploraremos essa proposta em detalhe.

#### 1.4.1. Os traços [ $\pm$ c]

A primeira questão a ser colocada na explicitação dos traços [ $\pm$ c] é se a concordância de gênero possui o mesmo estatuto da concordância de número. Parece-nos que não. O fato de no português lápiz ser marcado como masculino e caneta como feminino, por exemplo, é algo idiossincramente definido na língua. Isso significa que não temos a possibilidade da marcação do traço oposto. Tendo em vista que isso se aplica a grande parte do léxico da língua, seria plausível pensar que AGR/NP não é responsável pelas transmissão dos traços de gênero ao nome, como ocorre com os traços de número, mas sim pela combinação adequada dos traços de gênero do nome e do determinante. Isso nos leva a assumir que somente as marcas de concordância de número são relevantes para a caracterização dos traços [ $\pm$ c], uma vez que presumivelmente são as únicas transmitidas pelo AGR/NP ao nome.

Dentro dessa nova perspectiva, a diferenciação da categoria AGR/NP como (+) ou (-) em relação aos traços [ $\pm$ c] será feita em função da transmissão dos traços de concordância do Nome às demais categorias adjuntas a ele. Como vimos nos exemplos em (23) e (25) repetidos abaixo,

---

<sup>18</sup> Observamos, ainda, que o AGR/NP seleciona uma categoria lexical N, do mesmo modo que INFL seleciona V. Não exploraremos, no entanto, a possibilidade de esse AGR/NP também ser dividido em mais de uma projeção funcional, como tem sido proposto para INFL (cf. Pollock, 1989, entre outros).

tanto os adjetivos quanto os possessivos no português padrão exibem as mesmas marcas de concordância que o núcleo nominal:

- (23) a. o meu livro  
b. os meus livros  
c. a minha filha  
d. as minhas filhas

- (25) a. o lindo menino  
b. os lindos meninos  
c. a linda floresta  
d. as lindas florestas

Assumimos, assim, seguindo Chomsky (1981), que os traços de concordância de número transmitidos a N por AGR/NP(+) e os traços de concordância de gênero (inerentes a N) percolam para os demais elementos adjuntos a N. No inglês, ao contrário, os traços de concordância atribuídos pelo AGR/NP(-) (as marcas de número) são incapazes de percolar aos demais elementos, como vimos nos exemplos em (24) e (26).<sup>19</sup>

A partir da estrutura proposta em (42), investiguemos agora a diferença entre línguas como o português e o inglês na manifestação morfofonológica dos traços [c] em DET e no núcleo nominal, como vimos nos dados de (21)-(26). Considerando o fato de que DET é o núcleo do sintagma nominal que seleciona AGR/NP, uma explicação possível é que a própria categoria DET seja diferenciada nas duas línguas. Formalizando um pouco mais o que vimos anteriormente através dos dados (21)-(26), podemos representar sintaticamente a concordância entre DET e núcleo nominal nas duas línguas do seguinte modo:

---

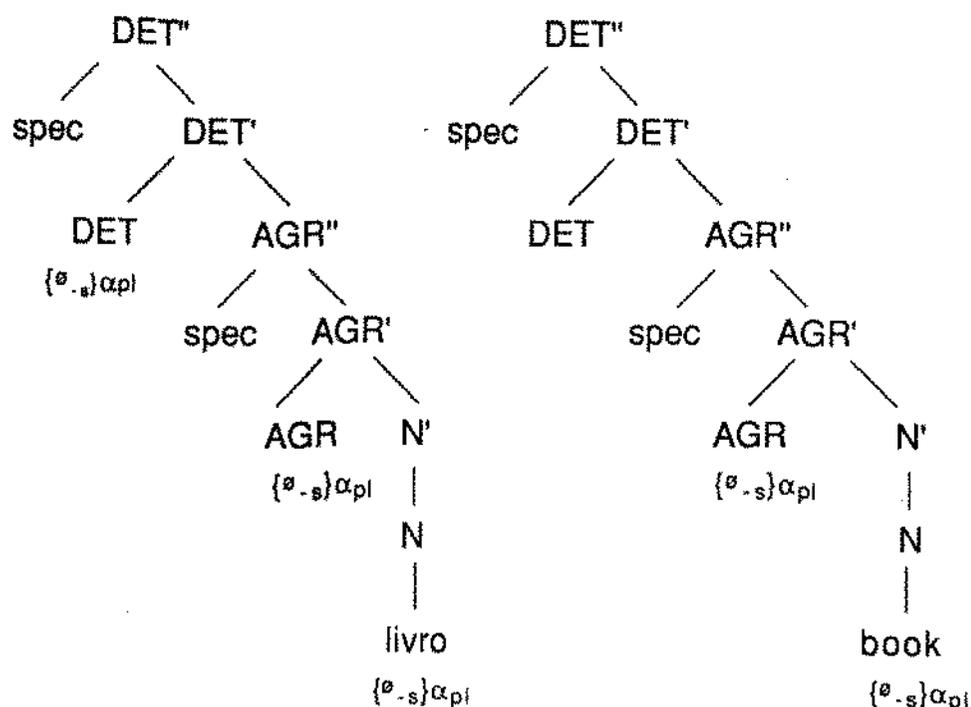
<sup>19</sup> Observe-se ainda que o português e o inglês diferem também em relação ao fato de que no inglês a marcação da concordância singular/plural nos nomes se dá, algumas vezes, a nível de léxico e não através da combinação de traços morfológicos na sintaxe, como exemplificado em (i):

- (i) a. The woman  
b. The women  
c. The child  
d. The children

Talvez o fato de uma língua marcar uniformemente os traços [c] e a outra não tenha relação com a caracterização do AGR/NP nas duas línguas.

(44) a. Português

b. Inglês



No português, conforme pode ser visto em (44)a, DET sempre realiza morfofonologicamente os traços de concordância  $[\pm pl]$ , ao contrário do inglês, em que somente os pronomes demonstrativos realizam morfofonologicamente os traços  $[\pm pl]$  (cf. (27)). Podemos diferenciar esses dois tipos de DET através da caracterização DET(+) para o português e DET(-), para o inglês, similarmente ao que estabelecemos para a categoria AGR/NP. Assumindo que um DET(+) é aquele que categoricamente marca morfológica e concordância de número e DET(-) é aquele que não apresenta essa regularidade, teríamos a seguinte generalização: um DET(+) seleciona um AGR(+) (há percolação dos traços que N recebe, como no português) e um DET(-) seleciona um AGR(-) (não há percolação dos traços que N recebe, como no inglês), como representado em (45)a e (45)b, respectivamente:

(45) a. DET (+) → AGR(+)

b. DET (-) → AGR(-)

Os dados do português brasileiro não-padrão, no entanto, nos levam a modificar essa primeira sistematização. Temos hoje no português do

Brasil um enfraquecimento generalizado na marcação de concordância no interior do sintagma nominal (cf. Scherre, 1988, entre outros), como verificamos nos exemplos abaixo:

- (46) a. os menino  
b. as menina  
c. os menino bonito  
d. as menina bonita  
e. os meu filho  
f. as minha filha

Os dados em (46) mostram que, embora mantenha categoricamente a distinção [ $\pm$ fem] no Nome e elementos adjuntos a ele (adjetivos e pronomes possessivos); o português não mantém, categoricamente, a distinção [ $\pm$ pl]. O que isso parece sugerir é que um DET(+) também pode selecionar um AGR(-).

A partir desses fatos, então, podemos estabelecer as seguintes possibilidades lógicas para a seleção entre DET e AGR nas línguas naturais:

- (47) a. DET(+)  $\rightarrow$  AGR(+)  
b. DET(+)  $\rightarrow$  AGR(-)  
c. DET(-)  $\rightarrow$  AGR(-)  
d. DET(-)  $\rightarrow$  AGR(+)

A seleção em (47a) é exemplificada pelo português europeu, pelo português brasileiro padrão e pelo italiano; a seleção em (47b) é exemplificada pelo português brasileiro não-padrão; línguas como o inglês e também o japonês exemplificam a seleção em (47c), como visto acima; finalmente, em relação a (47d), não temos conhecimento de nenhuma língua que a exemplifique.<sup>20</sup> Se essa lacuna da seleção de DET por AGR se confirmar, o próximo passo seria buscar uma motivação para a impossibilidade de um DET(-) selecionar um AGR(+). Devido aos limites deste trabalho

---

<sup>20</sup> Este seria o caso de uma língua com determinantes morfologicamente invariáveis, mas com nomes e adjuntos morfologicamente flexionados em número.

deixaremos essa questão em aberto.<sup>21</sup>

É preciso explicar neste momento por que a "discordância" entre pronomes possessivos em posição pré-nominal e o nome contrasta com a a "discordância" entre adjetivos em posição pré-nominal e o nome, como exemplificado abaixo:

- (48) a. os meus filho  
b. ??os lindoso menino

O primeiro fato a considerar é que, embora linearmente ocupem a posição pré-nominal em (48), o adjetivo e o pronome possessivo estruturalmente ocupam posições diferentes: o pronome ocupa a posição de especificador de AGR/NP e o adjetivo está adjunto ao nome (como defenderemos no próximo capítulo). Isso implica que os pronomes possessivos em posição pré-nominal têm um relação direta com AGR/NP, enquanto os adjetivos, quer pospostos quer antepostos ao nome, sempre dependem da percolação dos traços de concordância a partir do núcleo nominal. Em outras palavras a relação entre AGR e o adjetivo é indireta. Assim, (48)b é marginal pois o adjetivo não poderia receber traços de concordância por percolação, uma vez que o núcleo nominal não os recebeu, enquanto (48)a é gramatical pois o possessivo recebe as marcas de concordância diretamente de AGR.<sup>22</sup>

---

<sup>21</sup> É interessante notar, a partir dos dados de (46), que em línguas em que AGR/NP está enfraquecido, como no caso do português brasileiro não-padrão, DET(+) se torna o único responsável pela diferenciação [± pl]. No inglês, ao contrário, como DET é fraco, a marcação [±pl] é feita no Nome. Parece que há, então, um equilíbrio entre a manifestação das marcas de plural no DET e no Nome: ao menos um desses elementos obrigatoriamente assinala a concordância plural. Seguindo essa linha, é perfeitamente aceitável que uma língua marque redundantemente (tanto no DET, quanto no Nome) os traços de plural, como ocorre com o português de Portugal, por exemplo. Não esperamos encontrar, no entanto, uma língua em que nem DET, nem o Nome sejam marcados com os traços de número.

<sup>22</sup> Se essa abordagem se provar adequada, poderíamos dizer que o enfraquecimento de AGR/NP envolve a perda da transmissão dos traços de concordância para o nome antes da perda de concordância morfológica entre o especificador e o núcleo de AGR, o que parece ser comprovado pela agramaticalidade de (i):

- (i) a. \*Os meu livros

Mais ainda, poderíamos dizer que as marcas de gênero, por serem inerentes ao nome e independentes dos traços de número, não sofrem enfraquecimento. Observe-se que qualquer uma das seqüências de (ii)

Se o que dissemos acima estivesse correto, entretanto, deveríamos esperar que (48)b fosse totalmente agramatical. A relativa aceitabilidade de (48)b levanta a possibilidade de que o enfraquecimento de AGR/NP no português brasileiro não-padrão deu origem a uma opção marginal de transmissão dos traços de concordância para o primeiro elemento do sintagma nominal, numa espécie de salto de afixo. Essa hipótese se mostra viável pelo contraste entre (48)b e construções como (49) abaixo:

- (49) a. \*os menino lindos  
b. \*os lindo meninos  
c. \*os filho meus

(49)a é pior que (48)a presumivelmente porque nem a percolação dos traços de concordância a partir de N para o adjetivo, nem o salto do afixo para o adjetivo são possíveis. A mesma explicação se aplica a (49)b e (49)c.

#### 1.4.2. Os traços [ $\pm$ k]

Analisemos agora os traços [ $\pm$ k]. Classificaremos de [ $\pm$ k] o AGR/NP que de algum modo atribui Caso aos pronomes possessivos e/ou aos "sujeitos" de NP, e classificaremos de [-k] o AGR/NP incapaz de atribuir Caso.<sup>23</sup> Como neste trabalho estaremos tratando somente de línguas em que o AGR/NP atribui Caso, vamos nos referir a esses AGRs simplesmente como AGR/NP [k].

---

são totalmente agramaticais no português brasileiro não-padrão:

- (ii) a. \*o menino bonita  
b. \*o bonita menino  
c. \*o minha filho  
d. \*o filho minha

Até onde podemos ver, as observações acima também são válidas para o francês moderno.

<sup>23</sup> A postulação da existência de línguas com um AGR/NP [-k] abre espaço para línguas (logicamente possíveis) idênticas ao português, com exceção da existência de pronomes possessivos. Em tais línguas as relações estabelecidas por pronomes possessivos no português presumivelmente devem ser mediadas por preposições.

Consideremos os seguintes exemplos:

- (50) a. \*o livro Alvaro  
b. o livro do Alvaro  
c. \*o Alvaro livro
- (51) a. \*o braço cadeira  
b. o braço da cadeira  
c. \*o cadeira braço
- (52) a. \*the book Alvaro  
b. \*the book of Alvaro  
c. Alvaro's book <sup>24</sup>
- (53) a. \*the arm the chair  
b. the arm of the chair  
c. the chair's arm

Uma observação geral a ser feita a partir dos dados acima é que tanto o português como o inglês não atribuem caso a "nomes possessivos" na posição pós-nominal, como mostram (50)a, (51)a, (52)a e (53)a, requerendo inserção de preposição para que o Filtro dos Casos seja satisfeito, como vemos em (50)b, (51)b e (53)b. A agramaticalidade de (52)b<sup>25</sup> presumivelmente deve-se a uma idiossincrasia do inglês que proíbe "nomes possessivos" com o traço [+humano] na posição pós-

---

<sup>24</sup> A impossibilidade da co-ocorrência entre um DET lexicalmente realizado e um elemento possessivo (nome ou pronome) em posição pré-nominal no inglês como em "The Alvaro's book" será tratada mais adiante.

<sup>25</sup> Não abordaremos aqui o caso especial das construções como em (i):

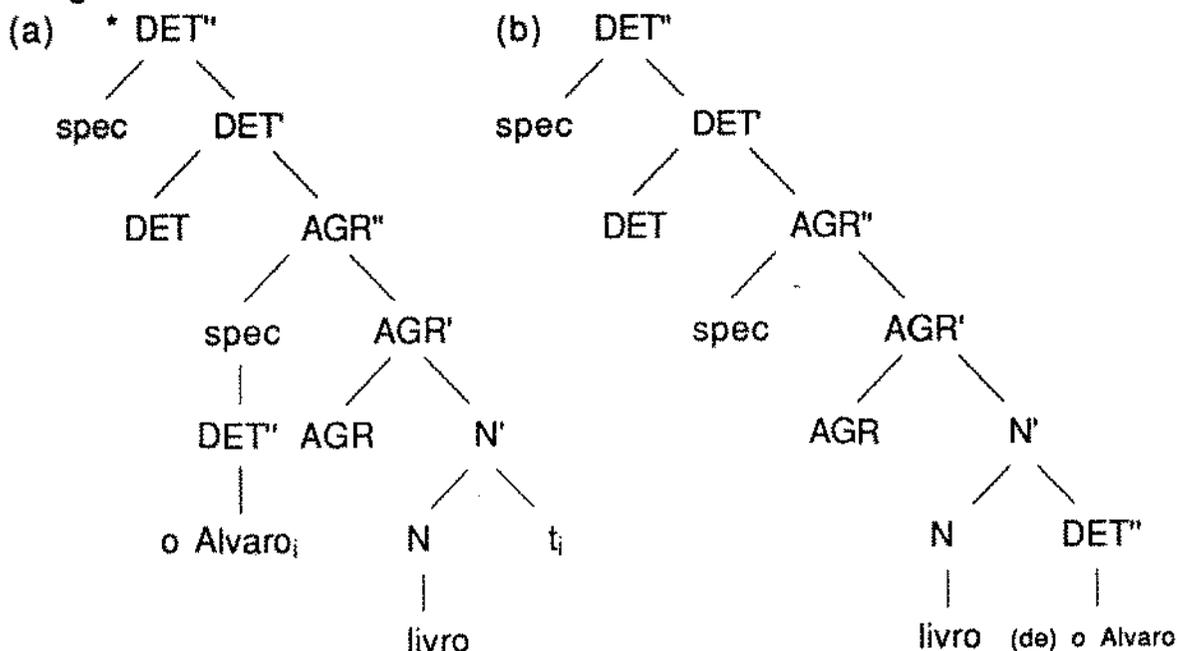
(i) that book of John's

Para uma análise detalhada desses casos, consultem-se Chomsky (1970), Dresher e Hornstein (1979), entre outros.

nominal.<sup>26</sup>

Consideremos por enquanto o português. Assumindo-se a estrutura proposta em (42) e também que pronomes e "nomes possessivos" estejam adjuntos a N' em estrutura-D, o paradigma visto em (50)b-c e (51)b-c pode ser genericamente representado como em (54) abaixo:

(54) Português



Assumindo por ora que AGR/NP não pode atribuir caso a um "nome possessivo" em seu especificador, como vemos em (54)a, a inserção da preposição de em (54)b seria licenciada por ser o último recurso para a realização de Caso, como formalizado por Giorgi e Longobardi nos seguintes termos:<sup>27</sup>

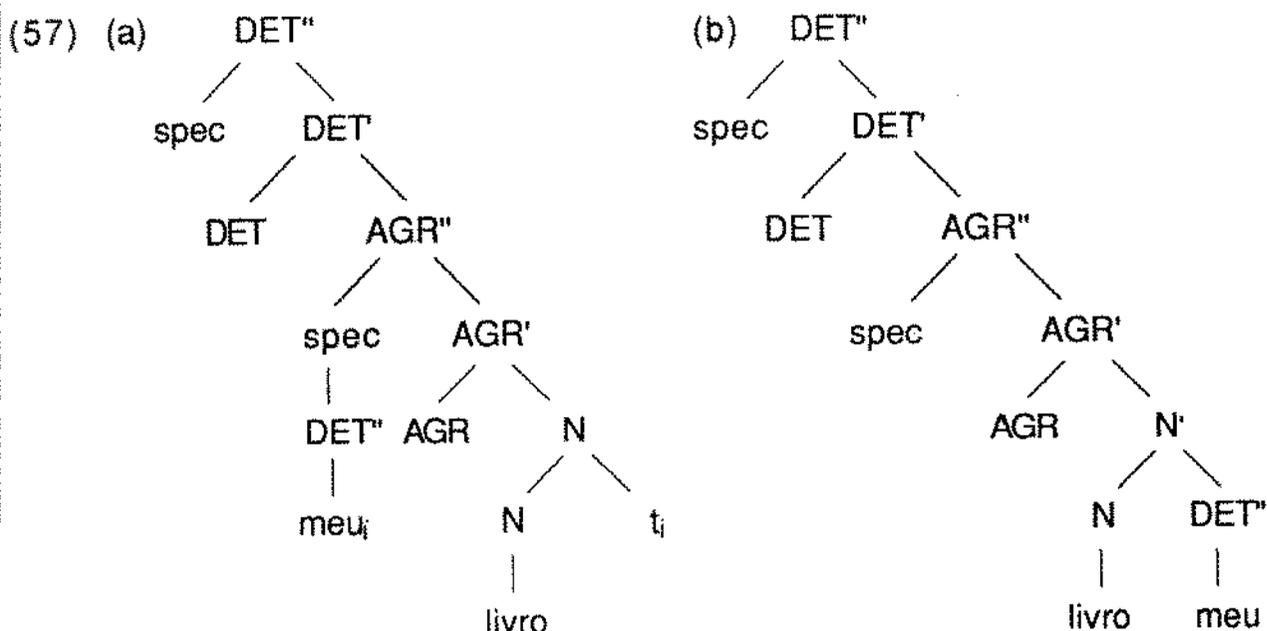
<sup>26</sup> É de se observar que essa restrição se aplica somente quando há relação de posse. (52)b é gramatical se Alvaro for interpretado como sendo o assunto (o objeto) de book.

<sup>27</sup> Cf. também Chomsky, 1986a:192.

(55) "Uma preposição atribuidora de Caso é licenciada se e somente se a marcação de Caso não puder ser diretamente realizada" (cf. Giorgi e Longobardi, 1991:37).<sup>28</sup>

A questão mais profunda que se coloca neste momento é por que "nomes possessivos" não podem receber caso em (54a). Não se pode dizer pura e simplesmente que no português AGR/NP não atribui caso ao seu especificador, uma vez que pronomes possessivos presumivelmente podem receber caso tanto no especificador de AGR/NP, quanto *in situ* (em adjunção a N'), como exemplificado em (56) e representado em (57):

- (56) a. o meu livro  
b. o livro meu (que...)



Uma possível abordagem seria tentar relacionar a atribuição de Caso à informação categorial nome vs. pronome, estipulando que o Caso genitivo só poderia ser atribuído a pronomes, mas não a nomes (na verdade, DPs). Entretanto, essa estipulação não se poderia se estender ao inglês, cujo AGR/NP também pode atribuir caso genitivo a "nomes possessivos" em seu especificador, como vimos em (52)c e (53)c. Nas seções que se seguem

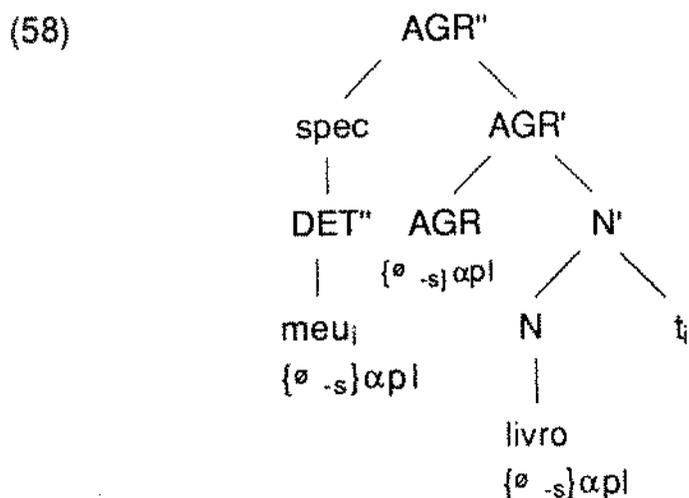
<sup>28</sup> Os autores entendem pela expressão "diretamente realizada" qualquer forma de realização de caso que não envolva inserção de preposição.

procuraremos derivar essa diferença entre o português e o inglês no que diz respeito à atribuição de Caso a "nomes possessivos" no especificador de AGR/NP a partir das diferenças básicas entre o sistema de concordância das duas línguas.

#### 1.4.2.1. A interação entre os traços [ $\pm$ c] e [ $\pm$ k]

Como vimos na seção 1.4.1, AGR/NP em inglês é um AGR/NP(-), na medida em que os traços de concordância de número não percolam do Nome para os elementos em adjunção (adjetivos e pronomes possessivos), ao contrário do que ocorre no português.

Há ainda uma outra diferença marcante entre essas duas línguas. No português a concordância entre o núcleo de AGR/NP e um pronome possessivo em seu especificador tem a mesma realização morfofonológica que a derivada pela relação entre o núcleo de AGR/NP e seu complemento (o sintagma nominal), i.e., a realização do que na seção 1.4.1. chamamos de traços [ $\pm$ c] ([ $\pm$ pl]), como esquematizado em (58):



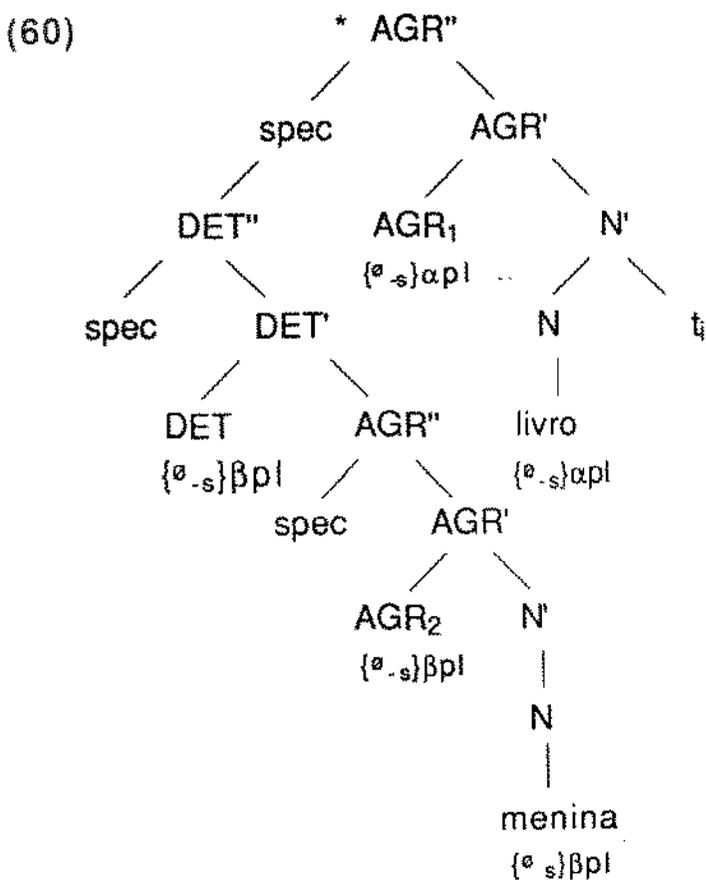
Em (58)  $\alpha$  representa um valor para os traços [ $\pm$ pl] comum ao Determinante no especificador de AGR/NP, ao AGR/NP e, conseqüentemente, ao Nome.

Em inglês, por outro lado, embora as marcas morfofonológicas de atribuição de Caso genitivo sejam idênticas às de número ( $\emptyset$  e  $\underline{-s}$ ), a realização morfofonológica da concordância entre AGR/NP e seu especificador independe da realização morfofonológica dos traços [c]

([±pl]), como ilustrado em (59):

- (59) a. the boys' book ('o livro dos meninos')  
 b. the boys' books ('os livros dos meninos')  
 c. the boy's book ('o livro do menino')  
 d. the boy's books ('os livros do menino')

Essa diferença entre o inglês e o português quanto à interação dos traços [±c] e [±k] traz alguma luz para o fato de o português aceitar construções onde a posição do especificador de AGR/NP é ocupada por um pronome possessivo, mas não aquelas onde essa posição é ocupada por um "nome possessivo". Se no português a concordância entre AGR/NP e seu especificador é morfologicamente realizada pelos traços [c], a presença de um "nome possessivo" (i.e, um DP com seu próprio AGR/NP e um sintagma nominal expresso) no especificador de AGR/NP geraria um "conflito de concordância": o "nome possessivo" estaria sendo marcado com traços [c] por dois AGRs/NP distintos, como ilustrado em (60):



Em (60) os traços [c] de  $AGR_1$  ( $\alpha$ ) entram em conflito com os traços [c] de  $AGR_2$  ( $\beta$ ).

Com os pronomes possessivos esse choque de concordância não ocorre, uma vez que, presumivelmente,  $AGR/NP$  é o responsável pelos traços de concordância dos pronomes. Assim os traços [c] possuem o mesmo índice, como vimos em (58).

#### 1.4.2.2. A realização de [+k] como [k+] ou [k-]

As construções com pronomes possessivos envolvem problemas de maior complexidade que as construções com "nomes possessivos". Em primeiro lugar, não é claro na teoria que tipo de categoria os pronomes realmente são;<sup>29</sup> em segundo, não é imediatamente óbvio como os pronomes possessivos realizariam Caso genitivo na posição em que são gerados, como na construção (56)b, repetida abaixo, tendo-se em vista que um Nome não é considerado um atribuidor de Caso:

(56)b. O livro meu (que...)

Giorgi e Longobardi (1991) assumem que os pronomes possessivos têm um Caso inerente genitivo em estrutura-D (cf. também Chomsky, 1986a) e propõem que esse Caso seja realizado sob a projeção máxima de N, através dos traços de concordância. Nos termos da análise aqui desenvolvida,  $AGR/NP$  é o elemento que atribui caso ao pronome possessivo ou sob concordância especificador/núcleo, motivando o movimento do possessivo para a posição de especificador, ou sob regência,<sup>30</sup> o que permite que o possessivo permaneça na posição onde é gerado.

Mas se essa é a explicação cabível para o português, que licencia pronomes possessivos tanto na posição pré-nominal quanto na posição pós-nominal, a questão a ser agora respondida é por que o possessivo não pode

---

<sup>29</sup> Embora os pronomes sejam tradicionalmente tratados como NPs, há trabalhos que apontam uma série de diferenças entre o comportamento dos nomes e pronomes. Veja-se, por exemplo, Abney (1987).

<sup>30</sup>  $\alpha$  rege  $\beta$  se  $\alpha$  m-comanda  $\beta$  e não há nenhum  $\gamma$ ,  $\gamma$  uma barreira para  $\beta$ , tal que  $\gamma$  exclua  $\alpha$  (cf. Chomsky, 1986b)

ocorrer na posição pós-nominal no inglês, como exemplificado pelo contraste em (61):

- (61) a. my book  
b. \*(\*the) book my

O que se pode pensar é que há uma distinção em relação à categoria AGR/NP também em relação aos traços de [+k], i.e., ao tipo de atribuição de Caso no interior do sintagma. Podemos dizer que uma língua que possui um AGR/NP(+) em relação aos traços [+k] é aquela em que AGR/NP atribui caso ou por concordância especificador/núcleo ou por regência, como ocorre no português. Uma língua com um AGR/NP(-) em relação aos traços de [k], por outro lado, é aquela em que a atribuição de Caso se dá através de concordância especificador/núcleo, mas não sob regência, como ocorre no inglês.

Tomando os traços [ $\pm$ c] e [ $\pm$ k] nesse sentido, teríamos quatro possibilidades lógicas para classificar o AGR/NP nas línguas:

- a) AGR/NP [+ c, k+] (português brasileiro padrão)
- b) AGR/NP [- c, k-] (inglês)
- c) AGR/NP [+ c, k-] (?)
- d) AGR/NP [- c, k+] (?)

Não temos condições no momento de checar as duas últimas possibilidades do paradigma acima. Necessitaríamos verificar um número maior de línguas para ver se essas possibilidades se efetivam ou não. Mesmo assim, podemos fazer algumas especulações.

Uma delas diz respeito à possibilidade de termos uma interação entre os traços [c] e [k]. Se as duas últimas possibilidades acima forem impossíveis, poderíamos pensar que, se uma língua possui um AGR/NP(+) em relação aos traços [c], como ocorre no português padrão, possui também um AGR/NP(+) em relação aos traços [+k], i.e., deve poder atribuir Caso sob concordância especificador/núcleo ou sob regência. Em línguas que, como o inglês, possuem um AGR/NP(-) em relação aos traços de [c], por sua vez, esperaríamos que a atribuição de Caso ao possessivo pudesse se realizar através de concordância especificador/núcleo, mas não sob regência.

No caso do português brasileiro não-padrão, que, como vimos na

seção 1.41, está deixando de ser AGR/NP(+) em relação aos traços [c] mas continua realizando o possessivo na posição pós-nominal, diríamos que está havendo um processo gradativo de mudança lingüística: perde-se aos poucos a marcação dos traços [c] e em seguida perde-se também aos poucos a ocorrência do possessivo pós-nominal. De fato, a posição do possessivo no português do Brasil hoje é, preferencialmente, pré-nominal.

#### 1.4.2.3. A seleção de [+k] por DET

Retomemos o paradigma visto em (51)b-c e (53)b-c e repetido abaixo por comodidade:

- (51) b. o braço da cadeira  
c. \*o cadeira braço
- (53) b. the arm of the chair  
c. the chair's arm

No português, a inserção de preposição em construções como (51b) é licenciada como o último recurso (cf. (55) acima) para a satisfação do Filtro dos Casos, uma vez que AGR/NP não atribui casos a "nomes possessivos" em seu especificador, como vimos na seção 1.4.2.1. O mesmo parece não poder ser dito do inglês, que admite "nomes possessivos" na posição de especificador de AGR/NP. Assim, ou a inserção de preposição como último recurso descrita em (55) é empiricamente inadequada, ou há outros fatos que concorrem para a inserção de preposição em construções como (53b).<sup>31</sup>

Seguindo esta última abordagem, atribuiremos a inserção de preposição à impossibilidade de coocorrência entre determinantes e possessivos, como já observado anteriormente, e ilustrado em (62):

---

<sup>31</sup> Observe-se que a construção the chair's arm só é aceitável no inglês se ambos os DPs, referentes a chair e arm forem definidos. Se arm for indefinido, temos somente uma possibilidade, a(n) arm of the chair. Assim, do mesmo modo que o traço [±humano] restringe a possibilidade da realização do genitivo com inserção da preposição na posição pós-nominal, como vimos comparando (52) e (53), aqui o traço [±definido] restringe a possibilidade do movimento do DP indefinido para a posição de especificador.

- (62) a. \*the my book ('o meu livro')  
b. \*the John's book ('o livro de João')

Recorde-se que, de acordo com a proposta de Abney (1987), a agramaticalidade de (62) é esperada, uma vez que o atribuidor de Caso 's está no núcleo de DET, em distribuição complementar com as realizações lexicais do núcleo DET. Como em nossa análise, o elemento atribuidor de caso está no núcleo de AGR/NP e não no núcleo de DP, procuraremos derivar a impossibilidade de coocorrência entre DET e possessivo através da seleção de AGR/NP por DET.

O que podemos pensar é que há línguas como o português em que DET, independentemente do fato de ter seu núcleo preenchido lexicalmente ou não, seleciona sempre um AGR/NP contendo os traços [+k] (atribuidores de Caso), enquanto outras línguas, como o inglês, possuem um DET que seleciona os traços [ $\pm$ k] de AGR/NP, dependendo do preenchimento lexical de DET. Assim, em inglês, um DET não lexicalizado seleciona um AGR/NP [+k], enquanto um DET realizado lexicalmente obrigatoriamente seleciona um AGR/NP [-K], como ilustrado abaixo:

- (63) a. DET  $\emptyset$   $\rightarrow$  AGR [+k]  
b. DET the  $\rightarrow$  AGR [-k]

Não é estranho postularmos essas restrições seletivas entre categorias funcionais, se nos lembrarmos de que o núcleo de COMP que em português (ou that, em inglês) seleciona um IP [+Tempo], enquanto um COMP não realizado lexicalmente seleciona um IP [-Tempo].

Voltando à questão da inserção de preposição em inglês como último recurso, podemos dizer que, se numa construção DET for lexicalmente realizado, a única maneira de um pronome ou um "nome possessivo" receber caso é através de inserção de preposição, uma vez que DET lexicalmente realizado em inglês seleciona um AGR/NP [-k] (não atribuidor de Caso).<sup>32</sup>

Estabelecida a estrutura sintática do sintagma nominal, investigaremos, no capítulo a seguir, a posição dos adjetivos no interior

---

<sup>32</sup> Há também certas restrições semânticas ao movimento do nome possessivo para a posição de especificador de AGR/NP de que não trataremos aqui (cf. Anderson, 1979, e Jaeggli, 1986, entre outros).

desse sintagma no português e no inglês.

**CAPÍTULO II**  
**ADJETIVOS NO INTERIOR**  
**DO SINTAGMA NOMINAL**

## CAPÍTULO II

### ADJETIVOS NO INTERIOR DO SINTAGMA NOMINAL

#### II.1. Introdução

A partir da estrutura do NP proposta na seção 1.4 do Capítulo I, procuraremos estabelecer neste capítulo o estatuto sintático dos adjetivos no interior dos sintagmas nominais.

Consideremos, inicialmente, os seguintes dados do português e do inglês:

- (1) a. o livro vermelho  
b. \*o vermelho livro
- (2) a. \*the book red  
b. the red book

O que a comparação dos dados de (1) e (2) parece sugerir é que há uma diferença na posição onde os adjetivos são gerados na estrutura-D das duas línguas. Poderíamos dizer que no inglês os adjetivos são gerados à esquerda<sup>1</sup> e no português, à direita do núcleo nominal.<sup>2</sup> Isso, no entanto, como o próprio leitor já deve estar questionando, não se aplica a construções do português como as exemplificadas em (3):

- (3) a. o livro interessante  
b. o interessante livro

Levando em consideração os dados acima, podemos levantar duas hipóteses para dar conta dos dados do português:

---

<sup>1</sup> Não estamos levando em consideração aqui os adjetivos seguidos de complemento como, por exemplo, proud em "The poet proud of his poem".

<sup>2</sup> Essa diferença, como vimos na seção 1.2.4, é formalizada por Giorgi e Longobardi (1991) através do parâmetro do núcleo-sujeito (cf. também a seção 11.2.3 a seguir).

a) No português, diferentemente do inglês, os adjetivos podem ser gerados dos dois lados.

b) No português, (3)a exemplifica a ordem básica dos adjetivos e a ordem de (3)b é gerada via movimento.

A primeira hipótese dá conta de (3), mas não de (1). Se os adjetivos pudessem ser gerados dos dois lados, não haveria como explicar a agramaticalidade de (1)b. Para dar conta de (1)b poderíamos, no entanto, refinar a hipótese dizendo que há certa(s) classe(s) de adjetivos cujos membros podem ser gerados dos dois lados.

A segunda hipótese, por sua vez, dá conta de (3), mas seria preciso explicar por que um adjetivo como interessante pode se mover para a posição pré-nominal, como demonstra (3)b, e outro como vermelho não pode, como vemos em (1)b. Novamente teríamos de estabelecer classes de adjetivos, mostrando que um adjetivo do tipo de vermelho pertence a uma classe distinta daquela de um adjetivo como interessante.

Até onde podemos ver, ambas as hipóteses nos levariam a um mesmo lugar: estabelecidas as classes, teríamos que os adjetivos de certa(s) classe(s) são gerados ou se movem opcionalmente à esquerda do núcleo nominal no interior do NP.

Deixaremos a opção por uma dessas duas hipóteses para mais adiante. Vamos agora investigar a diferença existente entre adjetivos do tipo de interessante e vermelho, tentando responder à questão mais geral formulada em (4) abaixo:

(4) Qual (quais) o(s) tipo(s) de adjetivo que pode(m) ser gerado(s) ou ser movido(s) para a posição pré-nominal no português?

Iniciaremos fazendo uma breve revisão bibliográfica, passando a seguir a apresentar a proposta classificatória defendida neste trabalho.

## II.2. Revisão bibliográfica

### II.2.1. A gramática tradicional

Embora a maior parte das gramáticas tradicionais não aborde a questão da colocação dos adjetivos no interior do sintagma nominal, aquelas que o fazem partem de critérios semânticos. É o caso de Cunha e Cintra (1985), por exemplo, que utilizam a distinção adjetivo *objetivo/subjetivo* para explicar a ordem dos adjetivos em relação ao nome:

"sendo a seqüência SUBSTANTIVO + ADJETIVO a predominante no enunciado lógico, deriva daí a noção de que o adjetivo posposto possui valor objetivo: noite **escura**, rapaz **bom**, dia **triste**, campos **verdes**. Sendo a seqüência ADJETIVO + SUBSTANTIVO provocada pela ênfase dada ao qualificativo, decorre daí a noção de que, anteposto, o adjetivo assume um valor subjetivo: **escura** noite, **triste** dia, **bom** rapaz, **verdes** campos." (cf. Cunha e Cintra, 1985:259)

Os critérios para a distinção *objetivo/subjetivo* em Cunha e Cintra (1985) apóiam-se na distinção do que seja uma qualidade expressa através da nossa inteligência e outra expressa através da nossa imaginação:

"Como elemento fundamental para a caracterização dos seres, o ADJETIVO (ou qualquer expressão adjetiva) desempenha importante papel naquilo que falamos ou escrevemos. É ele que nos permite configurar os seres ou os objetos tal como nossa inteligência os distingue, nomeando-lhes as peculiaridades objetivamente apreensíveis. Ex.: rapaz **alto**, mesa **redonda**, templo **barroco**, muro **de pedra**. É ele que nos permite expressar os seres e os objetos enriquecidos pelo que a nossa imaginação e sensibilidade lhes atribui. Assim: moça **exuberante**, **estupenda** paisagem, caráter **difífil**, ambiente **acolhedor**." (cf. Cunha e Cintra, 1985:259)

Segundo essa classificação, vermelho certamente seria um adjetivo objetivo, enquanto interessante seria subjetivo. Diríamos, assim, respondendo à questão em (4), que só um adjetivo subjetivo pode ocupar ou se mover para a posição pré-nominal.

Um problema que enfrentaríamos ao seguirmos a classificação proposta por Cunha e Cintra diz respeito aos critérios utilizados para a distinção das classes de adjetivos objetivos/subjetivos.

Observe-se que os critérios utilizados para tal classificação são bastante imprecisos, uma vez que se apóiam na distinção subjetiva do que seja uma qualidade expressa através da nossa inteligência e outra expressa através da nossa imaginação. Seria difícil muitas vezes precisar o que é "subjetivo" e o que é "objetivo" nos termos definidos pelos autores. Como classificar contente por exemplo? Não seria um adjetivo "subjetivo"? E por que não pode, então, ocupar a posição pré-nominal, como em "o contente rapaz"? Sendo assim, pensamos ser improdutivo mantermos tal classificação.

### II.2.2. Lobato (1990)

Lobato (1990), fazendo uma análise sintático-semântica dos adjetivos do português e do inglês, relaciona a ordem dos adjetivos à sua interpretação predicativa e/ou restritiva.<sup>3</sup> De acordo com ela, os *adjetivos predicativos* são definidos em termos aristotélicos como sendo aqueles que acrescem substância primária (cor e forma) ou secundária (tipo: nacionalidade, profissão, etc.) à substância denotada pelo nome que eles modificam. Já a *interpretação restritiva* é definida em termos de pertinência a um conjunto: uma propriedade é associada a uma expressão nominal com o propósito de restringir a extensão do tipo natural denotado pelo nome (cf. Lobato, 1990:02).

Tomando o exemplo (5):

- (5) a. pobres mulheres  
b. mulheres pobres

Lobato mostra que em (5)a, pobres não restringe o conjunto de mulheres, mas se refere a todos os membros do tipo natural "mulher". Em (5)b, ao contrário, pobres tem o efeito de restringir a extensão do tipo natural "mulher" ao subconjunto daquelas que têm a propriedade "pobre". Assim, segundo a autora, quando possui uma interpretação apenas predicativa, sem possibilidade de restringir a extensão de um tipo natural, o adjetivo só pode ocorrer em posição

---

<sup>3</sup> Almeida (1962) estabelece uma classificação semelhante: adjetivos restritivos/explicativos.

pré-nominal. É isso o que acontece com adjetivos como eventual, pobre (na interpretação apreciativa), grande (como apreciativo) e mero. Quando possui uma interpretação restritiva, o adjetivo ocorre sempre na posição pós-nominal (cf. Lobato, 1990:02).

Sendo assim, a distribuição dos adjetivos no interior do sintagma nominal segundo a autora é a seguinte:

a) na posição *pós-nominal* ocorrem adjetivos predicativos restritivos (Ex.: mulher brasileira) e adjetivos não-predicativos restritivos (Ex.: engenheiro civil); e

b) na posição *pré-nominal* só ocorrem adjetivos puramente predicativos, i.e., adjetivos predicativos não-restritivos (Ex.: pobre mulher).

Sintaticamente, Lobato analisa os adjetivos em termos da Teoria X': a correlação entre os níveis sintático e semântico é manifestada através da noção de escopo, que por sua vez é definida em termos estruturais de c-comando.<sup>4</sup> Seguindo uma proposta de Chomsky (1986b) segundo a qual um núcleo só pode estar em adjunção a outro núcleo e uma projeção máxima só pode estar em adjunção a outra projeção máxima, e adotando a hipótese de que os determinantes têm projeção própria (cf. Abney, 1987 e Stowell, 1987), Lobato propõe que no inglês um adjunto é interpretado como apositivo quando:

(i) é uma projeção máxima e se encontra em adjunção à projeção máxima mais alta; ou

(ii) é um núcleo e se encontra em adjunção ao núcleo da projeção máxima mais alta;

Por outro lado, um adjunto é interpretado como restritivo no inglês quando:

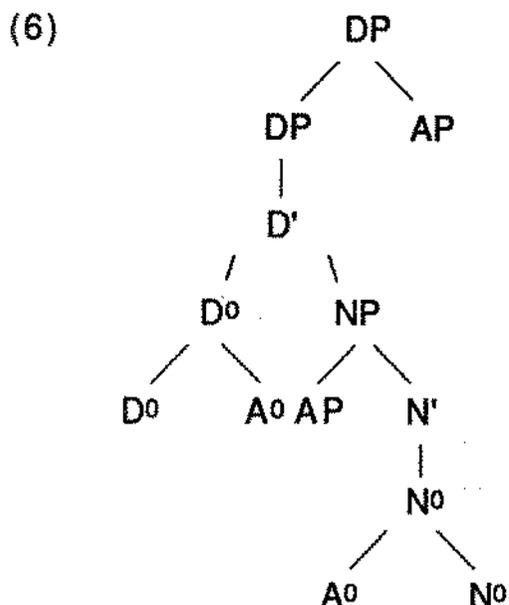
---

<sup>4</sup>  $\alpha$  c-comanda  $\beta$  sse  $\alpha$  não domina  $\beta$  e qualquer Y que domina  $\alpha$  domina  $\beta$  (cf. Reinhart, 1976).

(i) é uma projeção máxima e se encontra em adjunção à projeção máxima encaixada dentro de uma mais alta; ou

(ii) é um núcleo e se encontra em adjunção ao núcleo de uma projeção máxima encaixada.

Para Lobato, a estrutura que representa essas possibilidades é a de (6):

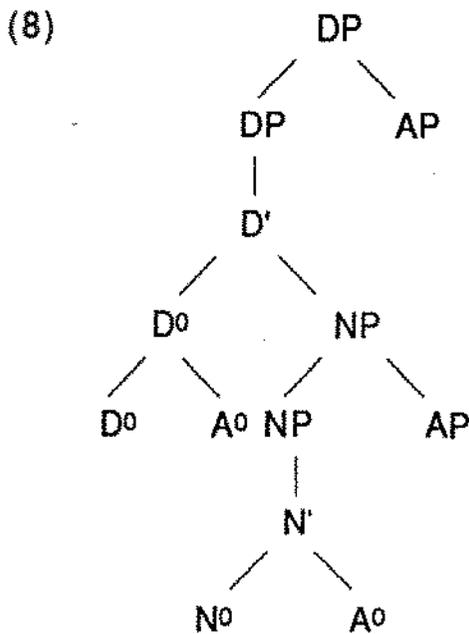


A adjunção a DP é proposta para casos onde o adjetivo se relaciona a todo o DP, como em (7):

(7) I eat the meat raw. ('eu comi a carne crua')

No português, o quadro é ligeiramente diferente: como os adjetivos restritivos não ocorrem em posição pré-nominal, segundo a autora, não há adjunção à esquerda de N<sup>0</sup>. Assim, adjetivos restritivos ocorrem em dois tipos de adjunção à direita: adjunção à direita de N<sup>0</sup>, quando são modificadores restritivos do núcleo nominal (como em engenheiro civil), ou em adjunção à direita de NP, quando são modificadores restritivos do NP (como em os brasileiros industriais). Os adjetivos com leitura apositiva (como em pobres mulheres) ocorrem em adjunção ao núcleo da projeção máxima DP. A

estrutura proposta para o português, então, é a de (8) abaixo:



Assumindo a proposta de Lobato, teríamos que tanto o adjetivo interessante quanto o adjetivo vermelho seriam predicativos. Não teríamos meios, então, de dar conta do fato de só adjetivos como interessante poderem ocorrer em posição pré-nominal, a não ser dizendo que somente um adjetivo como interessante pode ter a leitura puramente predicativa. Respondendo, então, à questão em (4), diríamos que só um adjetivo que tem a possibilidade de ser puramente predicativo pode ser gerado ou movido para a posição pré-nominal e que, somente quando está nessa posição, um adjetivo efetivamente é puramente predicativo.

Considerando-se mais alguns dados do português, no entanto, vemos que a proposta de Lobato é empiricamente inadequada. O primeiro fato a se considerar é que há adjetivos unicamente predicativos na posição pós-nominal. Eventual, por exemplo, considerado pela autora puramente predicativo, pode também ocorrer em posição pós-nominal, como vemos em (9)a abaixo. Por outro lado, temos que ao menos em uma leitura de (9)b e (9)c abaixo o adjetivo importantes possui uma interpretação puramente predicativa (não restritiva nos termos de Lobato):

- (9) a. Um caso eventual pode ocorrer, mas não é provável.  
b. Chomsky realizou um trabalho importante.  
c. O trabalho importante de Chomsky abriu novos caminhos para a lingüística.

Em (9)a eventual não restringe caso e em (9)b e (9)c, importante só restringe trabalho se Chomsky tiver realizado trabalhos importantes e não importantes e nós estivermos nos referindo ao importante.

Além disso, há casos em que podemos ter adjetivos restritivos na posição pré-nominal, como exemplificado em (10), também contrariando o que é proposto por Lobato:

- (10) a. As boas idéias serão publicadas.  
b. Os maus exemplos não devem ser seguidos.

Em (10) tanto o adjetivo boas como maus restringem o conjunto denotado pelo nome.

Assim sendo, não nos parece acertado seguir a distinção provinda do trabalho de Lobato.<sup>5</sup>

### II.2.3. Giorgi e Longobardi (1991)

Giorgi e Longobardi, estudando aspectos referentes à colocação dos adjetivos no interior do NP nas línguas românicas e germânicas, propõem que os adjetivos nas línguas românicas são gerados à direita e nas germânicas, à esquerda, seguindo o parâmetro do sujeito-núcleo (cf. seção 1.2.4).

Para explicar a presença de adjetivos também à esquerda nas línguas românicas, eles propõem que há certos adjetivos que podem ser movidos para a posição pré-nominal. Os autores partem da

---

<sup>5</sup> Outro problema que surge na proposta de Lobato é o de que, se o adjetivo na posição pré-nominal estiver adjunto ao D<sup>0</sup>, como vimos na estrutura proposta em (8), teríamos dificuldades para dar conta das estruturas onde há adjetivos antepostos e pronomes possessivos, como em (i):

(i) O seu importante trabalho

classificação dos adjetivos em "predicativos" e "referenciais". Os *adjetivos predicativos* são definidos como sendo aqueles adjetivos modificadores que predicam uma qualidade do núcleo nominal sem denotar um objeto no mundo.

Considerando os dados em (11):

- (11) a. il vestito elegante ('o vestido elegante')  
b. l'invasione tedesca ('a invasão alemã')  
c. \*la nostra invasione tedesca della Grecia  
( 'a nossa invasão alemã da Grécia')

afirmam que elegante em (11)a não se refere a uma entidade do mundo, sendo somente uma propriedade que pode ser predicado de alguma coisa. Já tedesca em (11)b pode também "referir"; nesse caso, (11)b é, de fato, equivalente a l'invasione dei tedeschi ('a invasão dos alemães'), onde tedeschi é claramente um termo referencial, funcionando como argumento. Como tedeschi e tedesco nesses exemplos denotam a mesma classe de objetos, Giorgi e Longobardi propõem que tedesco tem propriedades referenciais, mesmo sendo um adjetivo. Conseqüentemente, (11)c é agramatical pois estaria violando o Critério- $\theta$ , uma vez que teríamos apenas dois papéis temáticos para três sintagmas referenciais: nostra, tedesca, e della Grecia (cf. Giorgi e Longobardi, 1991:123).

Para o reconhecimento dos adjetivos predicativos/referenciais, os autores propõem o seguinte teste: adjetivos não-predicativos normalmente não ocorrem sob modificação de nenhum tipo, como podemos verificar nos exemplos abaixo (cf. Giorgi e Longobardi, 1991:128):

- (12) a. un'invasione molto rapida/\*italiana dell'Albania  
( 'uma invasão muito rápida/\*italiana da Albânia')

Reconhecidos os adjetivos predicativos/referenciais, Giorgi e Longobardi (1991) propõem que somente os adjetivos predicativos podem aparecer tanto na posição pós-nominal, quanto pré-nominal,

nas línguas românicas.<sup>6</sup> É o que vemos em (13), onde o adjetivo tipicamente predicativo simpatica pode ou não se seguir ao núcleo nominal:

- (13) a. una ragazza simpatica  
('uma moça simpática')  
b. una simpatica ragazza  
('uma simpática moça')

Os adjetivos referenciais, por sua vez, ficam restritos à posição pós-nominal, como vemos em (14) e (15) (cf. Giorgi e Longobardi, 1991:127):

- (14) a. l'invasione italiana dell'Albania  
('a invasão italiana da Albânia')  
b. \*l'italiana invasione dell'Albania  
('a italiana invasão da Albânia')

- (15) a. un'automobile italiana  
('um carro italiano')  
b. \*un'italiana automobile  
('um italiano carro')

A explicação sintática dos autores para esse fato provém, basicamente, de certas observações feitas por Kayne (1981). Kayne observa que um adjetivo pode expressar um papel temático, mas difere essencialmente dos sintagmas genitivos sinônimos na medida

---

<sup>6</sup> Giorgi e Longobardi observam, no entanto, que as duas posições em que o adjetivo predicativo pode aparecer diferem em relação ao conteúdo ou informação que ele carrega: na posição pré-nominal o adjetivo tem somente a interpretação apositiva, enquanto na posição pós-nominal a interpretação pode ser apositiva ou restritiva. Eles reconhecem ainda outras diferenças entre a posição pré- e pós-nominal, como a apontada no exemplo (i) abaixo:

- (i) a. un alto ufficiale ('um alto oficial')  
b. un ufficiale alto ('um oficial alto')

Em (i)a, além da leitura não-restritiva de (i)b, tem-se também outra leitura: aquela em que o oficial está num posto hierárquico elevado. Essa diferença, segundo os autores, não parece ter nenhuma relação com o parâmetro apresentado ou a hipótese teórica proposta por eles.

em que nunca expressam um papel temático interno, como podemos ver abaixo:

- (16) a. the Italian invasion of Albania  
(‘a invasão italiana da Albânia’)  
b. \* the Albanian invasion by Italy  
(‘a invasão albanesa pela Itália’)  
c. Italy's invasion of Albânia  
(‘a invasão da Albânia pela Itália’)  
d. Albania's invasion by Italy  
(‘a invasão da Albânia pela Itália’)

A explicação que Kayne fornece é que um AP não pode conseguir sua interpretação temática via cadeia, ou seja, APs não são capazes de ligar um traço numa posição argumental de NP. Do mesmo modo, adjetivos referenciais expressando uma função temática do núcleo não podem ligar uma anáfora:

- (17) a.\*the Albanian destruction of itself/themselves  
(‘a destruição albanesa de si mesma/de si mesmos’)  
b. Albania's destruction of itself  
(‘a destruição da Albânia de si mesma’)  
c. the Albanians' destruction of themselves  
(‘a destruição dos albaneses de si mesmos’)

A generalização de Kayne formulada a partir desses dados é que um adjetivo referencial pode descarregar um papel temático do núcleo (no sentido de Higginbotham, 1985), mas é insuficiente como antecedente para uma expressão anafórica.

Considerando essa generalização de Kayne<sup>7</sup> e a hipótese do

---

<sup>7</sup> Conforme Giorgi e Longobardi, nas línguas românicas o paradigma (i), correspondente a (16), também é encontrado:

- (i) a. l'invasione italiana dell'Albania  
b. \* l'invasione albanese da parte dell'Italia  
c. la sua invasione dell'Albania  
d. la sua invasione da parte dell'Italia

Apesar do fato de que ambas as versões ‘ativa’ e ‘passiva’ são possíveis com o possessivo,

parâmetro do sujeito-núcleo (cf. seção 1.4.2), Giorgi e Longobardi explicam o fato de os adjetivos referenciais nunca poderem se superficializar na posição pré-nominal, quer sejam agentes, possesores ou tenham qualquer outra relação (R-relação no sentido de Higginbottam): um adjetivo referencial é incapaz de ligar o traço deixado na posição pós-nominal. Os adjetivos predicativos, diferentemente, não têm esse problema, segundo os autores, uma vez que o traço deixado por esse tipo de adjetivos é um traço verdadeiramente adjetival e não argumental. Explica-se, então, o contraste entre (13)b e (15)b acima, por exemplo.

Os autores observam, no entanto, que há casos em que adjetivos como italiano, por exemplo, podem ser interpretados não referencialmente, como ilustrado abaixo:

- (18) a. Il comportamento tedesco nel 1914 fu irrazionale.  
(‘O comportamento alemão em 1914 foi irracional’)  
b. Questo é un tipico comportamento tedesco.  
(‘Este é um típico comportamento alemão’)

Em (18)a o comportamento em questão tem de ser aquele da Alemanha ou dos alemães; já em (18)b as pessoas (ou o que está se comportando de tal modo) não precisam ser necessariamente alemãs para a sentença ser verdadeira, mas somente comportar-se como alemães. Teríamos assim que em (18)b o significado é predicativo. Prova disso é a possibilidade de termos possibilidade de modificação (cf. Giorgi e Longobardi, 1991:128):

- (19) a. un comportamento italianissimo  
(‘um comportamento italianíssimo’)  
b. un comportamento più italiano di quanto mi aspettassi  
(‘um comportamento mais italiano do que eu esperava’)

---

como vemos em (i)c e (i)d, a versão ‘passiva’ é agramatical com o adjetivo, como vemos em (i)b. Tendo-se em vista que a existência de um movimento do adjetivo nesses casos não é óbvio (já que nas línguas românicas o adjetivo nasce à direita do nome), Giorgi e Longobardi assumem que mesmo se um adjetivo é originado sob N’, ele precisa se mover sob N<sup>max</sup> para receber e realizar concordância, sob a hipótese independentemente plausível de que a concordância com o núcleo X só pode ser realizada sob X<sup>max</sup>. Para ser interpretado em (i)b no entanto, o AP precisa ligar um traço temático. Dado que esse tipo de ligação é impossível, a estrutura é agramatical.

Nesses casos, os autores prevêm que esses adjetivos possam ser movidos para a posição pré-nominal, especialmente quando sua interpretação não referencial é forçada pela modificação, o que é confirmado, como verificamos em (20):

- (20) quel suo tedeschissimo comportamento  
(‘aquele seu alemãozíssimo comportamento’)

No entanto, de acordo com a análise de acordo com a análise de Giorgi e Longobardi, tanto adjetivos como interessante, quanto adjetivos como vermelho no português seriam predicativos, como sugere o teste da modificação proposto pelos autores, exemplificado em (21):

- (21) a. Um livro  *muito* interessante foi lançado hoje.  
b. Este é um vestido  *muito* vermelho para o meu gosto.

Conseqüentemente, não teríamos como distinguir o comportamento diferenciado desses dois adjetivos no interior do NP, i.e., o fato de o adjetivo interessante, mas não vermelho, poder ser movido para a posição pré-nominal.

Há outros casos problemáticos desse tipo. Tomemos, por exemplo, adjetivos como bêbado. Segundo o teste proposto, bêbado seria predicativo, pois podemos ter “ *muito* bêbado”. Entretanto, esse adjetivo não pode ocupar a posição pré-nominal, como vemos em (22) abaixo, contrariando o que seria esperado:

- (22) a. o homem bêbado  
b. \*o bêbado homem

Talvez pudéssemos manter a hipótese de Giorgi e Longobardi, adicionando algum outro critério para a distinção entre adjetivos predicativos e referenciais. Poderíamos alegar, por exemplo, que adjetivos como bêbado são, na verdade, referenciais e não predicativos, uma vez que eles podem ser “substantivizados”, pois podemos ter “o bêbado”, “o vermelho” (em referência à cor). Mesmo assim, o problema prosseguiria com outros adjetivos, como

contente, por exemplo, que admite modificação, não admite substantivização, mas não pode se mover para para a posição pré-nominal, como vemos abaixo:

- (23) a. a menina muito contente  
b. \*o/a contente  
c. \*a contente menina

Sendo assim, uma vez que a classificação proposta por Giorgi e Longobardi (1991) não estabelece a distinção desejada entre os adjetivos que podem ou não ser movidos para a posição pré-nominal, não nos parece viável segui-la.

#### II.2.4. Carter (1989)

Considerando os adjetivos no inglês, Carter (1989) mostra que eles podem ser classificados dependendo da natureza formal da propriedade que especificam. São cinco as classes de adjetivos estabelecidas pela autora:

1) adjetivos que objetivamente comparam o referente do nome com o conjunto que é sua extensão. Ex.: former ('anterior'), mere ('mero'), certain ('certo') e outros relacionados com advérbios;

2) adjetivos que avaliam um indivíduo em relação a todas as propriedades compartilhadas pelos membros do conjunto denotado pelo núcleo nominal. Ex.: good ('bom'), useful ('proveitoso'), etc.;

3) adjetivos que avaliam um indivíduo em relação a uma propriedade compartilhada pelos membros do conjunto da extensão. Ex.: tall ('alto'); long ('longo') e outras propriedades físicas gradativas. Esses adjetivos fazem distinções subsectivas dentro do conjunto identificado pelo núcleo nominal.

4) adjetivos que são intersectivos, representando uma propriedade que define um conjunto independentemente daquele do núcleo

nominal. Ex.: round ('redondo'), square ('quadrado'); green ('verde'), etc.;<sup>8</sup>

5) adjetivos que restringem a extensão do nome. Ex.: Japanese ('japonês'), electric ('elétrico'), legal ('legal'), etc.

Analisando as classes 2, 3, 4 e 5, a autora constata que no inglês os adjetivos que denotam propriedades independentes do nome, como os da classe 4, ocupam uma posição mais próxima ao núcleo nominal, do que os que são dependentes da denotação do nome, como os das classes 2 e 3, como ilustrado em (24) abaixo:

- (24) a. a big round red cushion  
(uma grande redonda vermelha almofada)  
b. \*a red round big cushion.

Segundo a autora, os adjetivos da classe 5, por sua vez,

---

<sup>8</sup> A diferença entre adjetivos essencialmente subjectivos (dependentes do nome) e adjetivos intersectivos (independentes do nome) pode ser expressa, segundo Carter, em termos de conjuntos de elementos. A denotação do nome chair ('cadeira'), por exemplo, modificada pelo adjetivo da classe 3 big ('grande') pode ser representada como em (i). (ii) representa a modificação do mesmo nome pelo adjetivo da classe 4 red ('vermelho') (cf. Carter, 1989:16):

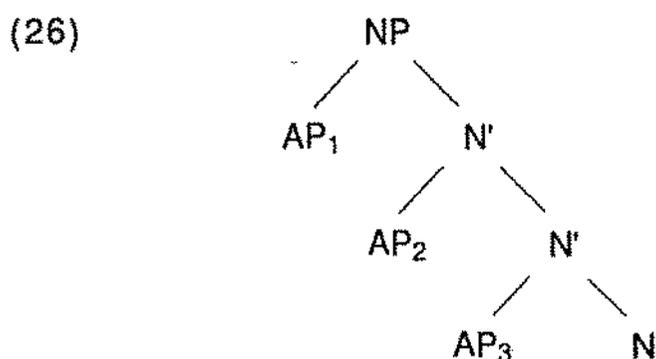


Segundo a autora, os adjetivos independentes do nome são aqueles que denotam uma propriedade que pode identificar um conjunto de coisas no universo. É o caso do adjetivo vermelho, por exemplo. Intuitivamente, o conjunto das "coisas vermelhas" é reconhecível e sempre enumerável no universo sem referência à natureza das coisas particulares. O conjunto de "coisas altas", no entanto, já não é tão facilmente reconhecido, pois não há um conceito padrão de altura. Ele depende do que a autora chama de sensibilidade ao contexto (uma pessoa que mede 1,70m, por exemplo, pode ser alta em muitos contextos, mas não para um jogador de basquete).

participam de uma relação temática,<sup>9</sup> sendo por isso sempre adjacentes ao nome, conforme verificamos em (25):

- (25) a. the next great *American* hero  
 (o próximo grande americano herói)  
 b. \*the great *American* next hero

A partir dessas constatações, Carter propõe que a restrição na ordem dos adjetivos em inglês seja vista como o efeito da interação entre a distinção dessas classes semânticas e sua configuração sintática, conforme a estrutura (26) abaixo:

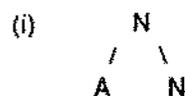


Em (26), a posição de AP<sub>1</sub> é reservada para os adjetivos da classe 2 (bom, proveitoso, etc.); a posição de AP<sub>2</sub>, para os adjetivos da classe 3 (alto, longo, etc); e a posição AP<sub>3</sub>, para os adjetivos da classe 4 (vermelho, quadrado, etc.).

Estendendo a classificação apresentada por Carter (1989) ao português, podemos classificar adjetivos como interessante como pertencentes à classe 2, e adjetivos como vermelho como pertencentes à classe 4. Respondendo à questão formulada em (4),

---

<sup>9</sup> Segundo Carter, uma relação temática é aquela que se produz sob regência, numa estrutura de incorporação do tipo (i). Por isso o adjetivo, necessariamente, precisa estar adjacente ao núcleo nominal.



Ela observa ainda que o uso freqüente dessas combinações pode lexicalizar um composto desse tipo, como ocorre com french fries ('batata frita'), solar system ('sistema solar'), etc.

diríamos que somente os adjetivos da classe 2 de Carter poderiam ser movidos para a posição pré-nominal e não os da classe 4.

Se considerarmos um número maior de dados do português, no entanto, o quadro é um pouco diferente: podemos dizer que os adjetivos da classe 2 e 3 ocorrem tanto em posição pré-nominal quanto pós-nominal, contrastando com os adjetivos das classes 4 e 5, que só podem ocorrer na posição pós-nominal. Vemos isso em (27)-(28), respectivamente:

- (27) a. uma boa almofada  
b. uma almofada boa  
c. uma grande almofada  
d. uma almofada grande

- (28) a. uma almofada vermelha  
b. \*uma vermelha almofada  
c. um herói brasileiro  
d. \*um brasileiro herói

Ainda diferentemente do inglês, alguns dos adjetivos da classe 5 de Carter não necessitam estar, obrigatoriamente, adjuntos ao núcleo nominal no português, como vemos em (29):<sup>10</sup>

- (29) a. Um engenheiro *elétrico* famoso  
b. \*Um engenheiro famoso *elétrico*  
c. Um herói *brasileiro* famoso  
d. Um herói famoso *brasileiro*

A partir dessas constatações para os dados do português, é interessante notar que os adjetivos que podem se mover para a posição pré-nominal, i.e., os das classes 2 e 3, são adjetivos avaliativos: os da classe 2 avaliam os indivíduos em relação a todas as propriedades compartilhadas pelos membros do conjunto denotado pelo nome, e os da classe 3 avaliam os indivíduos em relação a uma propriedade compartilhada pelo conjunto da extensão do nome. Sendo assim, no português, podemos generalizar a caracterização de

---

<sup>10</sup> Esse fato sugere que, ao menos no português, a classe 5 necessitaria ser dividida.

Carter, dizendo que somente os adjetivos avaliativos podem ser gerados ou se mover para a posição pré-nominal no português.<sup>11</sup> É o que desenvolveremos na próxima seção.

### II.3. Adjetivos avaliativos e não-avaliativos

Propomos uma nova classificação para os adjetivos: *adjetivos avaliativos* e *adjetivos não-avaliativos*. De modo informal, podemos definir os *adjetivos avaliativos* como sendo aqueles que são usados pelo falante para a emissão de uma opinião ou julgamento. Se não quisermos, no entanto, incorrer no mesmo problema de imprecisão apontado na classificação de Cunha e Cintra (1985), precisamos definir com maior acuidade o que é um *adjetivo avaliativo*.

Levando-se em consideração o fato de que temos no português uma classe de verbos ditos de julgamento que, reconhecidamente, podem subcategorizar um AP dentro de uma "small clause",<sup>12</sup> é de se esperar que eles subcategorizem adjetivos do tipo avaliativo. É o que verificamos em (30):<sup>13</sup>

- (30) a. Eu acho/considero/julgo *simpático/bom* o João.  
b. \*Eu acho/considero/julgo *alemão/bêbado* o João.

---

<sup>11</sup> É preciso ressaltar aqui que a anteposição só é possível com adjetivos sem complemento, como podemos ver através do contraste em (i):

- (i) a. Um pai orgulhoso de seu filho  
b. \*Um orgulhoso de seu filho pai

<sup>12</sup> Cf. Stowell (1981), Chomsky (1981), entre outros.

<sup>13</sup> Dentre os verbos de julgamento parece haver uma certa variação na aceitabilidade de certas construções, como vemos em (i) abaixo:

- (i) a. \*Feitos os exames, o médico achou bêbado o João.  
b. ??Feitos os exames, o médico julgou bêbado o João.  
c. ?Feitos os exames, o médico considerou bêbado o João.

O verbo que parece distinguir mais adequadamente os adjetivos avaliativos e não-avaliativos é achar, no presente do indicativo:

- (ii) \*O médico acha bêbado o João.

Assim, parece lícito caracterizarmos os adjetivos avaliativos como aqueles que podem ser subcategorizados por verbos de julgamento do tipo de achar, considerar, julgar (nos sentidos relevantes) e propormos que só esse tipo de adjetivo pode ser movido para a posição pré-nominal.<sup>14</sup> Investiguemos agora quais as características que esse tipo de adjetivos possui que são relevantes para distingui-los dos demais. Seguindo a distinção de predicados

---

<sup>14</sup> Não estamos considerando nesta análise os adjetivos "intensionais" (cf. Chierchia e McConnell-Ginet, 1990), como os exemplificados em (i) abaixo:

- (i) a. um suposto/pretenso comunista  
 b.\*um comunista suposto/pretenso  
 c. o próximo/último presidente  
 d.\*o presidente próximo/último

Os adjetivos intensionais podem ser definidos, *grosso modo*, como sendo aqueles cuja atribuição de valor envolve mais de uma circunstância, que consiste de um par ordenado mundo-tempo do quadro (ii) abaixo. Podemos dizer que a atribuição de valor a pretensso em (i)a exige duas circunstâncias com mundos possíveis diferentes: uma em que o indivíduo não possui a propriedade comunista e outra em que ele a possui. Da mesma forma, a atribuição de valor para próximo em (i)b exige que se considerem dois tempos: um atual e um outro tempo possível no futuro.

(ii)

MUNDOS			
m <sub>1</sub>			
m <sub>2</sub>			
m <sub>3</sub>			
<hr/>			
TEMPO		t <sub>1</sub>	t <sub>2</sub> t <sub>3</sub>

Isso não ocorre com os demais adjetivos, cuja atribuição de valor envolve somente uma circunstância (i.e., um par ordenado mundo-tempo). No caso de vermelho ou interessante, por exemplo, temos uma classe de elementos numa circunstância x que constitui a extensão dessa propriedade.

Não vamos nos deter também em outra classe de adjetivos que adquirem uma noção quantificada quando em posição pré-nominal, como exemplificado abaixo:

- (iii) a. os *vários* trabalhos que foram apresentados...  
 b. os trabalhos *vários* que foram apresentados...  
 c. um *certo* trabalho  
 d. um trabalho *certo*

Assumimos, assim, que tanto os adjetivos intensionais quanto esses "quantificacionais" provavelmente obedecem a outras restrições que não a dos adjetivos em geral.

feita por Kratzer (1988),<sup>15</sup> os adjetivos subcategorizados por verbos de julgamento correspondem a predicados de "individual-level", i.e., a propriedades inerentes. Não podemos afirmar, no entanto, que todos os adjetivos de "individual-level" possam ocorrer na posição pré-nominal. Considerando os adjetivos inteligente e vermelho, por exemplo, teríamos que ambos seriam classificados como sendo propriedades de "individual-level" e, entretanto, somente inteligente pode ocupar a posição pré-nominal. É interessante notar, porém, que a distinção de Kratzer consegue dar conta dos dados negativamente: realmente, todos os adjetivos de "stage-level" não podem ocupar a posição pré-nominal.<sup>16</sup> Assim parece que o fato do adjetivo constituir uma propriedade de "individual-level" (inerente) é necessário, mas não suficiente para caracterizar os adjetivos selecionados pelos verbos de julgamento. Eles parecem ter, além disso, um traço, que chamaremos de [+avaliativo], próprio dos adjetivos selecionados por esse tipo de verbos. O traço [+avaliativo] codifica a possibilidade de esses adjetivos servirem para expressar uma opinião.

Considerando o trabalho de Giorgi e Longobardi (1991), observamos que a caracterização avaliativo/não-avaliativo abrange, empiricamente falando, os dados previstos pela proposta dos autores. Parece mesmo que todo adjetivo avaliativo pode sofrer a

---

<sup>15</sup> Kratzer (1988) distingue predicados de "individual-level" e de "stage-level". Para a autora, um adjetivo de "individual-level", como altruísta, difere de um adjetivo de "stage-level" como disponível (available), na medida em que o primeiro é permanente e o segundo é transitório. Segundo ela, só os predicados de "stage-level" possuem uma posição argumental extra para eventos ou localização espaço-temporal.

<sup>16</sup> Kato (1990), estudando "small clauses", faz uma diferenciação entre adjetivos que possuem propriedades inerentes (aqueles que ocorrem com o verbo ser) e aqueles que correspondem a uma propriedade transitória (aqueles que ocorrem com o verbo estar):

- (i) a. Eu considero inteligente o João. (O João é inteligente)  
b. \*Eu considero bêbado o João. (O João está/\*é bêbado)

Como a autora demonstra no trabalho, os adjetivos que co-ocorrem somente com estar não podem ocorrer na posição pré-nominal no interior do sintagma:

- (ii) a. o inteligente menino  
b. \*o bêbado menino

modificação de grau sugerida por eles como teste, mas nem todo adjetivo que sofre tal modificação de grau é avaliativo. Com a caracterização avaliativo/não-avaliativo se eliminam, então, os casos problemáticos dos adjetivos que se comportam como vermelho, bêbado e os demais casos apresentados na seção II.2.3. Podemos dizer que, uma vez que não podem ser subcategorizados por verbos de julgamento, como demonstra (31), esses adjetivos não são avaliativos e, por isso, não podem ser movidos para a posição pré-nominal:

- (31) a. \*Eu acho/considero vermelho o livro.  
b. \*Eu acho/considero bêbado o João.  
c. \*Eu acho/considero contente o João.

Consideremos agora os casos do tipo exemplificado em (20), repetido aqui por conveniência:

- (20) quel suo tedeschissimo comportamento  
(‘aquele seu alemãozíssimo comportamento’)

O que esse tipo de construção sugere é que há processos que podem adicionar o traço mais [+avaliativo] a um adjetivo. Um deles é a gradação no léxico: o sufixo -íssimo em português, por exemplo, torna um adjetivo [+avaliativo]. Daí o fato de adjetivos modificados por esse sufixo (mesmo os não-avaliativos) poderem aparecer na posição pré-nominal.<sup>17</sup>

---

17 Há uma questão intrigante a ser colocada neste momento: por que não é possível o movimento de adjetivos graduados pelo quantificador muito, como em (i), por exemplo?

- (i) a. O livro muito interessante.  
b. \*O muito interessante livro  
c. O casaco muito vermelho  
d. \*O muito vermelho casaco.

Kato (1983) fornece um exemplo onde o adjetivo pré-nominal pode ser modificado por extremamente :

- (ii) a. a extremamente embaraçosa situação do Governo do Estado

Haveria alguma restrição lexical relativa ao movimento de APs contendo muito? O fato de o português antigo apresentar construções do tipo de (i)b sugere que, se essa restrição

(32) O vermelhíssimo casaco da Lorena chamou a atenção de todos.

Outro caso que temos de considerar é o de certos adjetivos chamados de epítetos por Cunha e Cintra (1985), que podem perfeitamente ocorrer pré-nominalmente,<sup>18</sup> como vemos em (33), e nem sempre são avaliativos pelo teste acima proposto:

- (33) a. a branca neve  
b. os verdes mares

Construções como essas exemplificam um produtivo recurso literário que consiste em antepor propriedades inerentes do nome como forma de realce estético. Conseqüentemente, poderíamos pensar que esse tipo de anteposição no uso literário também configura um processo que torna o adjetivo [+avaliativo].

Ficam em aberto neste estudo questões referentes às diferenças e restrições presentes em (34), (35) e (36) abaixo:

- (34) a. o rapaz estúpido  
b. o estúpido rapaz  
c. o estúpido do rapaz
- (35) a. o decorador quadrado  
b. ?o quadrado decorador  
c. o quadrado do decorador
- (36) a. a sala quadrada  
b. \*a quadrada sala  
c. \*a quadrada da sala.

---

existe, ela é resultado de alguma mudança histórica que determinou o desaparecimento de tais construções na língua.

<sup>18</sup> Frequentemente essa é a única posição possível para a interpretação desejada, como mostram Cunha e Cintra (1985: 261):

- (i) a. o sábio Nestor  
b. a fiel Penélope

Não consideraremos aqui a possibilidade de inserção da preposição de nas construções (34)c e (35)c e a impossibilidade de tal inserção em (36)c, o que, certamente, merece um estudo aprofundado. Observe-se, no entanto, que, em relação à anteposição, os dados acima apontam na direção predita pela nossa hipótese. Apesar de ser um pouco marginal, (35)b é bem melhor que (36)b. De acordo com a nossa hipótese, isso se deve ao fato de que quadrado é um adjetivo avaliativo em (35) (como estúpido em (34)), mas não em (36), como podemos ver em (37):

- (37) a. Maria acha o João estúpido.  
b. Maria acha o João quadrado.  
c. \*Maria acha a sala quadrada.

#### II.4. A estrutura sintática

Tendo em vista a classificação adjetivo avaliativo/não avaliativo proposta na seção anterior, investigaremos nesta seção a estrutura sintática dos sintagmas nominais contendo tais adjetivos. Estamos assumindo a partir de Higginbotham (1983, 1985) que os adjetivos e o nome no interior do sintagma nominal estão relacionados através do que ele de chama "identificação- $\theta$ ". Podemos dizer que o nome possui uma posição aberta que é preenchida pelo adjetivo e o adjetivo, por sua vez, também tem uma posição aberta que é preenchida pelo nome. (cf. nota 8 , Capítulo I).

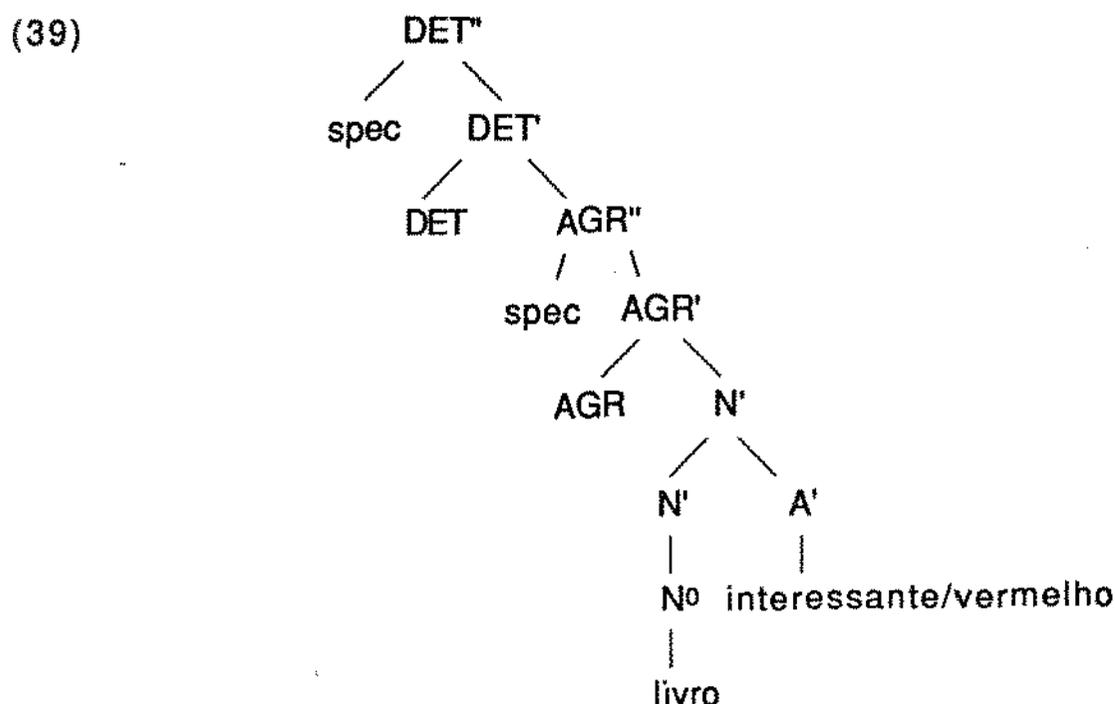
Consideremos os exemplos dados em (38):

- (38) a. o vestido interessante/vermelho  
b. o interessante vestido

Assumindo a estrutura do sintagma nominal proposta no Capítulo I, é preciso agora decidir se o adjetivo que ocorre à esquerda do nome em construções como (38) é gerado naquela posição ou é movido para lá a partir da posição pós-nominal. Como mencionamos na introdução deste capítulo, até onde podemos ver as duas hipóteses são viáveis.

Buscando caracterizar uma gramática mais econômica (cf. Chomsky, 1988), seguiremos a proposta que parece envolver menor

custo: aproveitando a idéia de um parâmetro em relação à posição dos elementos que não são complementos do núcleo proposta Giorgi e Longobardi (1991), assumiremos uma diferenciação paramétrica em relação à adjunção em estrutura-D: em línguas como o português os adjetivos estão adjuntos à direita (podendo se movimentar à esquerda sob certas condições) e em línguas como o inglês a adjunção dos adjetivos se dá à esquerda. Assim, a estrutura de (38)a, representada em (39), abaixo, representa a estrutura-D de construções com adjetivos em português:



Exemplos com sintagmas nominais com mais de um adjetivo, no entanto, mostram que essa estrutura necessita ser mais bem especificada. Consideremos os dados em (40):

- (40) a. o vestido vermelho interessante  
 b. o vestido interessante vermelho

Explorando todos os contextos que nos vêm à mente, vemos três possibilidades para a estruturação e conseqüente interpretação dessa seqüência de adjetivos no português.

A primeira é aquela em que os dois adjetivos parecem possuir

um mesmo "status", i.e., parecem participar igualmente da relação de modificação, como que coordenados. É o que vemos na representação abaixo:

- (41) a. [[[vestido] vermelho] interessante]  
b. [[[vestido] interessante] vermelho]

Um contexto para essa estrutura e interpretação pode ser assim exemplificado: alguém está precisando comprar um vestido vermelho (solicitado pela agência onde trabalha). Vai a uma loja e explica para a funcionária que quer um vestido vermelho interessante, com o seguinte significado: o vestido deve ter a cor vermelha e ser interessante. Do mesmo modo, poderia ser solicitado um vestido interessante vermelho e o significado seria semelhante: o vestido deveria ser interessante e ter a cor vermelha. Nos dois casos as propriedades parecem ser individualmente atribuídas ao nome, embora a última propriedade tenha escopo sobre a primeira.

A segunda possibilidade de estruturação e interpretação para as construções em (40) é aquela em que o primeiro adjetivo está incorporado ao nome,<sup>19</sup> formando, assim, uma única entidade, que é modificada por sua vez pelo segundo adjetivo, como vemos na estrutura (42) abaixo:

- (42) a. o [[vestido vermelho] interessante]  
b. o [[vestido interessante] vermelho]

Um dos contextos possíveis em que a estrutura representada em (42) seria adequada pode ser exemplificada pela seguinte situação: todos sabem que há várias pessoas que possuem um vestido vermelho. Alguém sabe que só o vestido vermelho de uma dessas pessoas (Suzi, por exemplo) é interessante. Essa pessoa pode então dizer para os que desconhecem o fato que o vestido vermelho interessante é o da Suzi, com o significado: o vestido vermelho que é interessante é o da Suzi. O mesmo poderia ocorrer, se várias pessoas tivessem vestidos classificados como interessantes e apenas uma pessoa tivesse um desses vestidos interessantes que fosse vermelho. Diríamos nesse

---

<sup>19</sup> Cf. Raposo e Uriagereka (1990), Lobato (1990), Lemle (1979), entre outros.

caso: o vestido interessante vermelho é o da Suzi.

Essa segunda possibilidade explica o fato de termos construções do tipo (43):

(43) uma mosca pequena grande

Em (43), os adjetivos contraditórios, pequena e grande só são aceitáveis se o primeiro adjetivo estiver incorporado ao núcleo e o segundo não. A leitura possível nesse caso é aquela em que (i) há uma mosca que faz parte da classe das moscas pequenas e (ii) essa mosca é grande se comparada às demais moscas da classe das moscas pequenas (cf. Raposo e Uriagereka, 1990).<sup>20</sup>

A terceira possibilidade de estruturação e interpretação das construções em (40) é aquela em que os dois adjetivos estão incorporados ao núcleo nominal, formando uma só entidade, como vemos na estrutura em (44):

(44) a. o [vestido vermelho interessante]  
b. o [vestido interessante vermelho]

Por motivos de clareza, iniciemos exemplificando essa possibilidade numa construção menor, com apenas um adjetivo.

Consideremos a seguinte situação: em uma sala de aula há duas pessoas com o mesmo nome. O fato de um mesmo nome poder se referir a duas pessoas diferentes cria uma série de problemas, pois nunca é claro sobre qual delas se está falando. Para solucionar o problema, os colegas e professores convencionam chamar cada uma dessas pessoas diferentemente, adicionando ao nome algum termo contrastivo, como, por exemplo, um adjetivo. Se o nome fosse Angela, poderíamos ter uma diferenciação do tipo: "Angela pequena" e "Angela grande", por exemplo. A partir dessa convenção, nome e adjetivo passam a constituir uma só entidade, usada para se referir somente a uma das pessoas, como vemos na construção em (44):

---

<sup>20</sup> Os opostos forçam a leitura incorporada, pois do contrário gerariam contradição, como podemos ver em outros casos:

- (i) a. um homem baixo alto  
b. uma caixa leve pesada

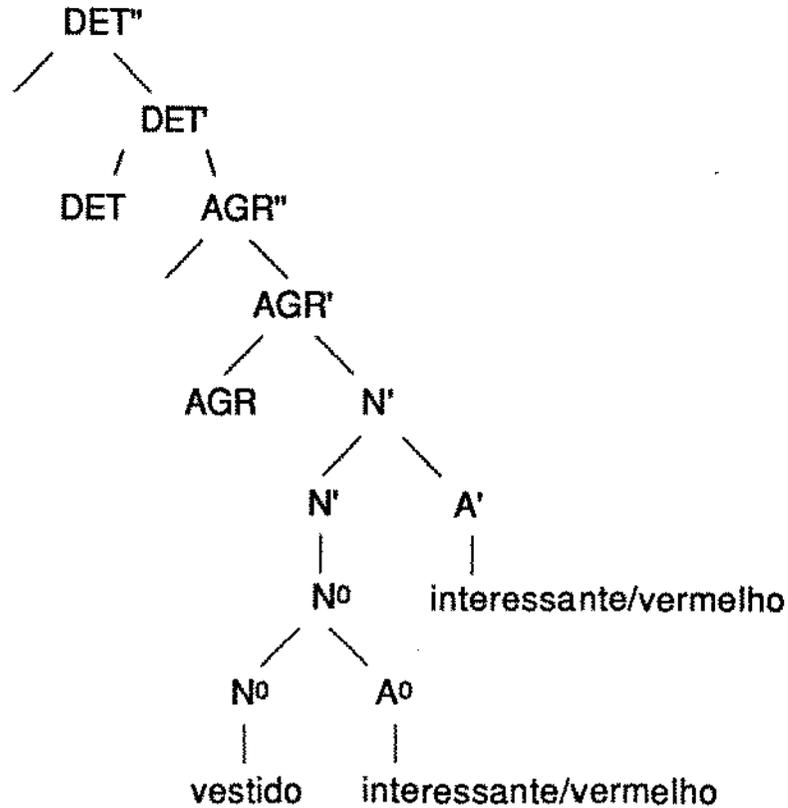
(45) A [Angela pequena] telefonou para a [Angela grande]

É possível, inclusive, que a "Angela pequena", na verdade, não seja pequena (meça 2 metros, por exemplo), mas seja menor do que a outra (medindo 2,10 m). Assim, numa construção como (45), onde o adjetivo está incorporado, a propriedade denotada pelo adjetivo pode não ser efetivamente uma propriedade presente no nome.

Do mesmo modo, pode-se pensar que numa loja há dois vestidos que têm a propriedade comum de serem vermelhos. Para facilitar a identificação entre um e outro, os funcionários tacitamente convencionam chamar um vestido de "o vestido vermelho interessante" e outro de "o vestido vermelho desinteressante". Assim, quando um dos funcionários se refere ao "vestido vermelho interessante", ele na verdade não está avaliando o vestido (ele inclusive pode não achar o vestido interessante), mas simplesmente se referindo àquele vestido que se convencionou chamar dessa maneira. Situação semelhante ocorreria se houvesse dois vestidos interessantes e fosse convencionado que um seria chamado de "o vestido interessante vermelho" (mesmo que tal vestido não fosse totalmente vermelho: poderia ter apenas algum detalhe em vermelho, por exemplo).

As considerações acima sugerem que há duas possibilidades para a adjunção dos adjetivos no interior do sintagma nominal: adjunção à projeção máxima (ou intermediária) do nome (N') e adjunção ao núcleo nominal (N<sup>0</sup>), como vemos abaixo:

(46)



A adjunção a N<sup>0</sup> ou N' é recursiva, i.e., pode haver mais de um elemento adjunto. Ao menos até onde pudemos testar, parece não haver restrição em relação ao tipo de adjetivo que pode ocupar essas posições em português: tanto adjetivos avaliativos quanto adjetivos não-avaliativos podem ocupar uma ou outra posição, como vimos na estrutura em (46).<sup>21</sup>

De acordo com essa estrutura, as três possibilidades de interpretação das contruções em (40) no português apresentadas

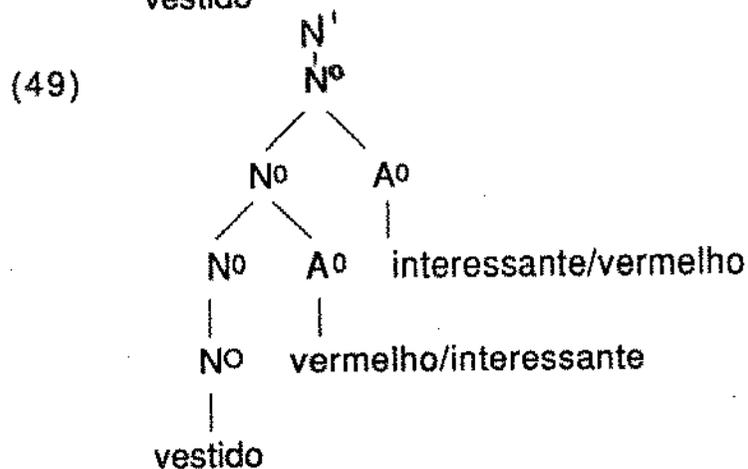
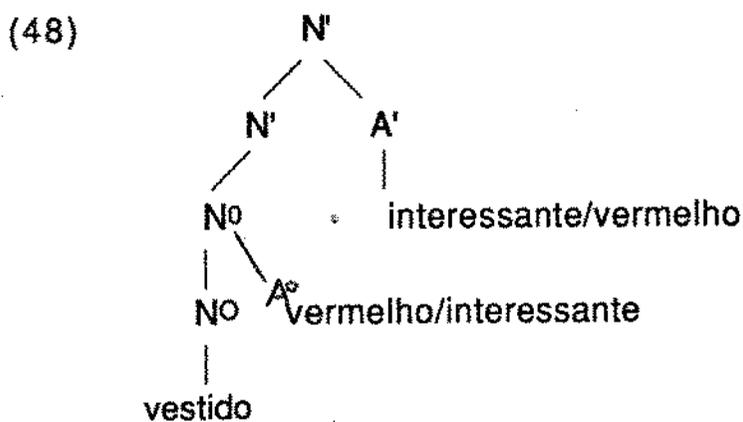
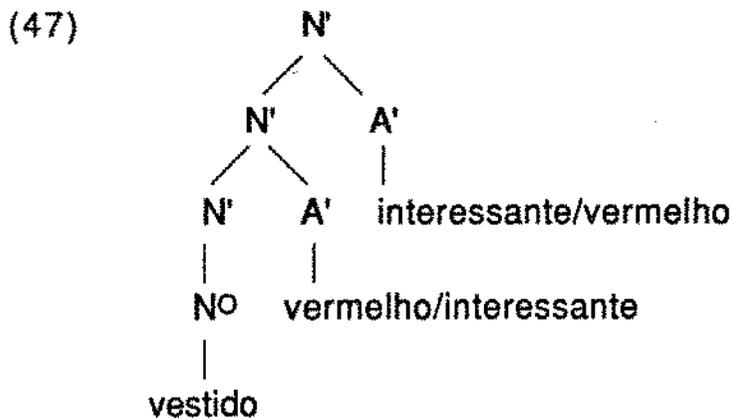
---

<sup>21</sup> Não se considerem aqui os nomes compostos, que já apresentam os adjetivos lexicalmente incorporados, como vemos em (i):

- (i) a. ataque cardíaco fulminante  
b. \*ataque fulminante cardíaco  
c. engenheiro civil brasileiro  
d.\* engenheiro brasileiro civil

Nesses casos, os nomes e adjetivos envolvidos parecem constituir formas dicionarizadas, ou conceitualmente estabelecidas no interior de determinada área de conhecimento, justificando-se, assim, a impossibilidade da separação do núcleo.

acima em (41), (42) e (44), podem ser representadas da seguinte forma, respectivamente:



Consideremos agora a possibilidade da anteposição do adjetivo:

(50) o interessante vestido

Em (50), o adjetivo anteposto interessante possui uma única leitura, a qual chamaremos de avaliativa. A leitura avaliativa é aquela em que o falante parece "controlar" a adjetivação: não se trata, meramente, da atribuição de uma propriedade ao vestido, mas sim de uma atribuição avaliativa, onde o falante é que avalia o vestido como sendo interessante.<sup>22</sup>

Mioto (1984) já apontava para esse tipo de controle da adjetivação por parte do falante ou de alguém exterior à sentença, em construções como (51):

- (51) a. O juiz julga o réu inocente culpado.
- b. O juiz julga o réu culpado inocente.
- c. O juiz julga o réu inocente inocente.
- d. O juiz julga o réu culpado culpado.

Segundo o autor, a mera descrição das funções sintáticas dos adjetivos envolvidos nessas construções, ou seja, os primeiros como adjuntos adnominais (AA) e os segundos como predicativos do objeto (PO), não conseguiria explicar a gramaticalidade da adjetivação aparentemente contraditória em (51a) e (51b) ou tautológica em (51c) e (51d). Mioto postula, então, que a atribuição dos adjetivos é controlada por pessoas distintas: PO é controlado por o juiz e AA, por outra pessoa, provavelmente o falante da oração, que assume ser verdade a inocência ou a culpa do réu.

No caso do sintagma nominal, enquanto na posição pós-nominal a interpretação é não especificada quando o adjetivo está adjunto a N', i.e., o adjetivo pode ou não ser controlado pelo falante, na posição pré-nominal ela só pode ser controlada pelo falante.<sup>23</sup> É como se a gramática abrisse um espaço para garantir que o controle da adjetivação fosse feito pelo falante.

O movimento do adjetivo codifica ainda outros fatos do discurso. Observe-se que todo adjetivo incorporado a N<sup>0</sup> envolve

---

<sup>22</sup> Kato (1988) verifica que os adjetivos que ocorrem pré-nominalmente são em geral do tipo "atitudinal", i.e., aqueles que codificam uma opinião do falante.

<sup>23</sup> Em expressões cristalizadas como "má fé", "alta sociedade" etc. os adjetivos estariam adjuntos ao N<sup>0</sup>. Como veremos adiante, trata-se de expressões que possivelmente se tornaram lexicalizadas no percurso histórico.

conhecimento compartilhado pelos falantes (algo conhecido), enquanto um adjunto mais externo adjunto à direita de N' não envolve necessariamente conhecimento compartilhado. O adjetivo que é movido para a posição pré-nominal, por sua vez, nunca envolve conhecimento compartilhado (à parte as expressões cristalizadas (cf. nota 23).

Investigando a estrutura sintática que envolve os adjetivos avaliativos movidos para a posição pré-nominal, vislumbramos ao menos duas possibilidades:<sup>24</sup>

a) há uma categoria funcional "avaliativa" entre o AGR/NP e o Nome no interior do sintagma nominal, para onde vão os adjetivos avaliativos;

b) os adjetivos avaliativos no português movem-se opcionalmente para uma posição de adjunção a N' à esquerda.

Consideremos a primeira possibilidade, representada em (52):

---

<sup>24</sup> Há ainda a possibilidade de considerarmos o adjetivo pré-nominal como sendo o núcleo do sintagma nominal, como propõem Abney (1987) para o inglês e Boff (1990) para o português.

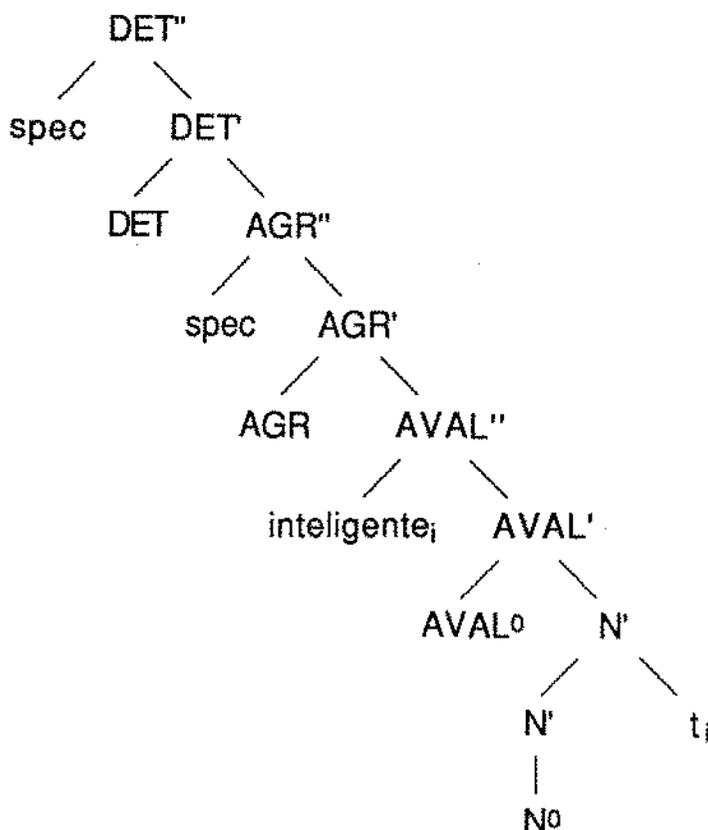
De acordo com Abney, quando pré-nominal, o adjetivo F-seleciona o NP como complemento, em analogia ao que ocorre com os verbos auxiliares, que subcategorizam um VP e projetam um VP (diferentemente do que ocorre quando aparecem como verbos principais, quando tomam um NP complemento). Assim, os adjetivos na posição pré-nominal seriam "nomes auxiliares" e, como o que ocorre com os verbos auxiliares, não tomariam seus complementos usuais, como é confirmado por: "the proud of his son man" ('o orgulhoso de seu filho pai').

Boff (1990) considera ergativos os adjetivos que aparecem pre-nominalmente no interior do sintagma nominal. Partindo do trabalho de Kato (1990) sobre as "small clauses" livres e dependentes no português, propõe ser o adjetivo o núcleo do sintagma, sendo o nome seu argumento interno

O presente trabalho não considera tais possibilidades em vista de vários problemas. Um deles se refere à dificuldade em justificar um núcleo adjetival para o NP (muito embora possamos dizer que o núcleo de DP poderia selecionar funcionalmente tanto um N quanto um A). Outro problema em relação a Boff (1990) seria dar conta de dados onde mais de um adjetivo aparece na posição pré-nominal, como em (i), abaixo:

- (i) a. os inesquecíveis bons momentos  
b. a famosa deliciosa comida da Mary

(52)



Em (52), a categoria AVAL'' seria uma categoria modal/aspectual semelhante aquela que atribui os traços de modo e aspecto para o verbo.<sup>25</sup> Sendo o núcleo dessa categoria marcado com o traço

---

<sup>25</sup> A idéia de que os adjetivos pré-nominais sejam especificadores de categorias aspectuais relacionadas com o nome, do mesmo modo que tempo, modo, aspecto, etc. são relacionados com o verbo, provém dos trabalhos de Kato (1988), que registra as similaridades entre os adjetivos antepostos, os advérbios sentenciais e os verbos modais, e de Raposo e Uriagereka (1990). Os últimos autores analisam interessantes exemplos, como vemos em (i), demonstrando os diferentes escopos que esses predicados envolvem e a sensibilidade da posição pré-nominal em relação ao número e à classe dos adjetivos presentes (um por classe), contrastando-se com a posição pós-nominal.

- (i)
- a. un camino largo corto ('um caminho longo curto')
  - b. un camino corto largo
  - c. un largo camino
  - d. un corto camino
  - e. \*un largo corto camino
  - f. \*un corto largo camino
  - g. un largo/corto agradable camino ('um longo/curto agradável caminho')

Propõem a partir disso que a marca da concordância presente nos adjetivos corresponde a uma categoria aspectual, cujo especificador é ocupado pelo adjetivo. A semântica

[+avaliativo], é de se esperar que só os adjetivos avaliativos, i.e., os que possuem o traço [+avaliativo] possam se mover para a posição de especificador dessa categoria.

Alguns problemas surgem com essa análise, no entanto. O primeiro deles diz respeito à transmissão dos traços de AGR/NP ao núcleo nominal: ao menos em princípio, teríamos que essa categoria interveniente bloquearia a "passagem" dos traços do AGR/NP para o nome. Do mesmo modo, teríamos de explicar como o possessivo realizaria Caso sob regência, na posição pós-nominal.

Outra questão a ser resolvida se refere ao movimento do pronome possessivo para a posição de especificador de AGR/NP. Se há um adjetivo avaliativo ocupando a posição de especificador da categoria avaliativa, como o pronome poderia se mover até a posição de especificador de AGR/NP, onde recebe Caso? Presumivelmente, o possessivo deveria passar pela posição de especificador de AVAL" para ir até o especificador de AGR/NP. <sup>26</sup>

Além dessas questões teóricas, há algumas questões empíricas a serem respondidas. Como explicar, por exemplo, a possibilidade de mais de um adjetivo à esquerda, na posição pré-nominal, como vemos em (53):

- (53) a. inesquecíveis bons momentos  
b. famosa deliciosa comida da Mary

Sem dúvida a posição pré-nominal é bem mais restritiva do que

---

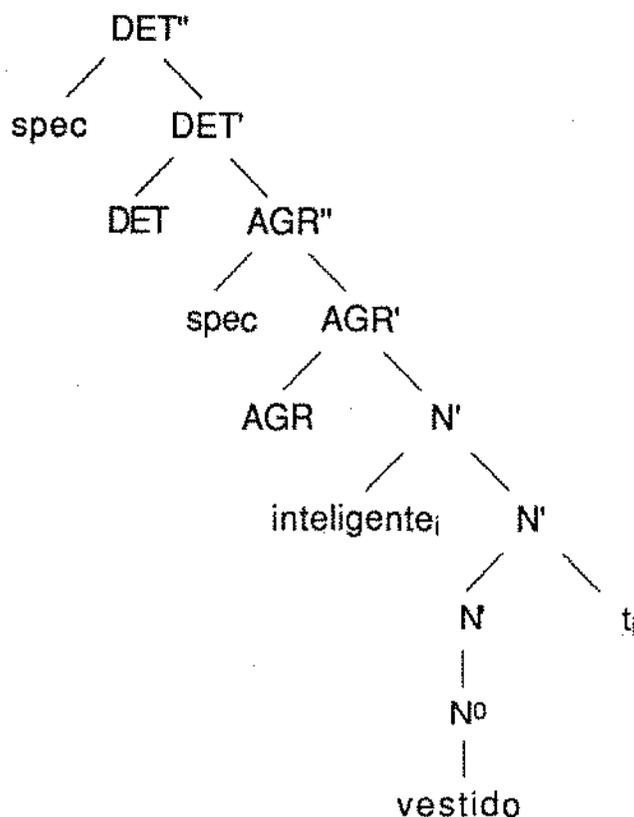
dos adjetivos pré-nominais é diferente daquela dos adjetivos pós-nominais, uma vez que o adjetivo pós-nominal modifica uma variável evocada pelo nome (por exemplo: mosca pequena denota um elemento que é pequeno para uma mosca) e o adjetivo na posição pré-nominal modifica o predicado que restringe essa variável (por exemplo: pequena mosca denota um elemento que é uma mosca e é pequena em relação a qualquer outra coisa, mesmo fora da classe das moscas). Essa distinção não explica, no entanto, porque não há construções do tipo roja locomotiva ('vermelha locomotiva'), o que faz os autores proporem que somente forma é representada aspectualmente para locomotiva e não roja. Nesse aspecto, nossa proposta parece ser mais preditiva, uma vez que somente os adjetivos classificados como avaliativos poderiam ocorrer na posição pré-nominal, o que não é o caso de roja.

<sup>26</sup> Uma possível solução para esse problema seria assumir que o especificador de AVAL" é uma posição-A' (não-A) e não conta, portanto, como barreira já que o movimento do possessivo seria um movimento para uma posição-A (cf. Rizzi, 1990).

a pós-nominal, como muito bem observam Raposo e Uriaguereka (1990). Entretanto, se as construções acima são aceitáveis e não é claro que os adjetivos envolvidos sejam de classes diferentes seria preciso assumir que especificador da categoria AVAL é recursivo.

Essas questões nos fazem optar pela segunda possibilidade: adjunção a N' à esquerda, como representamos em (54):

(54)



Adotando-se a estrutura em (54), não teríamos os problemas apontados pela estrutura em (52). Teríamos simplesmente que os adjetivos avaliativos nascem à direita do N' (o que seria parametricamente estabelecido, como vimos) e podem, opcionalmente, mover-se para a esquerda em estrutura-S, o que acarreta uma mudança na interpretação, como vimos acima.<sup>27</sup>

<sup>27</sup> Em alguns casos a diferença de significado na posição pré-nominal é tão saliente que é plausível pensar que os adjetivos sejam gerados à esquerda. É o caso de adjetivos como pobre e simples, como vemos abaixo, respectivamente:

- (i) a. *pobre* rapaz (coitado)  
 b. rapaz *pobre* (sem dinheiro)

## II.5. Os adjetivos avaliativos no inglês

Tendo-se em vista o comportamento diferenciado dos adjetivos avaliativos/não-avalaitivos no português, a questão que se coloca nesse momento é se a caracterização avaliativo/não-avaliativo possui alguma repercussão também nos dados do inglês.

De acordo com o trabalho de Carter (1989), a classe dos adjetivos avaliativos no inglês (classes 2 e 3, na classificação da autora) antecede a dos adjetivos não avaliativos (cf. seção II.2.4). Vimos isso nos exemplos em (24). Esse fato é confirmado também pelos dados de Goyvaerts (1968), citados por Carter, que através de um *corpus* de 1150 dados, estabelece uma "escala" geral para a ordenação linear de grupos maiores de adjetivos, como vemos abaixo:<sup>28</sup>

- 
- c. *simple*s homem (mero)
  - d. homem *simple*s (humilde)

Esse fato, no entanto parece estar restrito ao próprio item lexical. Assim, tais construções funcionam de modo semelhante àquelas do tipo de má fé, por exemplo, com a diferença de que no presente caso a unidade formada não constitui um item lexical dicionarizado, como ocorre com má fé, mas apenas cristalizado pelo uso.

<sup>28</sup> Cf. Carter, 1989: 5.

Outro trabalho citado por Carter é o de Sproat e Shih (1988), que, através de testes controlando o peso fonológico dos adjetivos, encontram a seguinte ordem preferencial:

- (i) tamanho > cor
- qualidade > tamanho
- qualidade > cor
- tamanho > forma
- tamanho > forma > cor
- cor > material

Como podemos observar, adjetivos que expressam qualidade são os primeiros da ordenação, seguidos pelos adjetivos que expressam tamanho. Por último vêm os adjetivos que expressam forma, cor e material. Segundo a nossa classificação, podemos dizer que, geralmente, os dois primeiros são avaliativos, enquanto os últimos não.

9	8	7	6a	6b	5	4	3	2	1
DET	quality	size shape length	old new young	color	nationality	style	gerund	noun little (dim.)	head
an	ugly	long	old	green	Hungarian	---	---	---	dress

(Goyvaerts, 1968, *apud* Carter, 1989:5)

O que esses trabalhos sugerem é que há um comportamento diferenciado para os adjetivos avaliativos também no inglês: eles parecem ocupar uma posição mais externa que os adjetivos não-avaliativos no interior do sintagma nominal.

Consideremos a versão para o inglês dos dados expostos em (40), com um adjetivo avaliativo, interesting, e outro não-avaliativo, red:

- (55) a. the interesting red dress  
b. \*the red interesting dress

Comparemos mais detalhadamente essa construção com aquelas apresentadas em (41), (42) e (44) para o português e suas possibilidades de estrutura e interpretação. No inglês, do mesmo modo que vimos para o português em (41), (42) e (44), há três possíveis estruturas e interpretações. A diferença é que no inglês essas estruturas observam necessariamente a ordem interesting/red. A única possibilidade de termos o adjetivo não-avaliativo red antecedendo interesting é numa estrutura onde interesting está incorporado ao núcleo e red é acentuado, como vemos abaixo:

- (56) a. the [interesting [red [dress]]]  
b. \*the [red [interesting [dress]]]

- (57) a. the [interesting [red dress]]  
b. the [RED [interesting dress]]

- (58) a. the [interesting red dress]  
b. \*the [red interesting dress]

Podemos concluir, então, que no inglês, quando dois adjetivos estão no mesmo nível de projeção, somente a ordenação do adjetivo avaliativo/não-avaliativo é possível. No português, como vimos não há restrição a esse respeito.

Há no mínimo duas hipóteses para explicar a ordem dos adjetivos no inglês:

a) os adjetivos avaliativos no inglês têm de ser gerados na posição mais externa em cada nível de projeção (N<sup>0</sup>, N') no interior do sintagma nominal;

b) os adjetivos avaliativos são gerados em qualquer lugar no interior do sintagma nominal, mas têm de se mover, obrigatoriamente, para uma posição mais externa no nível de projeção em que se encontram.

Para apoiar a primeira hipótese, uma possibilidade seria derivar a ordem dos adjetivos através de algum mecanismo de "seleção". Poderíamos pensar, por exemplo, que a adjunção de um adjetivo não-avaliativo fosse incompatível com uma projeção de N contendo um adjetivo avaliativo no mesmo nível de projeção. Isso não ocorreria em relação à adjunção de um adjetivo avaliativo que poderia se adjungir a uma projeção de N contendo um adjetivo não-avaliativo. Entretanto, assumir um mecanismo de seleção como esse parece estar introduzindo na gramática uma ordenação em relação ao processo de adjunção. Além disso, esse mecanismo de "seleção" certamente não se aplicaria a línguas que, como o português, permitem que um adjetivo não-avaliativo seja adjungido a uma projeção de N contendo um adjetivo avaliativo no mesmo nível de projeção. Contudo, isso equivaleria a dizer que o fato de os adjetivos pertencentes à classe dos avaliativos serem os únicos a se mover para a posição pré-nominal no português e serem os que ocupam a posição mais à esquerda quando estão num mesmo nível de projeção com um adjetivo não-avaliativo no inglês é uma mera coincidência.

Parece-nos mais plausível, então, seguir a segunda hipótese. Essa hipótese explica a gramaticalidade de (56)a, (57)a e (58)a, a agramaticalidade de (56)b e (58)b, a possibilidade de (57)b (note-se

que neste último caso os adjetivos não estão no mesmo nível), além de possibilitar uma explicação aplicável tanto ao inglês quanto ao português. Estamos ainda excluindo a possível questão da ordenação na adjunção.

Podemos supor, então, que a diferença entre essas duas línguas em relação ao movimento do adjetivo avaliativo reside na opcionalidade/obrigatoriedade do movimento na sintaxe: o movimento para a esquerda no português é opcional, enquanto no inglês é obrigatório, similarmente ao que ocorre com movimento-QU nas duas línguas.

A hipótese do movimento explica também o fato de que, quando há incorporações à esquerda no português, como em (59), essas incorporações envolvem necessariamente adjetivos avaliativos:

- (59) a. [má fé]  
b. [alta sociedade]

Possivelmente tais construções resultem de um processo histórico que fez com que o adjetivo e o nome passassem a formar uma só entidade (cf. Capítulo III).<sup>29</sup>

---

<sup>29</sup> A grande questão que se coloca aqui é: o que estaria motivando o movimento do adjetivo avaliativo? Se considerarmos que os adjetivos avaliativos são de algum modo intrinsecamente quantificados (e isso é o que estaria por trás de uma caracterização do tipo *avaliativo/não-avaliativo* ou mesmo da caracterização proposta por Giorgi e Longobardi 1991), podemos compará-los aos outros elementos quantificados que obrigatoriamente se movem em Forma Lógica. Em relação à sintaxe, diríamos que o movimento é parametricamente estabelecido: opcional no português e obrigatório para o inglês.

Outra possibilidade seria dizer que a função "avaliativa" do adjetivo (que corresponde ao controle da adjetivação por parte do falante, como vimos) seja codificada através da relação de escopo em inglês: o adjetivo avaliativo deve ter escopo sobre todos os demais elementos do NP, o que motivaria o movimento para a esquerda. No português, diferentemente, tal função não envolve estritamente escopo, uma vez que podemos ter uma leitura avaliativa na posição pós-nominal, com o adjetivo avaliativo não necessariamente numa posição mais externa (v.g., "vestido bonito vermelho"). Assim, teríamos que no português a posição pré-nominal é aquela exclusivamente dedicada à função avaliativa.

## II.6. Adjetivos e pronomes possessivos no interior do sintagma nominal

Retomando o que propusemos em relação aos pronomes possessivos no Capítulo I e a presente análise dos adjetivos no interior do sintagma nominal, veremos nesta seção como a estrutura proposta em (46) dá conta dos dados do português envolvendo co-ocorrência de pronomes possessivos e adjetivos no interior do sintagma nominal.

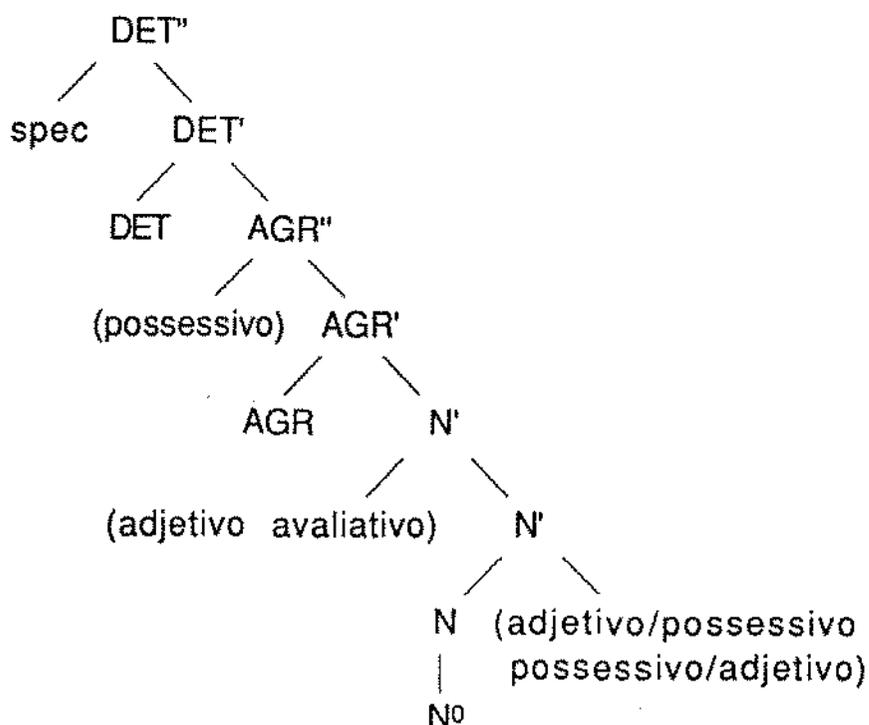
Consideremos os seguintes dados:

- (60) a. o vestido meu interessante  
b. o vestido interessante meu  
c. o meu interessante vestido  
d. \*o interessante meu vestido  
e. o meu vestido interessante  
f. o interessante vestido meu

O primeiro fato a constatar nos dados em (60) é que na posição pós-nominal parece não haver restrições em relação à ordem dos adjetivos e pronomes possessivos, como vemos em (60)a e (60)b. O mesmo não se pode dizer da posição pré-nominal: como mostra o contraste entre (60)c e (60)d, o possessivo necessariamente precede o adjetivo nessas construções. Se, no entanto, tivermos só um desses elementos na posição pré-nominal, a construção é aceitável como vemos em (60)e e (60)f.

Considerando a estrutura do sintagma nominal com possessivos proposta no Capítulo I e estrutura determinando a posição dos adjetivos proposta na seção II.4, todos esses fatos são explicáveis. Se não, vejamos através da representação em (61):

(61)



No caso de (60)a e (60)b, ambos adjetivos e pronomes possessivos estariam em adjunção a N', na posição onde são gerados. (60)e e (60)f envolvem os movimentos propostos pela nossa análise: do possessivo para especificador de AGR/NP e do adjetivo para uma posição de adjunção a N' à esquerda. Finalmente, o contraste entre (60)c e (60)d é explicado já que, de acordo com a estrutura em (61), o possessivo anteposto ocupa uma posição entre o determinante e o sintagma nominal.

No próximo Capítulo apresentaremos os resultados das pesquisas diacrônica e sincrônica realizadas verificando a posição dos adjetivos no interior do sintagma nominal.

**CAPÍTULO III**  
**O PERCURSO HISTÓRICO DOS**  
**ADJETIVOS NO INTERIOR DO**  
**SINTAGMA NOMINAL**

# CAPÍTULO III

## O PERCURSO HISTÓRICO DO ADJETIVO NO INTERIOR DO SINTAGMA NOMINAL

### III.1. Introdução

Este capítulo se propõe a fazer uma investigação histórica da posição do adjetivo no interior de sintagma nominal do português brasileiro.

Cohen (1989) empreende uma pesquisa diacrônica a esse respeito e mostra que houve no português uma mudança da ordem Adjetivo/Nome (AN) para Nome/Adjetivo (NA). Buscando explicitar as condições que determinaram tal mudança, a autora propõe que:

- a) somente uma classe de adjetivos pode aparecer em posição anteposta a N (a classe dos adjetivos "qualificativos/subjetivos");<sup>1</sup>
- b) a ordem AN é obrigatória para tais adjetivos; e
- c) o significado do adjetivo é determinado não apenas pelo seu significado lexical específico e do nome que ele modifica, mas também pela sua

---

<sup>1</sup> Para Cohen (1989), os adjetivos "qualificativos/subjetivos" são aqueles que têm um significado mais conotativo ou metafórico e ocupam a posição anteposta a N no interior do sintagma nominal. Nas sentenças abaixo, por exemplo, ela argúi que somente em (i) o adjetivo é "subjetivo", pois em (i) Sarah é admirada por ser uma menina e por ter qualidades (inteligência, saúde etc.) que fazem com que seja considerada bonita, ao contrário do que ocorre em (ii), onde o estado de "beleza" é verdadeiro para qualquer menina.

- (i) Sarah é uma bonita menina.
- (ii) Sarah é uma menina bonita.

própria posição e contexto.<sup>2</sup>

A autora toma, então, os adjetivos bom e grande como sendo representativos da classe dos adjetivos subjetivos e sugere que a freqüente ocorrência desses dois adjetivos nos textos analisados tem um papel fundamental na mudança ocorrida. Segundo ela, bom e grande tinham um significado bastante vago que dependia em grande parte do nome que modificavam e da informação dada pelo contexto. Após o século XVIII, tornaram-se mais e mais sensíveis ao contexto ou tornaram-se mais "vazios", fazendo com que outros adjetivos, carregando um significado mais preciso, tomassem os seus lugares. Assim, segundo a autora, "o caminho que ele seguiram indo ao desuso pode ser um sinal de como a anteposição tem sido esvaziada através dos séculos" (Cohen, 1989:79).

Não é nosso objetivo aqui analisar detalhadamente a análise quantitativa/qualitativa de Cohen. Gostaríamos, apenas, de chamar a atenção para dois pontos da análise:

a) os critérios utilizados para a classificação dos adjetivos propostos pela autora não parecem atingir o nível desejado de clareza e explicitação, uma vez que estão embasados em considerações bastante subjetivas, estando sujeitos a objeções semelhantes às feitas na seção II.2.1 à classificação de Cunha e Cintra (1985);

b) o fato de a análise levar em conta apenas as duas formas de maior ocorrência (bom e grande) pode estar enviesando consideravelmente os resultados da pesquisa histórica, além de restringir demasiadamente a explicação para a mudança.

A partir da mudança constatada por Cohen e seguindo a linha de pesquisa proposta por Tarallo e Kato (1989), procuraremos neste capítulo mapear o percurso diacrônico da posição dos adjetivos no interior do sintagma nominal do português brasileiro no período compreendido entre os séculos XVII e XX, utilizando o arcabouço teórico da gramática gerativa

---

<sup>2</sup> Segundo Cohen, os mesmos adjetivos que têm um significado subjetivo quando antepostos têm um significado mais preciso ou definido quando pospostos:

(i) homem grande/grande homem  
(homem alto) (homem de valor)

como pano de fundo para a formulação das hipóteses diacrônicas da pesquisa quantitativa. Tendo em vista a classificação dos adjetivos proposta no Capítulo II e a hipótese teórica de que somente os adjetivos avaliativos podem se mover para a posição pré-nominal no interior do NP, espera-se evidenciar através do *corpus* que os adjetivos na posição pré-nominal sejam todos do tipo avaliativo (observadas as exceções apontadas no Capítulo II) e que, constatada a mudança, ela corresponda à perda do movimento opcional do adjetivo avaliativo para a posição pré-nominal no português.

Como contraponto, investigaremos também a posição dos adjetivos numa amostragem do português brasileiro falado (norma culta) formada por dados retirados de entrevistas e submetida ao mesmo instrumental de análise empregado no *corpus* diacrônico. Espera-se que os resultados provindos desse *corpus* apontem na mesma direção que as tendências de mudança observadas no *corpus* diacrônico.

## III.2. Metodologia

### III.2.1. Descrição do corpus

Para investigar a posição dos adjetivos no interior do sintagma nominal no período de 1607 a 1990 no português brasileiro, tentou-se, na medida do possível, formar um *corpus* bastante homogêneo, i.e., envolvendo textos de registro e estilo aproximados.<sup>3</sup> Dele fazem parte 446 dados, aproximadamente 50 dados por metade de século, provindos de cartas oficiais e pessoais, diários, documentos e manifestos, todos pertencentes ao acervo do Arquivo de Lingüística Histórica do IEL/UNICAMP.

Segue-se abaixo a relação dos textos utilizados:

1607-1633: Livro Primeiro do Governo do Brasil (documentos).

1624: Relação Sumária das cousas do Maranhão (documento descritivo).

1611: Carta de Lei (documento) in THOMAS, G. (1982): Política indigenista dos portugueses no Brasil. Ed. Loyola, SP, Documento nº 7.

---

<sup>3</sup> O único texto que foge um pouco às características gerais do *corpus* é o "Livro do Primeiro Governo do Brasil" (1607-1633), que só foi utilizado por falta de outro texto mais adequado para representar a primeira metade do século XVII.

- 1647: Carta de Antonio Coelho de Carvalho a V. Magestade ( carta oficial).
- 1657: Carta para o Governador de Pernambuco (Carta escrita pelo Capitão Symão Estácio da Sylveira).
- 1725: Pella Nau de Guerra "N.S. da Victoria" (diário de bordo) in SHUMANN, Frederico (dir.) (1915): Governadores do Rio de Janeiro, correspondência activa e passiva com a côrte, Oficinas Graphica do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.
- 1768-1769: Cartas do Marquês de Lavradio (Cartas) in LAVRADIO, Marquês de (1972): Cartas da Bahia, Aquivo Nacional, Rio de Janeiro.
- 1817: Ofício de Rodrigo J. F. Lobo a S. Magestade (Carta oficial).
- 1863: Processo contra escravos. Arquivo Público Municipal/Uberaba (documento descritivo).
- 1885: Cartas de Capistrano de Abreu a Lino de Assunção (Cartas).
- 1894: Diário do alferes Clemente Argolo Mendes, general Líbero Guimarães e general Laurentino Pinto Filho ( diários) in CARNEIRO, David (s/d): O Paraná e a Revolução Federalista.
- 1898: Carta de Mariana Coelho (carta).
- 1904: Carta de Alfredo Carvalho a Romário Martins (carta).
- 1906: Carta de Juca a seu pai (carta).
- 1919: Carta de Maricota a sua tia (carta) . . .
- 1930/1935: Cartas de Juca a sua filha (cartas).
- 1981/1983: Carta de Z a J.
- 1986/1987: Carta de R a J.
- 1990: Revista VEJA e ISTO É SENHOR, seção "Cartas".

Além desse *corpus* diacrônico, formou-se um *corpus* sincrônico a partir de 9 entrevistas provenientes do Projeto de Estudo da Norma Lingüística Urbana Culta de São Paulo (Projeto NURC/SP). Esse segundo *corpus* representa uma amostragem do português falado (presumivelmente a norma culta) e perfaz um total de 102 dados.

### III.2.2. O envelope da variação

#### III.2.2.1. A variável dependente

Consideramos como variável dependente a anteposição/posposição do adjetivo no interior do sintagma nominal, como exemplificado em (1a) e (1b), respectivamente:

- (1) a. Um interessante livro  
b. Um livro interessante

### III.2.2.2. Os fatores condicionadores

#### I. Tipo de Adjetivo

A - avaliativo (Ex.: um livro interessante)

N - não-avaliativo (Ex.: um livro vermelho)

#### 2. Tempo

1 - Século XVII

2 - Século XVIII

3 - Século XIX

4 - Século XX

E - Entrevistas

#### 3. Possível lexicalização

D - à direita (Ex.: Ele é engenheiro civil)

E - à esquerda (Ex.: Ele agiu de má fé)

/ - não se aplica (Ex.: Ele comprou um livro interessante)

#### 4. Presença de quantificador

S - sim (Ex.: O livro muito interessante)

N - não (Ex.: O livro interessante)

## III. 3. A análise dos dados

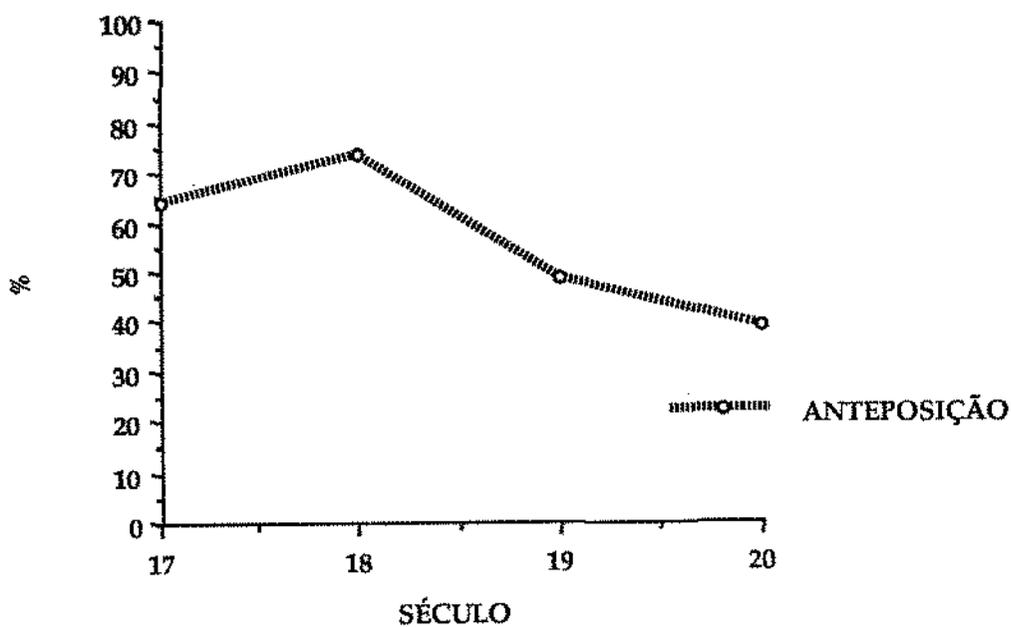
### III.3.1. A investigação diacrônica

A investigação diacrônica demonstrou que realmente parece ter havido uma diminuição na anteposição dos adjetivos no interior do sintagma nominal. A Tabela I abaixo, projetada no Gráfico I, apresenta os resultados do cômputo geral dos dados:

Tabela I: A anteposição dos adjetivos nos séculos XVII a XX.

Século	Aplicação	Total	%
XVII	76	119	64
XVIII	84	114	74
XIX	52	107	49
XX	41	106	39
TOTAL	253	446	57

Gráfico I: Anteposição dos adjetivos por período de tempo



Replicando em linhas gerais o trabalho de Cohen(1989), os resultados da Tabela I mostram uma sensível diminuição na freqüência da anteposição dos adjetivos no interior do sintagma nominal: de 64% no século XVII, a porcentagem de anteposição cai para 39% no século XX.

A Tabela I aponta também um aumento na freqüência da anteposição dos adjetivos entre os séculos XVII e XVIII. Tal aumento é relativizado, no entanto, se considerarmos o percurso histórico da anteposição em relação ao tipo de adjetivo envolvido (avaliativo/não-avaliativo), como veremos a seguir.

Antes de apresentarmos os resultados da anteposição dos adjetivos no interior do NP em relação ao tipo de adjetivo envolvido, é necessário fazer uma ressalva. Trata-se da classificação do adjetivo real, que ocorre no *corpus* principalmente entre os séculos XVII e XVIII, com um total de 21 dados. As instâncias de real nos dados da época se relacionam à expressão "do rei", como vemos em (2) abaixo:

- (2) "receita e despeza da fazenda *Real*" (Pella Nau de Guerra "N.S. da Victoria", 1725 (SHUMANN, 1915:16))

Segundo o teste proposto no Capítulo II para a identificação dos adjetivos avaliativos, real é um adjetivo não-avaliativo. Vemos isso em (3):

- (3) \*Eu acho/considero *real* a fazenda.

Assim sendo, considerando a hipótese defendida no Capítulo II, não esperaríamos que tal adjetivo pudesse ocupar a posição pré-nominal.

Os dados dos séculos XVII e XVIII, no entanto, parecem contrariar essa hipótese, como vemos em (4):

- (4) "como reconheço ser muy util ao *Real* Serviço que os oficiais desta praça sirvão com gosto a V. Mag.ª" (idem:13)

Sendo real um adjetivo não-avaliativo, o dado apresentado em (4) evidencia a possibilidade de anteposição também de um adjetivo não-avaliativo.

Uma análise mais minuciosa dos dados que envolvem esse adjetivo nos séculos XVII e XVIII, entretanto, revela outra possível interpretação

para o fato. Consideremos os dados em (5):

(5) a. "a *Real* peça de V. Mag.<sup>e</sup> " (Pella Nau de Guerra "N.S. da Victoria" 1725:13)

b. "seseguem neste estado muitos inconvenientes ao serviço de V. Mag.<sup>e</sup>, esua Real Fazenda" (Pella Nau de Guerra "N.S. da Victoria", 1725:17)

De acordo com a análise de Giorgi e Longobardi (1991), as construções acima deveriam ser agramaticais uma vez que violam o Critério- $\theta$ : real e de V. Mag.<sup>e</sup> em (5a), e real e sua em (5b) estariam competindo pela mesma R-relação com o núcleo nominal. Um caminho para explicar a gramaticalidade dos dados em (5) seria considerar o adjetivo real não um adjetivo somente referencial, mas também avaliativo. É o que parece acontecer: intuitivamente falando, o adjetivo em (5) não parece funcionar **somente** como substituto à expressão nominal correspondente "do rei", mas também assume um valor honorífico atribuído às coisas relacionadas ao rei (que seriam coisas com um valor especial por serem relacionadas ao valor hierárquico superior da realeza).

Isso nos leva a pensar que o adjetivo real na época em questão era realmente um adjetivo avaliativo. Daí o fato de as construções em (5) não estarem violando o Critério- $\theta$  e de o adjetivo poder aparecer em posição pré-nominal. O que parece ter ocorrido é que desse uso acentuado do adjetivo real como avaliativo culminou o aparecimento de construções onde o adjetivo anteposto parece estar incorporado ao nome, como vemos em (5a) e (5b) e em outros casos como "Real serviço", por exemplo. Assim, já que hoje não temos mais esse sentido "honorífico" para real, explica-se o fato de esse adjetivo não atender ao teste proposto para os adjetivos avaliativos, como vimos em (3). De qualquer modo, uma vez constatado o caráter avaliativo desse adjetivo na época, os dados envolvendo real foram classificados como instâncias de adjetivos avaliativos.

Feita essa consideração, passemos à apresentação dos resultados referentes à anteposição dos adjetivos em função da distinção avaliativo/não-avaliativo:

**Tabela II: A anteposição dos adjetivos avaliativos/não avaliativos**

ADJETIVO	Aplicação	Total	%
Avaliativo	233	325	72
Não-avaliativo	20	121	17
TOTAL	253	446	57

Os dados da Tabela II mostram que, embora os adjetivos avaliativos sejam os candidatos visivelmente preferenciais para ocupar a posição pré-nominal no interior do sintagma nominal (com uma média de 72% de anteposição), há também adjetivos não-avaliativos que podem ocupar essa posição. Essa constatação, ao menos *a priori*, contraria a hipótese proposta no Capítulo II de que só os adjetivos avaliativos podem ocupar a posição pré-nominal, o que nos fez buscar saber quais eram os adjetivos não-avaliativos que ocorriam antepostos em cada século. O resultado dessa investigação é apresentado no Quadro I abaixo:

**Quadro I: Adjetivos não-avaliativos na posição pré-nominal**

---

Séc. XVII: última, seguinte, futura, total, pronta, livre, particulares  
 Séc. XVIII: pública, futuro, presente, contínuas, última  
 Séc. XIX: contínuas, atual, vivo, vivas  
 Séc. XX: futuro, últimos, próximos, última

---

Os dados do Quadro I mostram que a maior parte dos adjetivos não-avaliativos antepostos na verdade pertencem à classe dos adjetivos intensionais, o que está de acordo com a ressalva feita em relação a esses adjetivos no Capítulo II. É o caso de última(o), seguinte, futura, total, presente, contínuas, atual e próximos.

Quanto aos outros adjetivos (livre, particular, pronta, vivo e pública), é interessante notar que, do mesmo modo do que ocorria com o adjetivo real, eles parecem possuir um valor avaliativo na época em que foram empregados, conforme vemos nos dados abaixo:

- (6) a. "sem poderem ser constrangidos a serviço, nem a cousa alguma, contra sua *livre vontade*" (Carta de Lei, 161; *in* THOMAS, 1982:230)
- b. "O Governador Gafpar de Soufa, (...) mandou por *particulares* ordens de S. Magestade" (Relação Sumária das cousas do Maranhão, 1624:3)
- c. "que haja por bem m.<sup>dar</sup> ver as ditas representações que necessitõ *depronta* providencia" (Pella Nau de Guerra "N.S. da Victoria", 1725; *in* SHUMANN, 1915:12)
- d. "o que agora faço com as *vivas* expressões do respeito que a V.S<sup>a</sup> professo" (Carta do Marquês de Lavradio, 1769; *in* LAVRADIO, 1972:99)
- e. "que confessando com as mais *públicas* vozes a minha obrigação" (Carta do Marquês de Lavradio, 1768; *in* LAVRADIO, 1972: 72)

Assim, do mesmo modo do que ocorria com real, o fato de não termos preservado esses usos para os adjetivos em questão faz com que o teste sincrônico para a classificação dos adjetivos avaliativos não seja suficiente para capturar o valor avaliativo do adjetivo na diacronia. Parece mesmo que esses adjetivos perderam o seu valor avaliativo no percurso histórico e, conseqüentemente, a possibilidade de anteposição. Prova disso é que as ocorrências com esses adjetivos na posição pré-nominal estão restritas hoje a algumas expressões lexicalizadas ou cristalizadas pelo uso, como vemos abaixo:

livre: livre arbítrio, livre iniciativa, de livre e espontânea vontade

particular: por este particular instrumento de procuração

pronta: pronta-entrega, pronto-socorro, pronta recuperação,  
pronto restabelecimento

viva: de viva voz

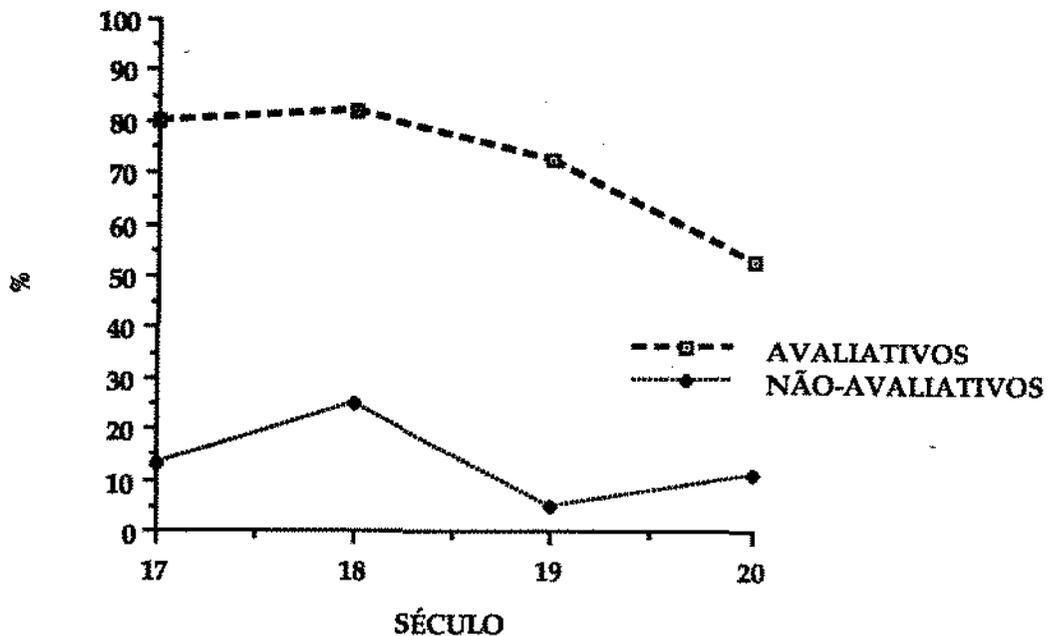
público: é de público e notório saber

Se é verdade que esses adjetivos eram usados como avaliativos nas épocas em questão, a hipótese de que só os adjetivos avaliativos (à parte os adjetivos intensionais) podem ser antepostos é empiricamente confirmada. Reclasificando os adjetivos acima como avaliativos e projetando diacronicamente a anteposição dos adjetivos avaliativos/não-avaliativos, chegamos aos resultados apresentados pela Tabela III, projetada no Gráfico II:

**Tabela III: A anteposição dos adjetivos avaliativos/não-avaliativos nos séculos XVII a XX.**

SÉCULO	TIPO DE ADJETIVO								
	AVALIATIVO			NÃO-AVALIATIVO			TOTAL		
	APL	TOT	%	APL	TOT	%	APL	TOT	%
XVII	72	89	80	4	30	13	76	119	64
XVIII	80	98	82	4	16	25	84	114	74
XIX	50	68	73	2	39	5	52	107	49
XX	37	70	53	4	36	11	41	106	39
TOTAL	239	325	73	14	121	11	253	446	57

Gráfico II: Anteposição por tipo de adjetivo



A Tabela III demonstra que há uma oscilação na anteposição dos adjetivos intensionais no transcorrer dos séculos XVII a XX. Esse resultado pode estar vinculado ao fato de que muitas vezes alguns desses adjetivos só podem ocorrer em posição pré-nominal, como vemos em (9) abaixo:

- (9) a. O ultimo trabalho  
b. \*O trabalho último  
c. O futuro presidente  
d. \*O presidente futuro

Assim, uma análise mais precisa da anteposição/posposição dos adjetivos intensionais envolveria necessariamente uma investigação minuciosa sobre os adjetivos envolvidos. Não nos deteremos, no entanto, em tal investigação.

Já se torna suficientemente claro para nós que a diminuição na anteposição do adjetivo entre os séculos XVII e XX está vinculada ao

comportamento dos adjetivos avaliativos. Conseqüentemente, podemos inferir que a mudança que se inicia a partir do século XVIII reflete uma possível perda progressiva da possibilidade de movimento do adjetivo avaliativo para a posição pré-nominal no interior do NP.

A partir disso, o próximo passo na investigação diacrônica foi verificar se a ocorrência elevada de algum item poderia estar interferindo ou enviesando os resultados. Procuramos, então, todos os adjetivos que apresentaram um índice percentual de ocorrência superior a 10% do total de dados colhidos para cada século. Os adjetivos selecionados foram real (cuja ocorrência representa 14% dos dados do século XVIII), grande (cuja ocorrência representa 23% dos dados do século XVII e 15% dos dados do século XVIII) e bom (cuja ocorrência representa 10% dos dados do século XVII). Os resultados podem ser vistos na Tabela IV abaixo:

Tabela IV: O peso dos adjetivos grande, bom e real na anteposição dos adjetivos avaliativos

SÉCULO	ADJETIVOS AVALIATIVOS														
	GRANDE			BOM			REAL			OUTROS			TOTAL		
	APL	TOT	%	APL	TOT	%	APL	TOT	%	APL	TOT	%	APL	TOT	%
XVII	20	21	95	9	9	100	4	6	67	39	53	73	72	89	80
XVIII	15	15	100	8	8	100	9	14	64	48	61	79	80	98	82
XIX	4	4	100	-	-	-	1	1	100	45	63	71	50	68	73
XX	3	4	75	2	2	100	-	-	-	32	64	50	37	70	53
TOTAL	42	44	93	19	19	100	14	21	67	164	241	68	239	325	73

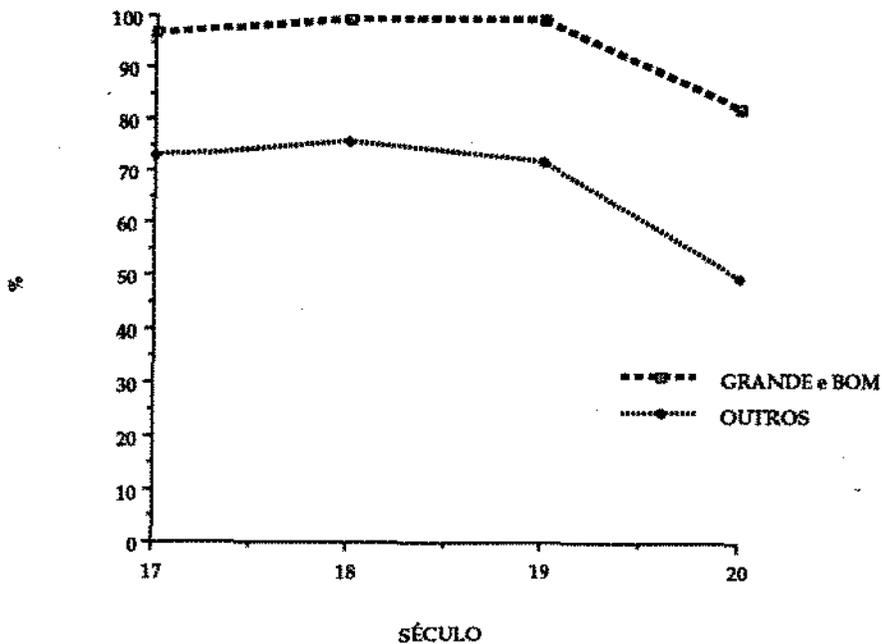
Embora a amostragem seja reduzida e não haja dados suficientes para qualquer afirmação mais categórica, a Tabela IV demonstra que real segue basicamente o padrão geral dos outros adjetivos nos séculos XVII e

XVIII, propiciando apenas uma diminuição no percentual de anteposição neste último século. Já os adjetivos grande e bom visivelmente favorecem os índices de anteposição dos adjetivos: considerando-se os séculos XVII e XVIII, em que o número de ocorrências é maior, observa-se que o índice percentual de anteposição varia entre 95 e 100%. Se subtrairmos do corpus as ocorrências desses dois adjetivos e comparamos os índices de anteposição ao percurso histórico geral dos adjetivos, vemos que, embora eles propiciem um aumento nos índices de anteposição do adjetivo, principalmente no séculos XVII e XVIII, eles não descaracterizam o percurso histórico da anteposição dos adjetivos avaliativos como um todo, como vemos na Tabela V, projetada no Gráfico III a seguir:

**Tabela V: O peso dos adjetivos bom e grande anteposição dos adjetivos avaliativos**

SÉCULO	ADJETIVOS AVALIATIVOS								
	GRANDE e BOM			OUTROS			TOTAL		
	APL	TOT	%	APL	TOT	%	APL	TOT	%
XVII	29	30	97	43	59	73	72	89	80
XVIII	23	23	100	57	75	76	80	98	82
XIX	4	4	100	46	64	72	50	68	73
XX	5	6	83	32	64	50	37	70	53
TOTAL	61	63	97	178	262	68	239	325	73

Gráfico III: Peso de GRANDE e BOM no conjunto dos dados



Relativizada a escassez dos dados, podemos dizer que grande e bom retardam a mudança, i.e., são visivelmente mais resistentes à mudança. Nesse sentido, é interessante notar ainda que nos únicos dois casos onde o adjetivo grande aparece na posição pós-nominal há a presença do quantificador muito, que, como vimos no capítulo anterior não permite a anteposição do adjetivo avaliativo atualmente. Observe-se ainda que o adjetivo grande em casos como "homem grande/grande homem" possui a conotação avaliativa de "ser possuidor de valor" quase que exclusivamente na posição pré-nominal, como observado por Cohen. Na posição pós-nominal, embora possamos ter essa interpretação, é muito mais comum a interpretação de "ser possuidor de grandes dimensões, como altura, etc." Esse fato parece contribuir para o caráter conservador desse adjetivo em relação à mudança observada.

Em relação à presença de quantificador, o resultado geral da análise não demonstrou qualquer resultado mais consistente. A única constatação a fazer é que em 5 das 12 ocorrências de muito, o quantificador ocorreu com o adjetivo na posição pré-nominal, o que demonstra que essas

construções não eram infreqüentes no português.<sup>4</sup> Dos 5 casos em que muito ocorre pre-nominalmente 3 provêm do século XVII. São eles:

- (7) a. muito excelentes terras (Relação Sumária das Cousas do Maranhão, 1624 )  
b. com muito boa vontade Relação Sumária das Cousas do Maranhão, 1624 )  
c. em muy grande declinação (Livro Primeiro do Governo do Brasil, 1607)

Os outros casos provêm dos dados dos séculos XIX e XX:

- (8) já exalava muito mal cheiro (Autos Crime, 1863)
- (9) trouxe muita e muito intensa saudade (Carta de Juca à filha, 1930)

Hoje os únicos dados aceitáveis dos acima relacionados são os de (7)b e (8). Mas essas construções só são gramaticais no português atual porque muito está modificando as entidades nominais boa vontade e mal cheiro (i.e., o adjetivo está incorporado ao núcleo nominal e o quantificador, portanto, está modificando não o adjetivo, mas o nome com o adjetivo incorporado) Podemos pensar, então, que o português foi perdendo a possibilidade de movimentos de AP contendo muito no percurso histórico, o que provocou uma reanálise de construções como (7b) permitindo que muito concorde com o núcleo nominal: "muita boa vontade". A questão interessante da razão por que isso teria ocorrido no português envolve certamente muito mais aspectos e provavelmente também outras mudanças que ocorreram na língua desde então, o que faz com que a sua explicitação esteja fora do escopo desse trabalho.

---

<sup>4</sup> Dados de Mattos e Silva (1989: 294) confirmam a existência de construções com o quantificador muito (ou mui) antecedendo o adjetivo na posição pré-nominal no português do século XIII:

- (i) a. muito alta noite  
b. mui grave enfermidade  
c. mui santo bispo

### III.3.2. A investigação sincrônica

Os dados das entrevistas da pesquisa sincrônica apresentaram o seguinte resultado geral:

**Tabela VI: A anteposição dos adjetivos - Entrevistas**

ADJETIVOS	Aplicação	Total	%
TOTAL	20	102	20

Comparando o resultado da Tabela VI com o índice de anteposição do adjetivos no século XX apresentado na Tabela I, verificamos que o percurso da anteposição constatado na pesquisa diacrônica tem continuidade nos dados da língua falada hoje. Os dados mostram que a mudança observada em relação à anteposição já estaria atingindo um índice de 20% na fala.

Tomando-se a anteposição do adjetivo em função do tipo de adjetivo envolvido, os resultados encontrados foram os seguintes:

**Tabela VII: Anteposição dos adjetivos avaliativos/não avaliativos - Entrevistas**

ADJETIVO	Aplicação	Total	%
Avaliativo	14	58	24
Não-avaliativo	6	44	14
TOTAL	20	102	20

Novamente confirmou-se o fato de que todos os adjetivos não-avaliativos na posição pré-nominal fazem parte da classe dos adjetivos intensionais. São eles: única, última, últimos, constant, respectivas, último. Observa-

se ainda um decréscimo de 15% na anteposição dos avaliativos no *corpus* das entrevistas em relação aos dados do século XX da pesquisa diacrônica, conforme vemos na Tabela II.

A partir da proposta teórica apresentada no Capítulo II, os resultados das pesquisas diacrônica e sincrônica parecem apontar para a seguinte direção: o português estaria perdendo no percurso histórico o movimento opcional do adjetivo avaliativo para a posição pré-nominal. Na verdade, não é estranho pensarmos que isso esteja ocorrendo, se levarmos em consideração que português parece estar perdendo outros movimentos também, como o do verbo para o núcleo de COMP nas interrogativas, por exemplo. (cf. Duarte,1989 e Ribeiro,1990).

Essa perda de movimento do adjetivo avaliativo no interior do sintagma nominal pode estar também diretamente relacionada a outras mudanças na estrutura do sintagma nominal, como uma possível especialização da posição pré-nominal para os pronomes possessivos. Só um investigação mais abrangente e detalhada, no entanto, poderia desvendar as reais condições em que essa perda de movimento se processa.

# CONCLUSÃO

Vamos lá  
o trem da nossa história  
não passa duas vezes  
na mesma estação  
então, nos cabe decidir  
o que virá não sei  
importa a vez e a voz  
os pés no chão e  
em nossas mãos o sol  
e o coração...

(Canto Livre)

## CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo verificar a posição dos adjetivos no interior do sintagma nominal. Partindo da estrutura do que tradicionalmente se tem chamado de sintagma nominal, estabelecemos a estrutura sintática dos sintagmas nominais contendo adjetivos em línguas como o português e o inglês e procuramos diferenciar os adjetivos que podem dos que não podem ocupar a posição pré-nominal em línguas como o português.

Estivemos propondo no Capítulo I uma estrutura sintática para o sintagma nominal com as seguintes características:

a) O Determinante é um núcleo funcional (cf. Abney, 1987, e Fukui e Speas, 1988) que seleciona a categoria também funcional AGR/NP e pode ser caracterizado como sendo DET(+) ou DET(-) dependendo de a realização morfológica dos seus traços de número ([±pl]) ser ou não sistemática. Assim, DET em línguas como o português é caracterizado como sendo DET(+) e em línguas como o inglês, DET(-).

b) AGR/NP é a categoria funcional que corresponde a uma subparte de INFL na sentença. Do mesmo modo que INFL é responsável pela atribuição de Caso nominativo ao sujeito e pela atribuição das marcas de tempo na sentença, propomos que AGR/NP (i) atribui Caso ou ao seu especificador (como propõe Szabolsci (1984) para o húngaro) ou ao pronome possessivo em posição pós-nominal; e (ii) transmite os traços de concordância de número ([±pl]) para o núcleo nominal e, indiretamente, para eventuais elementos em adjunção a N ou N' (adjetivos e pronomes possessivos). Assim, AGR/NP é composto por dois tipos de traços: [c] e [k], como vemos abaixo:

AGR/NP = [±c] (traços de concordância de número)  
          [±k] (possibilidade de atribuição de Caso)

A partir desta caracterização da categoria AGR/NP, postulamos que em línguas como o português DET seleciona um AGR/NP(+). A caracterização AGR(+) se deve ao fato de que:

a) os traços de concordância de número (traços [c]) são transmitidos aos elementos que estão adjuntos ao Nome (adjetivos, pronomes possessivos);

b) a atribuição de Caso (traços [k]) se dá ou através de concordância especificador/núcleo ou sob regência.

Em relação a línguas como o inglês, em que os traços [c] não percolam do núcleo para os demais elementos adjuntos a N ou N' e a atribuição de Caso se dá somente através da concordância especificador/núcleo, dissemos que DET seleciona um AGR(-). Postulamos, assim, quatro possibilidades lógicas para a seleção entre DET e AGR/NP nas línguas naturais:

- (1) a. DET(+) → AGR(+) (português europeu e português brasileiro padrão)
- b. DET(+) → AGR(-) (português brasileiro não-padrão)
- c. DET(-) → AGR(-) (inglês e japonês)
- d. DET(-) → AGR(+) (?)

Finalmente, demonstramos que em línguas como o português DET(+) sempre seleciona um AGR/NP contendo os traços [+k] (atribuidores de Caso), independentemente do fato de ter ou não seu núcleo preenchido lexicalmente; enquanto em línguas como o inglês, que possuem um DET(-), a seleção dos traços [ $\pm$ k] depende do preenchimento lexical de DET. Assim, em inglês um DET não lexicalizado seleciona um AGR/NP [+k], enquanto um DET realizado lexicalmente obrigatoriamente seleciona um AGR/NP [-K], como ilustrado abaixo:

- (2) a. DET  $\emptyset$  → AGR [+k]
- b. DET the → AGR [-k]

Isso explica a impossibilidade da co-ocorrência de DET com o pronome possessivo no inglês, ao contrário do que ocorre no português.

No Capítulo II, procuramos identificar a classe dos adjetivos que podem ocupar a posição pré-nominal no interior do sintagma nominal no português. Propusemos que os adjetivos podem ser caracterizados como avaliativos/não-avaliativos e que somente os adjetivos avaliativos podem

ocupar essa posição no interior do sintagma nominal (à parte os adjetivos intensionais). Caracterizamos os adjetivos avaliativos como sendo aqueles subcategorizados por verbos de julgamento do tipo de achar, considerar, julgar (nos sentidos relevantes) e constatamos que esses adjetivos constituem sempre propriedades de "individual-level" (cf. Kratzer, 1988), i.e., inerentes, e possuem um traço semântico [+avaliativo].

Assumindo que há uma marcação paramétrica relacionada à adjunção em Estrutura-D, propusemos que no português os adjetivos são gerados à direita do Nome e no inglês à esquerda. Postulamos que em ambas as línguas há duas possibilidades de adjunção: adjunção à projeção máxima do Nome (N'), e adjunção ao núcleo nominal (N<sup>0</sup>).

Quanto à posição pré-nominal no português propusemos que ela é derivada via movimento opcional do adjetivo avaliativo para a esquerda do Nome. Para o inglês propusemos que esse movimento é feito obrigatoriamente para a posição mais externa no mesmo nível de projeção em que o adjetivo se encontra. Assim, o que diferencia essas duas línguas em relação ao comportamento dos adjetivos avaliativos é a opcionalidade/obrigatoriedade do movimento.

No Capítulo III, seguindo a linha de pesquisa proposta por Tarallo e Kato (1989), mapeamos o percurso histórico da posição dos adjetivos desde o século XVII ao século XX e constatamos uma diminuição no índice de adjetivos na posição pré-nominal a partir do século XVIII. Verificamos que os responsáveis pela mudança foram os adjetivos avaliativos, o que levanta a hipótese de que o português estaria perdendo o movimento opcional do adjetivo avaliativo para a posição pré-nominal.

A razão por que este movimento estaria sendo perdido, no entanto, parece envolver muito mais aspectos diacrônicos relacionados a estrutura do sintagma nominal, e mesmo aspectos relacionados a própria organização da sentença no percurso histórico. O português brasileiro parece estar também perdendo outros movimentos, como o do verbo para o núcleo de COMP (cf. Duarte, 1989; Ribeiro 1990). Assim, somente um trabalho bem mais abrangente poderá explicitar a razão da mudança aqui constatada.

## REFERÊNCIAS

- ABNEY, S (1987), The English noun phrase in its sentencial aspect, tese de doutorado, MIT, Cambridge.
- ALMEIDA, N. (1962): Gramática metódica da língua portuguesa, Saraiva, São Paulo.
- ANDERSON, M. (1979): Noun phrase structure, tese de doutorado, University of Connecticut, Storrs.
- BOFF, A. (1990): A posição dos adjetivos no interior do "SN", ms., UNICAMP, Campinas.
- BORGES NETO, J. (1979): Adjetivos: predicados extensionais e predicados intensionais, dissertação de mestrado, UNICAMP, Campinas.
- CARTER, J. (1989): Dissecting the adjective ordering constraint in English, Generals #1, ms.
- CHIERCHIA, G. e S. McCONNELL-GINET (1990): Meaning and grammar: an introduction to semantics, MIT Press, Cambridge.
- CHOMSKY, N. (1988): Some notes on the economy of derivation and representation, ms., MIT, Cambridge.
- CHOMSKY, N. (1986a): Knowledge of language: its nature, origin and use, Praeger, New York.
- CHOMSKY, N. (1986b): Barriers, MIT Press, Cambridge.
- CHOMSKY, N. (1982): Some concepts and consequences of the theory of government and binding, MIT Press, Cambridge.
- CHOMSKY, N. (1981): Lectures on government and binding, Foris, Dordrecht.
- CHOMSKY, N. (1970): "Remarks on nominalization", in JACOBS, R. e P. ROSENBAUM (eds.): Readings in English transformational grammar, Ginn and Co., Waltham.
- COHEN, M. (1989): tese de doutorado, UNICAMP, Campinas.
- CUNHA, C. e L. CINTRA (1985): Nova Gramática do Português Contemporâneo, Nova Fronteira, Rio de Janeiro.
- DRESHER, B. e N. HORNSTEIN (1979): "Trace theory and NP-movement rules", in Linguistic Inquiry, 10.
- DUARTE, M. (1989): A evolução da ordem V(erbo) S(ujeito) V(erbo) em interrogativas QU- no português do Brasil, ms., UNICAMP, Campinas.
- FUKUI, N. e M. SPEAS (1988): "Specifiers and projections", in MIT working papers in Linguistics, 8.

- GIORGI, A. e G. LONGOBARDI (1991): The syntax of noun phrases, configuration, parameters and empty categories, Cambridge University Press, Cambridge.
- HIGGINBOTHAM (1985): "On semantics", in Linguistic Inquiry, 16.
- HIGGINBOTHAM (1983): "Logical form, binding and nominals", in Linguistic Inquiry, 14.
- JACKENDOFF, R. (1977): X-bar syntax: a study of phrase structure, MIT Press, Cambridge.
- JAEGGLI, O. (1986): "Passive", in Linguistic Inquiry, 17.
- KATO, M. (1990): A ergatividade dos adjetivos, comunicação apresentada no III Encontro da ANPOLL, Recife.
- KATO, M. (1988): "A seqüência ADJ+N em português e o princípio da harmonia transcategorial", in Letras & Letras, 4, vol. 1 e 2.
- KATO, M. (1983): "A systematic typological contrast between English and Portuguese", in Papers and studies in contrastive linguistics, XVI.
- KAYNE, R. (1981): "ECP extensions" in Linguistic Inquiry, 12.
- KOOPMAN, H. (1984): The syntax of verbs, Foris, Dordrecht.
- KRATZER, A. (1988) Stage-Level and Individual-Level Predicates, University of Massachusetts, Amherst.
- LEMLE, M. (1979) "A ordem dos adjetivos no sintagma nominal em inglês e português: implicações para a teoria gramatical" in Anais do 3º encontro nacional de lingüística, Rio de Janeiro.
- LOBATO, L. (1990) Análise sintático-semântica dos adjetivos do português e do inglês, trabalho apresentado no IX Congresso Internacional da ALFAL, Campinas.
- LUCAS, R. (1988): Perpectivas para uma nova abordagem da estrutura interna do SN em português, dissertação de mestrado, UFMG, Belo Horizonte.
- MATTOS e SILVA, R. (1989): Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa.
- MIOTO, C. (1984): "Um caso especial de dupla predicação" in IX Anais dos Seminários do GEL, Batatais.
- POLLOCK, J-Y. (1989): "Verb movement, UG and the structure of IP", in Linguistic Inquiry, 20.
- RAPOSO, E. e J. URIAGEREKA (1990): Agreement Relations in Western Romance, ms., UCSB/University of Maryland.

- REINHART, T. (1976): The syntactic domain of anaphora, tese de doutorado, MIT, Cambridge.
- RIBEIRO, I. (1990): Evidências para uma fase V2 em português antigo, ms., UNICAMP, Campinas.
- RIZZI, L. (1990): Relativized minimality, MIT Press, Cambridge.
- SCHERRE, M. (1988): Reanálise da Concordância Nominal em Português, tese de doutorado, UFRJ, Rio de Janeiro.
- SZABOLSCI, A. (1984): "The possessor that ran away from home" in The Linguistic Review, 3.
- STOWELL, T. (1981): Origins of phrase structure, tese de doutorado, MIT, Cambridge.
- TARALLO, F. e M. KATO (1989): Harmonia trans-sistêmica: variação intra- e interlingüística, Preedição 5, Campinas.
- TRAVIS, L. (1984): Parameters and effects of word order variation, tese de doutorado, MIT, Cambridge.
- URIAGEREKA, J. (1988): On government, tese de doutorado, University of Connecticut.